

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Natália Domingos Joaquim

**IMPACTO DA ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA NO
PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
Experiências de crianças e jovens a residir nos lares de
acolhimento de Malanje**

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do mestrado em Serviço Social orientada pela Professora
Doutora Cristina Vanessa Coimbra Nunes e apresentada à Faculdade de Psicologia e
Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Março de 2024

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
da Universidade de Coimbra

IMPACTO DA ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA NO
PROCESSO DE (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:
Experiências de crianças e jovens a residir nos lares de
acolhimento de Malanje

Natália Domingos Joaquim

VOLUME I

Dissertação no âmbito do mestrado em Serviço Social orientada pela Professora Doutora
Cristina Vanessa Coimbra Nunes e apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da
Educação da Universidade de Coimbra

Março de 2024



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Agradecimentos

A Deus, pelo dom da vida e pela proteção, ao permitir que se quebrasse mais um ciclo da minha formação.

À minha orientadora, Professora Doutora Cristina Vanessa Coimbra Nunes por aceitar embarcar comigo nesta aventura, por orientar e acompanhar a investigação, pelo auxílio prestado ao longo da investigação e pelas correções que enriqueceram em muito as versões iniciais desta dissertação. Agradeço, ainda, a todas as docentes do Mestrado em Serviço Social da FPCE-UC, por todos os conselhos e ensinamentos transmitidos, que sem dúvida foram importantes para o meu crescimento pessoal e profissional.

À minha família e de modo especial aos meus pais, Silva Joaquim e Maria Quibinda Domingos, pelo apoio e incentivo prestados a minha formação. Não esquecendo a mãe Luzia António e Nazaré António pelos cuidados prestados à minha filha durante a minha ausência. À minha filha que se viu deixada para trás, mesmo sendo muito pequena, e que tantas vezes com olhar triste impulsionou-me a dar sequência e terminar a formação. Muito obrigada pela espera!

Ao INAC e aos lares de acolhimento Kudielela e Dom Benedito Roberto, pela permissão cedida para que se pudesse recolher os dados. De modo especial, às crianças e aos jovens que aceitaram contar a sua experiência, sendo eles e as suas experiências o motivo da investigação.

Aos amigos e às amigas, pela amizade e pelo companheirismo que foram muito importantes para ultrapassar as vicissitudes sentidas durante a minha estadia em Portugal. Quero lembrar o Francisco Mabiala e Martins Nvuenda Baveca, pela paciência que tiveram em ajudarem-me na construção da dissertação e ao Padre Zola, por facultar-me bibliografias para enriquecer a investigação.

Ao companheiro das batalhas, das presenças e das ausências, Salvador Fragoso José pela ajuda e pelo incentivo prestado durante a formação. A pessoa que se viu obrigada a romper barreiras culturais sobre a saída da mulher para a formação. A si que teve de ser mãe e pai para a princesa, receba os meus mais profundos agradecimentos.

A todos os que me ajudaram direta e indiretamente, mesmo não sendo mencionado, o meu muito obrigada!

Resumo

A presente dissertação visa analisar, de forma exploratória, o impacto da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária das crianças e jovens a residir nos lares de acolhimento de Malanje, região onde a cultura Bantu está muito presente. O bantu acredita que todas as doenças, mortes e desgraças são causadas por ação humana, na pessoa do/a feitiçeiro/a (Morisca, 2003), “o qual personifica a maldade” (Altuna, 2014, p. 589). O fenómeno das/os crianças/jovens acusadas/os de feitiçaria em Angola mereceu especial atenção das organizações estatais e das organizações não governamentais (ONGs), sobretudo a partir de 2001, quando foram detetados inúmeros casos de crianças acusadas de feitiçaria, nas ruas de M'Banza Kongo, bem como em outras regiões do país. Perante tais fatos, foram criadas parcerias entre o Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC) e várias ONGs que em 2003, impulsionou a criação de parcerias entre o INAC com as ONGs *Save the Children*-Seção Noruega (SC-N) e *Christian Children Fund* (CCF), que promoveu a implementação de uma rede de proteção da criança. Apesar desses esforços, ainda é visível na realidade angolana casos de crianças/jovens acusadas/os de feitiçaria, rejeitados pela família, residindo nas ruas e em lares de acolhimento. Em função da exposição ao risco/perigo, em 2012 o Estado angolano aprova a Lei da Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12, de 22 de agosto), que de modo geral, apresenta os princípios gerais para a proteção das crianças e sobretudo o acolhimento destas.

O estudo empírico, visa compreender a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens residentes em lares de acolhimento, bem como compreender a intervenção social efetuada no sentido de atuar no impacto negativo nos sujeitos acusados de feitiçaria para garantir a (re)construção identitária das crianças/jovens. Trata-se de um estudo exploratório qualitativo, assente no método indutivo, recorrendo à entrevista semiestruturada. Tendo como contexto dois Lares de Acolhimento da província de Malanje-Angola, foram constituídas três amostras, do tipo não probabilística intencional ou por julgamento: (a) Crianças/jovens acusadas/os de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento; (b) interventores/as sociais que trabalham diretamente com estas crianças, e; (c) responsáveis políticos em matéria da infância e juventude, totalizando 10 participantes. Concluímos que a acusação de feitiçaria exerceu uma influência negativa no processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens, tendo estes uma trajetória de vida marcados por sentimentos de tristeza, desânimos e apatia, aliados a comportamentos desviantes (e.g., furto) para sobreviver antes de serem integrados em lares de acolhimento.

Palavras-chave: Cultura Bantu; acusação de feitiçaria; crianças e jovens; lares de acolhimento; processo de (re)construção identitária.

Abstrat

This dissertation aims to analyse, in an exploratory way, the impact of the accusation of witchcraft on the process of identity (re)construction of children and young people living in the foster homes of Malanje, a region where the Bantu culture is very present. The Bantu believes that all diseases, deaths, and misfortunes are caused by human action, in the person of the sorcerer (Morisca, 2003), "who personifies wickedness". (Altuna, 2014, p. 589). The phenomenon of children/young people accused of witchcraft in Angola has received special attention from state organizations and non-governmental organizations (NGOs), especially since 2001, when numerous cases of children accused of witchcraft were detected on the streets of Mbanza Kongo, as well as in other regions of the country. In view of these facts, partnerships were created between the National Institute for Child Support (INAC) and several NGOs that in 2003 promoted the creation of partnerships between INAC with the NGOs Save the Children - Norway Section (SC-N) and Christian Children Fund (CCF), which promoted the implementation of a child protection network. Despite these efforts, today, cases of children/young people accused of witchcraft, rejected by their families, living on the streets and in foster homes are still visible in every Angolan reality. Due to the exposure to risk/danger, in 2012 the Angolan State approved the Law for the Protection and Integral Development of Children (Law No. 25/12, of 22 August), which in general presents the general principles for the protection of children and especially their reception.

The empirical study aims to understand the influence of the accusation of witchcraft in the process of identity (re)construction of children and young people living in foster homes, as well as to understand the social intervention carried out in order to act on the negative impact on subjects accused of witchcraft to ensure the identity (re)construction of children/young people. This is a qualitative exploratory study, based on the inductive method, using semi-structured interviews. In the context of two Foster Homes in the province of Malanje-Angola, three samples were constituted, of the non-probabilistic intentional or trial type: (a) Children/young people accused of witchcraft inserted in foster homes; (b) social workers who work directly with these children, and; (c) child and youth policy-makers, totalling 10 participants. We conclude that the accusation of witchcraft exerted a negative influence on the process of identity (re)construction of children and young people, with a life trajectory marked by feelings of sadness, discouragement and apathy, combined with deviant behaviors (e.g., theft) as a way to survive before being integrated into foster homes.

Keywords: *Bantu culture; accusation of witchcraft; children and youth; foster homes; process of identity (re)construction*

Siglas e abreviaturas

ARS–Assistência e Reinserção Social

BGM – Biblioteca Geral de Malanje

CCF – *Christian Children Fund*

CNI – Comissão Nacional da Infância

CPC– Comitês de Proteção à Criança

CPPCR – Comitê Provincial de Proteção à Criança e Religião

INAC – Instituto Nacional da Criança

JP –Justiça Provincial

LPDIC –Lei da Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança

MINFAMU – Ministério da Família e Promoção da Mulher

MINSA– Ministério da Saúde

OG – Organizações Governamentais

ONG´S – Organizações não Governamentais

PAM – Programa Alimentar Mundial

PNA– Polícia Nacional de Angola

PGR– Procuradoria Geral da República

RDC – República Democrática do Congo

SC-N – *Save the Children* - Noruega

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Índice de tabelas

Tabela 1- Caraterização dos interventores sociais.....	55
Tabela 2- Caraterização das crianças e jovens	55

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstrat.....	vi
Siglas e abreviaturas	vii
Índice de tabelas	viii
Introdução.....	11
PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL-TÉORICO.....	16
Capítulo 1-A cultura Bantu e Ambundu e as crenças associadas à feitiçaria.....	16
1.1. Da cultura à apropriação das crenças	16
1.1.1. A cultura Bantu e a crença de feitiçaria	19
1.1.2. Os conceitos de feitiço, feitiçaria e feiticeiro/a na cultura Bantu/Ambundu.....	21
Capítulo 2- A família na cultura bantu e os maus-tratos a crianças e jovens: motivos, manifestações e efeitos	26
2.1. Manifestações da acusação de feitiçaria e as representações dos riscos para as crianças e jovens	30
2.2. Consequências da acusação de feitiçaria na vida das crianças e jovens.....	34
Capítulo 3- Dos maus-tratos à (re)construção de identidade	36
Capítulo 4-Da exposição ao perigo à proteção das crianças e jovens	39
4.1. Abordagens nacionais e internacionais de crianças/jovens acusados de feitiçaria	40
4.2. O acolhimento institucional de crianças e jovens em Angola	41
PARTE II– ESTUDO EMPÍRICO.....	45
Capítulo 5- Fundamentação metodológica	45
5.1. Pertinência social do estudo.....	45
5.2. Questão de partida e objetivos.....	46
5.3. Metodologia e método de investigação	47

5.4. População Alvo e amostra	48
5.5. Contexto da pesquisa.....	49
5.6. Técnicas de recolha de dados.....	50
5.7. Procedimentos éticos na recolha e tratamento dos dados	51
Capítulo 6- Apresentação, análise e discussão dos resultados	54
6.1. Caraterização sociodemográfica da amostra.....	54
6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados dos interventores sociais e responsável política	56
6.3. Apresentação, análise e interpretação dos dados das crianças/jovens acusados de feitiçaria	66
6.3.1. Momento durante a acusação de feitiçaria.....	67
6.3.2. Momento após acusação de feitiçaria.....	74
6.3.3. Momento do acolhimento Institucional.....	78
Considerações finais	85
Bibliografia	90
Apêndices.....	97

Introdução

A presente dissertação conduzirá o leitor numa abordagem sobre o impacto da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária de crianças e jovens a residir nos lares de acolhimento de Malanje, em Angola. Foi desenvolvida no âmbito do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

A investigação teve como objetivo principal compreender a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens, bem como a configuração da intervenção social para a redução do impacto negativo das acusações de feitiçaria na história destes sujeitos para garantir a sua (re)construção identitária.

A constatação de práticas de acusação de feitiçaria de idosos/as, mulheres, jovens e crianças, despertaram um interesse em averiguar o cenário relativo às crianças e aos jovens, bem como as razões que motivam esta acusação e os seus efeitos na construção identitária dos sujeitos. Por outro lado, a perceção da vulnerabilidade destas crianças/jovens e a reduzida intervenção por parte do Estado nesta matéria, nomeadamente pelo Instituto Nacional da Criança (INAC), foi outro dos motivos que despoletou este estudo. Estas premissas de certa forma agudizaram a necessidade de indagar e compreender melhor o percurso e experiências das crianças e dos jovens acusados de feitiçaria, que vivem nos lares de acolhimento, nomeadamente na província de Malanje, região de onde é proveniente a investigadora e se observa um número crescente de crianças e jovens vítimas deste tipo de acusações de feitiçaria.

A acusação de feitiçaria de criança/jovem é uma forma de violência que representa um atentado aos direitos das crianças/jovens. É uma realidade contundente e preocupante de Angola (Altuna, 2014; Fundação Fé e Cooperação, 2016; Pereira, 2007; Zola, 2020). Os meios de comunicação social, para além de algumas Organizações não Governamentais (ONGs), são os agentes que divulgam a incidência do fenómeno no país, o que pontualmente gera debates em torno desta questão e leva, conseqüentemente, à sinalização de casos de acusação de feitiçaria dirigida as crianças/jovens às instâncias com competências em matéria de infância e juventude, nomeadamente o INAC.

O apoio das ONGs prestados ao INAC, fez com que em 2003 fossem munidos esforços e criado pareceria para a produção de estudos sobre a questão da acusação de feitiçaria, numa perspectiva antropológica, sendo formuladas ações para prevenção e contenção destes casos

(INAC; UNICEF, 2006). Os esforços foram visíveis com a criação do Comité Provincial de Proteção à Criança (CPPC) envolvendo diferentes entidades nacionais (e.g., Polícia Nacional de Angola (PNA), a Justiça Provincial (JP), a Procuradoria-Geral da República (PGR), a Assistência e Reinserção Social (ARS), o Ministério da Saúde (MINSA), o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), o Ministério da Juventude e Desporto), e entidades internacionais, tais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a *Save the Children* - Seção Noruega (SC-N) e a *Christian Children Fund* (CCF). A iniciativa facilitou a formação de agentes comunitários e a criação de 38 Comités de Proteção à Criança (CPC), que contou com a participação de líderes locais e religiosos, autoridades tradicionais, militares, enfermeiros, professores, estudantes, entre outros (Pereira, 2007).

A investigação realizada verificou que o fenómeno é mais frequente nas regiões do norte de Angola no grupo etnolinguístico Bakongo¹ que se encontram espalhados maioritariamente nas províncias de Cabinda, Uíge e Zaire. Porém, a presente investigação é realizada no contexto do povo Ambundu concretamente na província de Malanje.

Autores como Pereira (2007; 2008), Soares (2021) e Sissimo (2018) acreditam que o fenómeno é resultado da desestruturação familiar ocasionada pela guerra e pela atual conjuntura económica e social do país e a busca destas práticas estaria motivada pela incerteza e falta de soluções práticas aos desafios existenciais obrigando os indivíduos e as comunidades a encontrarem um/a culpado/a com características típicas de vulnerabilidade.

A acusação de feitiçaria é geralmente fomentada pelas famílias, vizinhos/as, pastores/as e *kimbandas*² que acusam as crianças/jovens de estarem a causar os problemas da família e/ou da vizinhança (Pereira, 2007). Acredita-se que as crianças são utilizadas por pessoas mais velhas, muitas vezes já falecidas, como intermediárias para causarem os infortúnios sociais e, assim, adquirir, manipular e transmitir o poder com uma determinada finalidade (Pereira, 2007). Perante tais acusações, estão sujeitas a sofrer maus-tratos por parte da sua família e, em muitos casos, são expulsas ou fogem de casa. Como consequência desta exposição, as crianças/jovens tendem a apresentar uma maior propensão para manifestarem problemas em diversos domínios

¹ Cf. página 21.

² Cf. página 24.

do seu desenvolvimento, nomeadamente ao nível comportamental, emocional, social e cognitivo (Magalhães, 2002; Romão et al., 2019 & Sani, 2002).

Perante estes factos, considera-se que a presente investigação visa não só aprofundar esta problemática, como demonstrar a relevância da intervenção social e as medidas de proteção nesta realidade. Pensa-se que os resultados da presente investigação poderão de certa forma contribuir para que se conheça mais sobre as práticas de acusação de feitiçaria de crianças e jovens, identificar as fragilidades destas do ponto de vista emocional e social e o perigo a que estão sujeitas e quais as implicações na (re)construção identitária dos sujeitos, além de ajudar a perceber as práticas de intervenção social no acolhimento institucional.

Do ponto de vista estrutural, a presente investigação está dividida em duas partes.

A Parte I diz respeito ao enquadramento teórico que permitirá uma melhor compreensão da problemática em questão, o qual está dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “a cultura Bantu e Ambundu e as crenças associadas à feitiçaria, começa por apresentar a cultura e apropriação das crenças em que se apresenta o conceito de cultura e a sua relação com a crença de feitiçaria da cultura Bantu/Ambundu. A seguir, procura-se clarificar os conceitos de feitiço, feitiçaria e feiticeiro, dando especial enfoque à compreensão ao conceito de feiticeiro, uma vez que a população-alvo em estudo é percebida como feiticeiro/a. No segundo capítulo, intitulado “a família na cultura bantu e os maus-tratos a crianças e jovens: motivos, manifestações e efeitos”, procuramos compreender o papel da família, acreditando que esta deveria assumir a sua função de proteção, o que não se verifica muitas das vezes no contexto das crianças e dos jovens acusados de feitiçaria representando um espaço de insegurança e de maus-tratos onde se inicia esta acusação. O terceiro capítulo, intitulado “Dos maus-tratos à (re)construção de identidade” procura analisar o processo de (re)construção de identidade, baseado nos fatores internos e externos/culturais. No quarto e último capítulo, intitulado “Da exposição ao perigo à proteção das crianças e jovens”, as atenções prenderam-se primeiramente com as abordagens nacionais e internacionais de crianças/jovens acusados de feitiçaria no cenário de Angola e culmina com o acolhimento institucional de crianças e jovens, encarada como securizante, contentora de angústia e promotora do desenvolvimento pessoal e da reconstrução da identidade (Raymond, 1996; 1998 citado por Alberto, 2008; Alvarez, et al., 2014).

A Parte II da dissertação aborda o estudo empírico, dividido em dois capítulos. O primeiro, apresenta as metodologias utilizadas que permitiram traçar os caminhos para compreender a influência da acusação no processo de (re)construção de identidade das/os crianças/jovens. Começa-se por justificar a relevância científica e motivação para a investigação da temática, passando para a apresentação das questões de partidas, os objetivos gerais e específicos. Relativamente à metodologia e os métodos, a investigação foi conduzida pelo paradigma qualitativo (Coutinho, 2023), uma vez que visou ocupar-se das experiências subjetivas dos agentes sociais e dos significados que estes atribuem ao fenómeno estudado (Mertens, 1998 citado Coutinho, 2023; Gomez, 2022; Moreira, 2007). Este paradigma foi suportado pelo método indutivo que parte da observação e compreensão do fenómeno cujas causas queríamos conhecer, partindo do modo particular para o geral (Gil, 2008). Foram constituídas três amostras: (a) Crianças/jovens acusados de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento, (b) interventores/as sociais que trabalham diretamente com estas crianças e (c) responsáveis políticos em matéria da infância e juventude totalizando em 10. Sendo que os mesmos foram encontrados no lar Kudielela e Dom Benedito Roberto, escolhidos segundo a amostragem não probabilística do tipo intencional ou por julgamento. A técnica privilegiada no estudo foi a entrevista semiestruturada. O segundo capítulo da parte II refere-se à apresentação, análise e discussão dos dados. Inicialmente foi objeto de análise as entrevistas realizadas a diretora do INAC, mesclado com alguns resultados das entrevistas aplicadas aos interventores/as sociais que trabalham com as crianças e jovens acusados de feitiçaria nos lares de acolhimento. A seguir, as atenções focaram-se no objeto de estudo da investigação, isto é, nas crianças/jovens acusados de feitiçaria, apresentando três (3) categorias: momento durante a acusação de feitiçaria, momento depois da acusação de feitiçaria e momento durante o acolhimento institucional.

O processo da análise evidenciou que a acusação exerceu uma influência negativa no processo de (re)construção identitária das crianças e jovens, identificadas nas três (3) categorias sentimentos de tristeza, desânimos e apatia. Acusação de feitiçaria traduziu-se num momento de grande tensão e conflitos intrapessoais, propiciando o surgimento de vários comportamentos disruptivos como a mendicância, o furto e agressividade. As crianças e jovens reconhecem as práticas institucionais como fundamentais para a continuação do processo de (re)construção identitária. Conseguimos ainda perceber que atividades como tarefas domésticas, entre elas a limpeza gerais dos lares de acolhimento, do apoio à cozinha e sobretudo o tratamento de

roupas são de extrema importância para o empoderamento e autonomização das crianças e dos jovens. No âmbito do acompanhamento psicossocial constatou-se que um grupo de crianças e jovens do lar Kudielela tem acompanhamento de um psicólogo, porém o outro do Lar Dom Benedito Roberto não. Relativamente ao primeiro grupo, verificou-se que o acompanhamento psicossocial foi importante, enquanto se observaram melhoria nos padrões condutais das crianças e jovem.

PARTE I – ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL-TÉORICO

A primeira parte desta investigação visa apresentar os fundamentos teóricos que a literatura dispõe sobre a acusação de feitiçaria de crianças/jovens em Angola inseridas nos lares de acolhimento. Está dividida em quatro capítulos: O primeiro busca a caracterização das práticas culturais a nível de crenças de feitiçaria no contexto da cultura Bantu/Ambundu; o segundo apresenta as funções da família na cultura bantu e os maus-tratos a crianças e jovens: motivos, manifestações e efeitos de feitiçaria; o terceiro aborda o processo de (re)construção identitária e o quarto capítulo analisa a exposição do perigo e a proteção das crianças e jovens a luz da intervenção social no contexto de lares de acolhimento.

Capítulo 1-A cultura Bantu e Ambundu e as crenças associadas à feitiçaria

Neste primeiro capítulo será objeto de descrição a conceptualização da cultura e as crenças de feitiçaria na cultura Bantu/Ambundu, sendo que na primeira parte será focado na contextualização da cultura e na apropriação das crenças mergulhados nos postulados de Levy Vygotsky. A seguir, apresentam-se as práticas culturais do povo Bantu e a Ambundu e culmina com a definição dos conceitos de feitiçaria, feitiço e feiticeiro/a na cultura Bantu/Ambundu.

1.1.Da cultura à apropriação das crenças

Reconhecer e analisar a influência das práticas culturais é de extrema relevância para compreendermos a nossa forma de ser, estar e agir. Considerando que o nosso comportamento é resultado de fatores genéticos, biológico, sociais e culturais, compreenderemos o conceito de cultura e a sua influência no comportamento, sobretudo incidindo na visão de Levy Vygotsky (1995), por este ser um dos primeiros autores que associou a cultura ao comportamento do indivíduo.

Ao longo dos anos o conceito de cultura tem sofrido várias mutações, acarretando o seu repertório, novos significados associados à conceção histórica de cada povo em épocas e lugares diferentes. Independentemente do tempo, uma primeira noção da cultura é encontrada nos escritos do clássico e etnográfico Edward B. Taylor (1871), definindo-a como conjunto de

todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, justiça, ética, hábitos e outras capacidades e costumes adquiridos pelo ser humano como membro de uma sociedade (Imbamba, 2003). De forma geral, podemos entender a cultura como hábitos da vida de uma comunidade passada de geração em geração, por processos cumulativos e evolutivos (Olim, 2011), que se manifestam nas práticas diárias e no ambiente de pertença da pessoa, o que faz com que sejam agregados valores à sua existência. Desta forma, Pires (2006), considera que se refere

(...) aos componentes simbólicos e aprendidos do comportamento humano, tais como, a língua, a religião, os hábitos de vida e convenções; abarca tudo aquilo que homem faz e diferencia-se do animal irracional. (...) É o estudo de sistema de fé e de conhecimento e da evolução histórica da consciência da mudança (p.35).

Conforme o mesmo autor, o conceito comporta três dimensões/características: simbólica, aprendida e partilhada. A primeira, prescreve que a cultura diz respeito aos símbolos que permitem que as pessoas desenvolvam pensamentos complexos, linguagem e outras formas de comunicação (e.g., arte), facultando ao género humano a capacidade de criar, explicar e registar novas ideias e informação. Em segundo lugar, a cultura é aprendida quando permite a enculturação de novos padrões e símbolos, podendo considerar-se que dura toda a vida. É neste sentido em que as crianças aprendem através da imitação dos adultos, por exemplo, regras sociais e crenças. Por fim, considera-se que as produções criadas são compartilhadas a partir do momento em que as representações culturais do dia a dia da criança/jovem com os demais se evidenciam em forma de preservação, tanto na forma de conhecimento como nas descobertas científicas, nas obras de arte e nas tradições (Pires, 2006).

Neste sentido, “a cultura é a mais do que o estudo dos costumes, é um longo processo de desenvolvimento caracterizado pela sua amplitude. É o estudo dos sistemas de fé e de conhecimento e da evolução histórica da consciência da mudança” (Pires, 2006, p.35).

Foi a pensar na cultura como costume e modo de vida de um povo que diferentes autores criaram e discutiram teorias em volta do fazer humano, para evidenciar a influência que esta exerce na vida do ser humano. Entre diferentes abordagens encontra-se, a Psicologia Histórico-cultural de Vygotsky. Trata-se de um enfoque especial da Psicologia que surge, em

contrapartida, aos postulados da Psicologia tradicional que defende uma posição dualista da manifestação comportamental, ou seja, traz a noção da existência de um hiato entre ser humano e sociedade, que apesar de se relacionarem, existem de forma independente (Rodrigues et al., 2022).

O modelo histórico-cultural é radical no que diz respeito a posição cultural e postula que em vez do hiato há uma intrínseca coligação entre o ser humano e o meio social, e acresce um dado novo na sua teoria e na explicação do comportamento que até então as demais correntes não focaram. Vygotsky entende que o ser humano e a sociedade se constituem concomitantemente, sendo que este determina a sociedade da mesma forma determinado por ela. É uma visão, que cogita conhecer o indivíduo no conjunto das suas relações sociais, tanto nas suas peculiaridades, quanto no que aparece como manifestação dos interesses grupais. (Bock, et al., 2007). A partir desta noção, vê-se os primeiros passos de uma abordagem Histórico-cultural que revoluciona a psicologia com as explicações do comportamento baseados na influência da cultura, ou seja, o sujeito somente pode ser compreendido dentro do seu contexto social e histórico no qual se desenvolve. A teoria Histórico-cultural de Levy Vygotsky representa uma teoria abrangente do comportamento e aprendizagem humana, cuja atenção é afincada na influência que a cultura exerce sobre a vida das pessoas, sendo, portanto, resultado do processo de desenvolvimento filo e ontogénético (Bock, et al., 2007).

Nesta concepção, a cultura faz com que se reelabore em profundidade a composição natural da conduta, dando uma orientação completamente nova ao processo de desenvolvimento. É com base nesse postulado que Vygotsky entende a cultura como o produto do trabalho humano e que influencia ao mesmo tempo que é influenciado pelo próprio ser humano, portanto, expressão do processo histórico resultado da troca dicotômica entre ambas (Vygotsky, 1995). Ou seja, “a história do homem é a história dessa transformação, a qual traduz a passagem da ordem da natureza à ordem da cultura” (Sirgado, 2000, p. 51).

Ao conceber a cultura como um produto da vida social e, ao mesmo tempo, da atividade social do ser humano, Vygotsky entende que ela é responsável em grande medida pela manifestação comportamental das pessoas. A cultura é permeada pelo conceito de história. Por ser anterior à cultura, a vida social adquire historicamente novas formas de existência, ou seja, sob a ação do homem a socialidade biológica adquire formas humanas. O universo social é

condição e resultado do aparecimento da cultura, por ser, em suma, uma produção humana e uma obra coletiva (Sirgado, 2000).

Além da cultura, Vygotsky (1995) enfatizou a sua análise ao conceito de interiorização, isto é, ao processo que transmuta às formações externas em internas. Isto quer dizer, além da influência do meio externo/cultura, a construção pessoal é também influenciada pelos fatores internos, ou seja, pela forma única e singular de processamento dos acontecimentos do dia a dia. Mediante estes postulados “a cultura não cria nada, tão somente modifica as atitudes naturais em concordância com os objetivos.

O indivíduo nessa perspectiva é o produtor da cultura e, ao mesmo tempo, produto das suas internalizações, por conseguinte, os processos de internalização balizam a qualidade do seu desenvolvimento em função das suas experiências subjetivas no processo, assim, o homem determina à sociedade da mesma forma determinado por ela. Segundo Bock et al., (2007) trata-se de uma visão que cogita conhecer o indivíduo no conjunto das suas relações sociais, tanto nas suas peculiaridades, quanto no que aparece como manifestação dos interesses grupais e das crenças, capaz de estruturar a sua identidade ao longo dos anos. A medida que o sujeito interioriza a cultura, responde à função pragmática da sua operação identitária, sendo que “o indivíduo atravessa no quotidiano uma quantidade de situações singulares novas que obrigam invenção para lhes reagir corretamente” (Camilleri, 1989, citado por Vieira, 1999, p. 58).

Enfim, o conceito aprendido de cultura diz respeito ao modo pluralista e usado para invocar apreciações holística dos modos de vida de uma comunidade, com as suas crenças, rituais e costumes (Pires, 2006), que fortemente influencia a vida das pessoas e que precisam ser muito bem exploradas. Desta forma, sendo o nosso foco de estudo, as crianças e os jovens vítimas de acusação de feitiçaria no contexto angolano, influenciado pela cultura Bantu, consideramos essencial aprofundar a referida cultura para compreender a crença de feitiçaria atrelada nos seus costumes.

1.1.1. A cultura Bantu e a crença de feitiçaria

O termo bantu aplica-se a uma civilização que conserva a sua unidade constituída por povos de raça negra. O Radical *ntu* é comum a muitas línguas bantu, significa homem, pessoas humanas. Neste caso o prefixo *ba* forma o plural da palavra *muntu* (pessoa) (Altuna, 2014).

Os relatos históricos apontam que este povo teria tido origem na região dos rios Benue-Cross, no Sudeste da Nigéria, e que provavelmente teriam emigrado, primeiro, para a região da atual Zâmbia e, posteriormente, impelidos pela desertificação do Sahara, espalharam-se por toda a África, inclusive Angola (Roseiro, 2013).

A imigração para o território angolano deu origem a cerca de dez grupos étnicos classificados segundo o critério linguístico, sendo os mais representativos os Bakongo (de língua kikongo), os Ovimbundos (de língua umbundo) e os Ambundu (de língua kimbundu) (Sissimo, 2018).

Os ambundos constituem, o terceiro maior grupo do país, que para além da língua portuguesa, fala o kimbundu, com cerca de três milhões de falantes. A nível geográfico estão mais concentrados na região Leste do país, nomeadamente em Bengo, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Malanje e Uíge. Este processo migratório resultou no cruzamento racial muito complexo que hoje é visível neste povo. Além do nítido parentesco linguístico, conservam um fundo de crenças, ritos e costumes similares, como a crença à feitiçaria (Altuna, 2014).

A existência da crença à feitiçaria, surge da ontologia-religiosa do grupo que exigem homens datados para esclarecer os mistérios provenientes da participação vital, para decifrar e de certo modo, regular a causalidade mística do mal, fortalecer a ética e evitar rutura da solidariedade no grupo, chamados especialistas (Altuna, 2014). Na sociedade bantu, há três espécies de especialistas: o adivinho, o curandeiro e o feiticeiro. O primeiro, se apropria do conhecimento mágico para o bem (descobre e destrói o feiticeiro), o segundo, tem a função de curar a doença provocada pelo feiticeiro, finalmente, o feiticeiro é o causador de toda a desgraça (Altuna, 2014). Poderemos dedicar mais algumas páginas sobre esse assunto no decorrer da investigação.

O bantu acredita que todas as doenças, mortes e desgraças são causadas por ação humana, i. é, pelo feiticeiro/a (Morisca, 2003). “Nada sucede por acaso. Em qualquer acontecimento, está latente um poder oculto que interfere na interação. O feiticeiro é a maldade personificada e, por assim dizer, um monstro odiado e perseguido” (Altuna, 2014, p. 589).

Apesar destas práticas estarem afincadas no povo bantu, na subdivisão do grupo em Angola, é mais visível entre os Bakongo (Pereira, 2007; Sissimo, 2018). Como foi mencionado acima, os Bakongo são um subgrupo do povo Bantu, o maior grupo de Angola. Estes, estão

concentrados nas províncias norte-ocidentais do país, nomeadamente no Zaire, Uíge e enclave de Cabinda. Os Bakongo são uma etnia transfronteiriça fazendo fronteiras com a República Democrática do Congo (RDC), onde também se verifica a presença de Bakongo, os quais se estendem para noroeste pela RDC (Fonseca, 1989, citado por Sissimo, 2018). A associação deste grupo com o fenómeno deve-se pela relação que se estabelece entre os povos através das fronteiras, uma vez que a RDC, considerado um país potencialmente ativo em matérias de feitiçaria. Apesar dessa relação, a questão de feitiçaria tem se tornado frequente entre os Ambundu. Este fato pode ser explicado pela relação estreita entre estes povos, principalmente os de Malanje e de Uíge, motivada pela influência das crenças do povo Bantu, pelo contexto geográfico e pela imigração dos povos étnico em matéria de rituais de feitiçaria.

1.1.2. Os conceitos de feitiço, feitiçaria e feiticeiro/a na cultura Bantu/Ambundu

Antes de entendermos o conceito propriamente dito da feitiçaria é de extrema relevância que se faça uma abordagem à volta da sua etimologia, para tal navegaremos e emprestaremos os aforismos de determinados autores conceituados na matéria (e.g., Altuna, 2014; Morisca, 2003; Pereira, 2007; Sissimo, 2018) e explorando as definições presentes em dicionários de referência.

Do ponto de vista etimológico, a expressão feitiço é proveniente do vocábulo latino *facticius* com significado literal de artificial, imitativo, onomatopaico (Ferreira, 1999), definido como magia praticada por uma pessoa a quem se atribuem poderes sobrenaturais ou mágicos. Abrange também a uma figura ou objeto adorado ao qual se atribuem poderes sobrenaturais sendo de uso pessoal ou doméstico que acarreta consigo ou é atribuído um poder mágico que seja tanto benéfico como maléfico, por extensão considera-se que o feitiço é algo que encanta e seduz irresistivelmente (Sissimo, 2018).

A expressão feitiço foi aplicada pelos portugueses no ambiente sideral da África ocidental com o significado de um objeto de veneração ou de magia. No dicionário enciclopédico (1996) o termo feitiço é definido como qualquer prática supersticiosa usada pelos feiticeiros para conseguir os seus propósitos. Para Altuna (2014) “o feitiço é um objeto vulgar e inanimado, preparado por um especialista da magia. Este, por meio de palavras, ritos e gestos, introduz ou proporciona morada a um espírito, a um antepassado ou a uma força vital” (p. 538).

Nessa conceção, entendemos ser por intermédio deste objeto que se chega ao mundo dos antepassados e assim estabelecer um elo entre as realidades visíveis e invisíveis. Para a população Bantu, em especial a angolana, o feitiço é além de tudo um instrumento de prática mágica, que diz respeito à sua religião.

A prática do feitiço é denominada por feitiçaria e pode ser definida como “uma crença que consiste em atribuir a certas ações, coisas ou poderes que, em geral, são exclusivos de Deus” (Morisca, 2003, p.189). Sissimo (2018) considera que é um fenómeno “amorfo e manipulável”, compreendendo um conjunto de práticas tradicionais ou cura pela fé. É “a arte de quem pratica a magia de carácter popular ou rudimental (...), é a utilização de práticas mágicas com intuito de lançar encantamento sobre alguém” (Zola, 2020, p.18). Ou ainda uma forma de racionalização do infortúnio (Ballet et al., 2009, citados por Sissimo, 2018).

The notion of witchcraft, despite its suggestion of multiple abilities, can be defined, in a large majority of African countries, as the ability to harm someone through the use of mystical power. Consequently, the sorcerer or which embodies this wicked persona, driven to commit evil (Cimpric, 2011, p. 1).

As definições acima são analisadas a determinados contextos históricos da evolução humana, sendo encarada como uma prática feita pelos homens e pelas mulheres, mas que não faz parte do seu repertório diário, inacessível para a maioria, mas encarada como uma crença sobrenatural cujo objetivo centra-se em enamorar uma determinada pessoa seja para o bem, seja para o mal; é um meio para a explicação dos problemas diários da população entre eles a morte, a doença, o desemprego e até mesmo a pobreza nas famílias, podendo construir-se como, uma arte de fazer o mal e um obstáculo ao desenvolvimento pessoal.

A este respeito Morisca (2003) afirma:

A crença na feitiçaria é um obstáculo ao desenvolvimento, por que enquanto se atribuir ao feitiço a causa da morte, das doenças, e, doutras desgraças, as verdadeiras causas de tais males não serão investigadas, nem conhecidas, nem eliminadas. E enquanto não cessar a causa verdadeira, não pode cessar o efeito (p.187).

Para o bantu, a feitiçaria é a forma de racionalizar os problemas da modernidade, um contínuo argumento sobre os aspetos funcionais, morais e éticos de fenómenos como o capitalismo, a globalização e as relações internacionais, no qual participam múltiplas vozes, em múltiplos contextos (Soares 2021). A pessoa que manipula e exerce o poder de influência na vida é denominada feiticeiro/a.

No Dicionário Moderno de Língua Portuguesa (Costa, s.d.) a palavra feiticeiro é associado à pessoa que pratica a feitiçaria, que faz feitiço, ou seja, a pessoa que seduz, cativa ou atrai pelos seus modos ou pela sua beleza. O/a feiticeiro/a é considerado/a o/a manipulador/a de pretensos poderes preternaturais, quer para fins benéficos como a proteção, quer para fins maléficos (Enciclopédia, 1996). Contudo, para Zola (2020), o/a feiticeiro/a nunca pratica o bem. A sua personalidade impõe um certo medo, porque se tem a ideia de que possa apanhar a imagem, a voz, as pegadas dos pés das pessoas para torná-las mais facilmente as suas vítimas (Altuna, 2014; Sissimo, 2018).

Na língua *Kimbundu*, o feiticeiro é designado por *muloji* ou *nloji*. Termos que estão ligados ao verbo *Kimbundu kulowa* que significa enfeitiçar, ou seja, causar o mal, que existe somente para fazer o mal (Zola, 2020). É classificado como: feiticeiro ritual, feiticeiro expiatório e o adivinho (Morisca, 2003). O primeiro abarca um pouco de *bruxo*³, um pouco de curandeiro, mágico, ilusionista e hipnotizante; O princípio que dá suporte à sua atividade é o poder de sugestão, a que todas as pessoas estão sujeitas (Zola, 2020). Geralmente, apresentam-se como figuras emblemáticas e carismáticas na arte de iludir e de consciência, para fazer o que lhes pede, seja bom ou mau (Morisca, 2003). Ao feiticeiro expiatório é atribuído a causa das desgraças em questão, uma vez que para esta população toda desgraça é causada por alguém. Por outras palavras, o feiticeiro expiatório são as pessoas inocentes, acusadas de causarem um mal de que não têm consciência nem alguma explicação (Sissimo, 2018). A estes, o poder pode ser transmitido por alguém através duma bebida ou comida que na maior parte das vezes é descoberto por um adivinho, a pessoa especializada em métodos curativos (Ferraz, 2018). O adivinho é o médico que procura a causa dos problemas, aquele que cura a doença e/ou feitiço, mas também o mais problemático e o mais visível em termos de ação.

³ Outro nome atribuído ao feiticeiro/aquando utiliza essas práticas para causar problemas na comunidade.

Entre os Ambundu, o adivinho é também designado por *Kimbanda*. O termo vem do verbo *kimbundu kubanda* que significa remendar um rasgão, consertar, curar e desvendar. Tanto pode ser um homem como uma mulher que é considerada a pessoa responsável de recompor a rutura provocada pela doença e de repor a vida que estava em perigo e restabelecer a energia vital (Altuna, 2014; Zola, 2020). Para o efeito deve conhecer a vida da pessoa ou da família a quem deseja repor a ordem. As principais funções do *Kimbanda* passam por descobrir a causa, destruir e livrar a pessoa da doença/feitiço.

Baseando-se na conceção de que o mal na cultura é causado por alguém, o *kimbanda* parte para a descoberta com a ideia de que “o corpo doente é um corpo no qual é possível instaurar-se de processos simbólicos como fundamento dos sintomas somáticos” (Zola, 2020, p. 39). Segundo Zola, (2020) para descobrir o causador da doença, o *kimbanda* usa os seguintes métodos:

Musambu: termo originário do verbo *Kimbundu Kuzambula*, que quer dizer adivinhar, prognosticar ou desvendar algo. A descoberta do feiticeiro é feita pela adivinhação. Entretanto, para a sua descoberta, o *kimbanda* deve *chingilar*⁴ isto é entrar em transe. Ou seja, o *kimbanda* só pode descobrir o feiticeiro quando está fora do seu estado normal. Durante o processo, o *kimbanda* convoca e consulta os espíritos que automaticamente citam os nomes dos responsáveis do problema e ao despertar cita o/s nome/s do/as envolvido/as.

Kusakela: do verbo *kimbundu Kusaka*, quer dizer curar defender e aliviar a doença. Neste método, a família vai ao *kimbanda* pedir a cura de um doente, é mais um método que consiste em ser curado/a por intermédio de outrem. O processo da cura aqui é feito com medicamentos convencionais, porém o mais importante é a presença da família do/a doente e sobretudo o cumprimento das orientações.

Mbanbu: um dos métodos muito utilizado e nocivo que os *kimbandas* utilizam. Essencialmente consiste na prova da inocência pelo envenenamento de alguém acusado/a. A palavra deriva do *Kimbundu* que significa veneno. Trata-se de uma substância ou pó resultante de casca de uma árvore cuja seiva é iminentemente venenosa e mortífera. A sua aplicação

⁴ Deriva do verbo *kimbundu Kuxigila* que significa entrar em transe; significa evocar os espíritos, ameaçar com feitiço. Também pode significar implorar sorte por intermédio de entes superiores. (Zola, 2020, p.61).

pressupõe uma dúvida por parte da pessoa doente, contendo, vários intervenientes, e, levados na sequência para o *kimbanda*. Este utiliza o *mbambu* para descobrir o/a feiticeiro/a, entretanto, depois dos/as acusados/as tomarem a mistura, a pessoa que morrer é então considerada o/a feiticeiro/a. Neste método, a substância é apenas dada para a pessoa que o *kimbanda* planeia acusar, aos demais o veneno é adulterado, mas que na visão dos presentes trata-se de uma única substância.

Kutungula: traduzida para o português significa desfazer, acusar. Consiste em desfazer o feitiço ou o mal que a pessoa acarreta. Neste método geralmente a doença do/a doente é visível (*mbasu*⁵) e que para o seu tratamento o *kimbanda* vale-se de uma segunda pessoa para adoecer.

Kikala: parecido com o método de *mbambu*, porém difere no objeto utilizado. Consiste em submeter o/a acusado/a, a prova de ferro. São usados uma catana candente ou óleo de palma a ferver. Assim, a catana candente é passada pela mão da pessoa acusada, ou suspeita, em que se a pessoa se queima é a culpada.

Como vimos, o trabalho do *Kimbanda* tem como fim a descoberta do feiticeiro/a e a cura do enfeitiçado/a. “Um feiticeiro/a descoberto/a é sempre castigado/a, a pena mais suave é submetê-lo/a uma purificação generadora, pode ser desterrado/a, após perder os seus bens e de ser abandonado/a pela família, multado/a ou flagelado/a. Normalmente condenava-nos a morte violenta” (Altuna, 2014, p. 595). Entretanto, a ação geralmente fica sobre a tutela do *soba*.

O *soba* é o chefe da aldeia ou da comunidade, cuja autoridade se baseia no direito ancestral e cobre a esfera temporal e religiosa; é a pessoa revestida de autoridade, sofre mutação essencial, adquiri um novo modo de ser que regenera na corrente da união vital. Já não é mais um homem ou uma mulher como outro qualquer, mas um homem ou uma mulher com poderes especiais (Miguel, 1997 citado por Zola, 2020, p.45).

⁵ É uma forma de feitiço que consiste enfeitiçar uma pessoa colocando algo no caminho mais frequentado pela pessoa visada, para que esta pise, podendo ser um prego, cacos de vidro, agulhas, faca, colherzinhas, vermes, etc. (Zola, 2020, p. 56).

A função do *soba* na comunidade tem a ver com a mediação que o mesmo estabelece com os antepassados e com o povo, por isso, ocupa a vértice da pirâmide política e sócio religiosa (Altuna, 2014). “O *soba* é a prolongação dos antepassados, é o seu mandatário, o seu representante oficial e a sua viva-voz. Tem a função de sintetizar e reunir todo grupo” (Miguel, 1997, citado por Zola, 2020, p.45). “Pela sua incumbência na comunidade, o *soba* sente-se ligado às tradições do seu povo, sobretudo nos aspetos mais relacionados com os grandes princípios da sua cultura” (Altuna, 2014, p. 223). Assim, nenhum *kimbanda* pode tomar decisão quanto às vítimas acusadas de feitiçaria, independentemente da existência ou não da família e da sua responsabilidade no processo acusatório, o *soba* é o que decide o futuro da pessoa.

Capítulo 2- A família na cultura bantu e os maus-tratos a crianças e jovens: motivos, manifestações e efeitos

A família é o lugar onde nascemos, crescemos e morremos (Alarcão, 2002), revestindo-se de enorme importância para o desenvolvimento integral do ser humano, o qual se inicia na infância, assumindo um papel fundamental de prestação de cuidados básicos de proteção e de socialização, percorrendo as etapas da vida adulta.

A família é um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interação: os contatos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É, ainda, o espaço de vivência de relações afetivas profundas: a filiação. A fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afetos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família (Alarcão, 2002, p. 37).

A conceptualização do que é uma família, pode variar de sociedade para sociedade. No contexto bantu, a família constitui a primeira célula social que pode ser nuclear/restrita e a extensa/alargada (Altuna, 2014). Uma família nuclear é um agregado familiar em que um casal (ou um só progenitor) vive com os seus filhos, próprios ou adotados (Giddens, 2004). “A família nuclear, no contexto bantu, está integrada entre si, representa o fundamento da

solidariedade que dá a origem às instituições sociopolíticas as quais não são mais do que o alargamento do núcleo primário” (Altuna, 2014, p. 113). A família nuclear no contexto Bantu não vive de forma autónoma, estando dependente da família alargada. O Bantu não concebe a família nuclear como os princípios da consanguinidade e de participação vital, ela não vive de forma isolada e independente (Altuna, 2014). Nesse sentido, uma criança cresce no duplo ambiente da família nuclear e da família alargada. Independentemente desta influência, a família surge, assim, como um contexto privilegiado para seu desenvolvimento, porque nas duas realidades lhe é garantida a proteção sendo considerado palco principal onde decorrem os acontecimentos dominantes das vidas das crianças e das suas infâncias (Mota, 2023; Soares, 2001).

O papel da família, mais especificamente dos pais ou cuidadores, independentemente da composição do seu agregado familiar, passa por potenciar aos seus descendentes os cuidados básicos (e.g., alimentação, abrigo), a segurança, a proteção, o desenvolvimento equilibrado, a educação, o afeto, o amor, valores, conforto, regras, limites, entre muitas outras funções que variam ao longo do crescimento/desenvolvimento da criança/jovem até que a criança/jovem, se torna adulto e autónomo (Costa, 2017), constituindo-se igualmente como espaço privilegiado para a transmissão da cultura. Assim como Almeida (2011) enfatiza que a avó é uma figura importante na proteção das crianças, o mesmo se observa no ambiente da cultura Bantu/Ambundu.

Não obstante, relativamente às funções da família, verificam-se situações de violência, de maus-tratos, de insegurança e de mal-estar em determinadas famílias (CAFAP, 2018). Em função dos vários problemas conjunturais, macrossociais e microssociais, ocorrem situações em que a família não consegue garantir as condições necessárias para a proteção da criança/jovem e não cumpre com as suas funções legais e culturalmente impostas, razão pela qual podem ser consideradas disfuncional (Santos, 2014). Normalmente, estas famílias estão inseridas em contextos marcados por riscos psicossociais, privações, círculos de marginalização, disfuncionalidade, crises; precariedade económica e habitacional, entre outros (Comellas, 1996; Gomez, et al., 2007, citados por Ramos & Moleiro, 2019). Sendo consideradas famílias multidesafiadas.

Nas famílias multidesafiadas é comum as funções familiares não estarem bem delimitadas, por ausência de regras estabelecida que permitam o seu normal funcionamento,

promovendo um exercício de autoridade gerador de maior *stress* familiar (Alarcão, 2002). Esta forma de organização revela-se também na falta de diálogo entre os seus membros e/ou comunicação disfuncional, pautada por uma pobreza emocional nas mensagens transmitidas e a ausência de clareza que contribui para um maior afastamento emocional dos seus membros e tende a gerar mais conflitos (Alarcão, 2002; Sousa, 2005, citado por Ramos & Moleiro, 2019).

A disfuncionalidade das famílias no cenário angolano faz com que a acusação de feitiçaria assuma maior magnitude, evidenciando as suas fragilidades ao nível das competências para cuidar das crianças/jovens, potenciando nestas situações maior vulnerabilidade, risco, fazendo com que os demais como (família alargada e vizinhos) vulnerabilizem ainda mais a criança/jovem se encontrando numa situação de carência, numa situação de perigo/risco. É diante deste cenário que surgem as acusações de feitiçaria.

A acusação de feitiçaria em Angola é muito notória e recente no quotidiano da família, uma vez que a maioria dos maus-tratos estão relacionados com a feitiçaria, associada aos adultos. Apesar de ser um fenómeno recente, Pereira (2007) afirma que “a explicação corrente é que crianças são utilizadas por pessoas mais velhas, muitas vezes já falecidas, como intermediárias para fazer o mal. Justamente a presumida inocência e irresponsabilidade da criança seriam fatores fundamentais que permitem esta manipulação” (p.6). Esta passagem é denominada por democratização de poderes, processo através do qual uma criança, pode adquirir, manipular e transmitir este poder para qualquer finalidade, sendo transmitida pela comida e que durante a noite, este adulto voltaria em sonhos de modo a cobrar a dádiva, que na incapacidade desta em devolver vê-se obrigada a endereçar no mundo da feitiçaria (Pereira, 2007). As famílias que acusam as crianças/jovens justificam-nas mediante o sonho. Elas afirmam: “o senhor ou a pessoa (X) apareceu-me em sonhos e deu-me de comer coisas muito estranhas e perigosas; ou ainda a pessoa recebeu e comeu a minha bebê, arrastou-me e me pôs a trabalhar, abusou-me sexualmente durante o sono; levou-me ao cemitério e disse-me a partir de agora essa será a sua casa” (Zola, 2020, p. 71).

A realidade do sonho no mundo visível fica mais clara para o/a acusador/a quando a criança/jovem apresenta determinadas características físicas, cognitivas e comportamentais tidas como anormais. A partir da bibliografia consultada (e.g., Cimpric, 2010; Morisca, 2003; Pereira, 2007; Zola, 2020) é possível identificar algumas características comuns que conduzem a uma acusação de feitiçaria de crianças/jovens, nomeadamente: a) Crianças órfãs que passaram

a viver com outros familiares; b) Crianças que perderam um dos progenitores, e em que o outro constituiu uma segunda família, fazendo com que os desentendimentos entre a madrasta/padrasto e as crianças/ jovens possa dar origem a acusação; c) Crianças que apresentam algum tipo de incapacidade física ou doença crónica ou congénita, algum distúrbio psicológico, como autismo, síndrome de asperge, ou dificuldades na linguagem; d) Crianças que tiveram um nascimento considerado problemático.

O estudo feito pela Fundação Fé e Cooperação (2016) aponta que a grande motivação para as acusações de crianças, além das que já foram analisadas, está intrinsecamente relacionada com os fatores étnicos, sociais, económicos e até mesmo culturais. Neste estudo, foram evidentes fatores hereditários (por exemplo, se na família haver uma pessoa feiticeira, os membros desta família podem facilmente ser acusados de feiticeiro). As crianças/jovens acusadas de feitiçaria são muitas vezes pré-adolescentes ou adolescentes, inseridas num ambiente familiar com situações de violência, abusos de substância, incestos, histórias de vidas complexas, crises familiares múltiplas, instabilidade profissional, maus-tratos, e sem a presença de um dos progenitores, que normalmente é a ausência da mãe, que sendo acolhidas por parentes como tios/as, avós, padrastos ou madrastas, acabam sendo os responsáveis pelas acusações de feitiçaria (Pereira, 2007). As crianças/jovens são acusados/as de infligir danos do mundo invisível ao visível, que se traduz na transmissão de uma doença ou morte de um parente (Cimpric, 2011).

Perante tal acusação, as crianças/jovens são objeto de violência física e psicológica precisamente por parte das pessoas mais próximas destas (e.g., familiares, amigos) (Cimpric, 2011) e de negligência por via da omissão ou escassez de cuidados que comprometem o seu bem-estar (Magalhães, 2002). Isto torna-se particularmente grave ao nível das consequências para as crianças/jovens quando os maus-tratos são praticados pela família, “dado que se verifica uma profunda quebra de confiança e uma importante perda de segurança em casa, constituindo uma ameaça profunda para o seu desenvolvimento” (Magalhães, 2002, p. 65).

2.1. Manifestações da acusação de feitiçaria e as representações dos riscos para as crianças e jovens

Para além do já referido anteriormente, ser acusado de feitiçaria na cultura bantu/Ambundu implica passar por um conjunto de ações de grande barbar com consequências trágicas, tais como famílias divididas e em conflito, pessoas inocentes torturadas e assassinadas e, por vezes, queimadas vivas (Morisca, 2004).

Segundo Pereira (2007; 2008), as crianças/jovens acusadas de feitiçaria para além de sofrerem maus-tratos por parte dos parentes, amigos/as e vizinhos/as, chegando ao ponto de serem expulsas ou de tomarem a decisão de fugirem de casa, também são alvo de maus-tratos de pastores/as das igrejas neopentecostais que prometem “tratamento espiritual” capaz de curar as crianças acometidas de feitiçaria submetendo-as a longos períodos de reclusão, jejuns prolongados e medicamentos agressivos, fazendo com que pela exaustão muitas delas chegam a afirmar que são feiticeiras.

A violência contra as crianças/jovens acusadas de feitiçaria, desta forma, manifesta-se de formas muito diferentes, agrupadas em 3 grandes categorias: maus-tratos físicos, psicológico e negligência.

Na categoria de maus-tratos físicos podem ser enquadrados todas as ações que ferem a integridade física da criança e do jovem. Os maus-tratos físicos, infligidos por familiares ou cuidadores, nomeadamente por pais biológicos, parentes da família alargada, pessoa que resida com o progenitor responsável pela criança ou qualquer indivíduo a quem os pais conceda a sua responsabilidade, correspondem a qualquer ação, não acidental, que provoque ou possa provocar dano físico no menor, podendo ocorrer-se de forma isolada ou repetida, e que coloque em perigo o seu desenvolvimento físico, social ou emocional (Duarte, 2018; Magalhães, 2002). Considera-se qualquer tipo de ação não acidental que resulte da utilização da força física ou do objeto contra a criança e que provoque ou possa provocar lesões ou danos físicos, produzidas com ou sem “instrumento”, fazendo parte delas práticas como queimaduras, fraturas, traumatismo, sufocação, afogamento, intoxicações provocadas, castigos corporais, entre outros (Azevedo & Maia, 2006; Magalhães, 2002; Neves, 2017). As identificações dos maus-tratos físicos são evidentes em função das marcas e sinais deixados no corpo da vítima, embora em alguns casos sejam difíceis identificar, por não haver marcas.

As crianças e jovens vítimas de acusação de feitiçaria, conforme exposto, são vítimas de maus-tratos físicos, nomeadamente por castigados corporais, agressões, tortura e podendo, em último caso, serem vítima de homicídio por familiares ou vizinhos (Altuna, 2014; Morisca, 2003; Pereira, 2007; Sissimo, 2018; Soares, 2021; Zola, 2020).

A acusação de feitiçaria, também pode ser manifesta em forma de maus-tratos psicológicos, os quais são mais difíceis de detetar (Azevedo & Maia, 2006). Este tipo de maus-tratos dizem respeito ao abuso emocional que se concretiza pela ausência de afeto e de reconhecimento das necessidades emocionais da criança ou jovem e, que origina consequências para o seu desenvolvimento físico, mental, emocional, moral ou social (Magalhães, 2002; 2010). Estão incluídos neste tipo de maus-tratos os insultos, a desvalorização pessoal e humilhação, a ameaça, a rejeição, a indiferença, a culpabilização, corrupção e, sobretudo, problemas relacionais entre pais e crianças ligadas à alienação parental (Azevedo & Maia, 2006; Magalhães, 2002; Neves, 2017). Mediante os maus-tratos psicológicos, observa-se a incapacidade em proporcionar à criança ou ao adolescente um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo indispensáveis ao seu crescimento, desenvolvimento e comportamentos adequados (Canha, 2003).

Em matéria de acusação de feitiçaria, verifica-se rejeição por parte dos pais/familiares e a atribuição de nomes de cariz negativo, tais como “feiticeiro, bruxo e diabólico”, os quais visam estigmatizar as crianças e jovens. Por outro lado, a rejeição que a criança e jovem são submetidos começam, no seio da família e depois se estende pela comunidade. Nesse sentido, a criança não se sente amada e tem tendência a isolar-se no seu próprio mundo, muitas vezes demonstrando tristeza (Duarte, 2018). Nos maus-tratos psicológicos, a criança é dominada pela manipulação dos seus medos, são feitas para com ela chantagens em função dos seus terrores, ameaçando-a e aterrorizando-a como ser submetida a um conjunto tratamento, como *xigilamento*, um tipo de exorcismo sendo temidas pela maioria das pessoas (Pereira, 2007; Zola, 2020).

Para além dos tipos de maus-tratos já mencionados, a negligência é outro dos maus-tratos a que a criança/jovem acusado de feitiçaria é alvo. A negligência, traduz-se num comportamento regular por parte dos pais/encarregados da criança, pela omissão no que respeita aos cuidados que devem ser prestados sendo asseguradas as necessidades consideradas

básicas, como: alimentação, higiene, segurança, saúde, educação e afeto (Calheiros, 2006; Duarte, 2018; Magalhães, 2002).

Este tipo de maus-tratos é continuado no tempo e “pode ocorrer conscientemente por parte das figuras maltratantes, ou produzir-se como uma manifestação de ignorância, falta de informação ou formação, pobreza ou incapacidade parental para proteger e cuidar das crianças” (Azevedo & Maia, 2006, p. 33). Esta pode ser praticada de forma voluntária quando existe intenção de causar dano ou então involuntária quando os pais ou cuidadores do menor não apresentam competências para assegurar tais necessidades, não lhe proporcionando um desenvolvimento adequado à idade (Magalhães, 2002), podendo ocasionar a mendicidade e/ou a carência psicoafetiva por parte da criança (Neves, 2017).

No caso de acusação de feitiçaria, a negligência é evidente em crianças/jovem com algumas características peculiares como deficiência físicas, ou com albinismo, ou ainda com algum tipo de síndrome. Geralmente são ignoradas pela mãe que pela falta da assistência, e/ou os devidos cuidados que a deficiência exige, e, as crianças acabam por morrer (Fundação Fé e Cooperação, 2016). Além destes, a maioria dos casos de acusação de feitiçaria acabam sempre com a rejeição da criança, chegando ao ponto de serem expulsas de casa e passarem para situação de sem-abrigo. A este propósito, Morisca (2003), afirma que “é um crime imperdoável lançar fora de casa a criança para viver na rua como cães, sem donos, por uma culpa que nunca tiveram” (p.208).

Portanto, pode-se concluir que as crianças e jovens acusados de práticas de feitiçaria, sofrem os maus-tratos físicos, psicológicos e sobretudo a negligência. Nestas localidades, a acusação é manifesta em forma de agressão, violência, estigma, que geram o abandono da criança/jovem por parte das famílias ou na fuga destas para as ruas. Na rua, a criança se encontra desprotegida, exposta ao perigo iminente, sendo que a mais comum é a negligência associada aos cuidados básicos da alimentação, saúde e educação.

Pela forma como é tratada, a acusação de feitiçaria coloca as crianças/jovens expostos a conjunto de risco/perigo que se não forem avaliados poderão interferir seriamente no seu desenvolvimento. Isto passa por procurar identificar as principais causas e fatores de risco associados nos problemas dos maus-tratos (Azevedo & Maia, 2006), sendo que esta envolve múltiplos fatores de ordem familiar, social, cultural, económica e também as características da própria criança (Amorim, 2011).

Apesar de ser difícil definir um perfil de criança/jovem com maior risco a acusação de feitiçaria, parece que a idade é um fator determinante. Corté e Arboléca (1997) citados por Azevedo e Maia, (2006), afirmam que “as crianças mais pequenas têm maior dificuldade de gerir as suas emoções, fato que pode incrementar a sua possibilidade de se utilizar a violência contra elas” (p. 51). No entanto, a maioria das crianças acusadas de feitiçaria, situa-se, na faixa etária entre 8 e 13 anos (Pereira, 2007). Isto porque os estudos, foram feitos com crianças após serem vítimas de acusação, portanto, se forem bem investigadas e no momento durante a acusação de feitiçaria poderão ser encontradas crianças de menor idade.

A UNICEF (2016), no estudo que desenvolveu sobre a acusação de feitiçaria em África, identificou algumas características destas crianças, tais como: algum tipo de incapacidade física como a hidrocefalia, abdómen aumentado, olhos avermelhados ou alguma doença crónica ou congénita, evidente notória, (epilepsia, tuberculose; distúrbio psicológico, como autismo, síndrome de Asperger, e mesmo criança com dificuldades na linguagem ou sobredotadas. Para além destas características, as crianças e adolescentes que apresentam comportamentos considerados desviantes (e.g., agressividade, indolência, inquietude, dispersão), bem como a presença de sintomas, tais como a fome excessiva, a enurese noturna, o sono agitado ou excessivo e as doenças como epilepsia e sonambulismo também são associados a crianças feiticeiras (Pereira, 2007).

Por outro lado, o estudo realizado por Pereira, (2007; 2008) concluiu que podem identificar-se fatores económicos e políticos associados a práticas de acusação de feitiçaria. Angola tem a sua história contemporânea marcada por sucessivos conflitos armados entre 1961 e 2002, que desembocaram em permanentes crises económicas. Nesse sentido, a população do país padece, assim, de explicações para os constantes entraves ao desenvolvimento, servindo essas crianças de bode expiatório. Parece que as mudanças sociais apresentadas obrigam a escolha por parte das famílias relativamente aos seus filhos. Neste sentido, enquanto as despesas superarem as receitas parece não restarem alternativas (Fundação Fé e Cooperação, 2016).

Fatores relacionados com a organização social das comunidades, podem propiciar a acusação de feitiçaria de crianças e jovens. Numa sociedade, como a angolana, onde se registam níveis elevados de pobreza e de desigualdades socioeconómicas, sobretudo nas zonas urbanas, verificam-se divisões e acentuados níveis de desigualdades motivando a procura de respostas e soluções em “casas obscuras” (e.g., pessoas feiticeiras), o que se torna especialmente

preocupante quando é instigado por pessoas ligadas às religiões derivadas das igrejas neopentecostais (Soares, 2021), conforme já descrito.

As crianças e jovens vítimas de acusação de feitiçaria são submetidas à prática de exorcismo, praticadas pela igreja pentecostais e africanas, sendo estas responsáveis pela legitimação da acusação a feitiçaria. Pelo método, ora confirmam, ou negam a existência do feitiço, que na sequência oferecem solução para o problema através da cura da criança/jovem, mantendo-lhes sobre a sua tutela até que se “livre” do mau espírito ou da feitiçaria (Pereira, 2007; 2008). Neste sentido, as igrejas atuam por rituais de purificação de crianças que são consideradas feiticeiras. O ritual é feito com as oferendas (e.g., dinheiro, objetos), as quais servirão para o pastor/a enfrentar os espíritos da feitiçaria (Morisca, 2003; Pereira, 2007; 2008). “Os pastores/as são o principal grupo que acusa crianças e jovens de feitiçaria além da família e os mesmos exploram o fenómeno da feitiçaria para fins económicos, a partir da religião” (*Save the Children* 2006, citado por Sissimo, 2018, p.17).

Verifica-se também que o risco de acusação de feitiçaria, parece aumentar quando a criança/jovem deriva de um grupo etnolinguístico com maior predominância a crença da feitiçaria. A maioria dos casos de crianças acusadas de feitiçaria em Angola, foram encontradas no povo Bakongo, pela influência já mencionada (Morisca, 2003; Pereira, 2007). Porém, embora a província de Malanje, não seja exatamente do grupo Bakongo, faz fronteira tanto com a RDC e com a província do Uíge, fato que pode explicar, o aumento de casos de crianças vítimas de acusação à feitiçaria nesta província.

2.2. Consequências da acusação de feitiçaria na vida das crianças e jovens

Como vimos nos capítulos anteriores, a acusação de feitiçaria é produto de múltiplas variáveis, tais como as características das crianças, os fatores ambientais e familiares ou a influência da cultura predominante. Do mesmo modo, as consequências só poderão ser compreendidas se tiverem em conta as mesmas características, sobretudo o ambiente familiar.

Quando as crianças são acusadas pelos infortúnios da família, e passando pelos maus-tratos, saem à procura de novos lares e novas formas de identificação. Esta transição aumenta a fragilidade da criança que passa a ser uma obrigação não só das instituições locais (e.g., ONGs) como do Estado. Como qualquer maus-tratos, as crianças e jovens vítimas de acusação

de feitiçaria passam indubitavelmente por um conjunto de experiências tanto socialmente como a nível psicológico, tendo desta forma, uma maior probabilidade de sofrerem diversos problemas psicossociais do que outras crianças e jovens (Sani, 2002). Os problemas psicossociais são pela sua elevada frequência e repercussão persistentes e podem estar afincados no desenvolvimento da identidade das crianças. A consequência da acusação da feitiçaria mais extrema é a morte da criança/jovem (Cimpric, 2011; Fundação Fé e Cooperação, 2016; Pereira, 2007; Zola, 2020). No caso de acusação não levar à morte da criança/jovem existe um conjunto de consequências psicossociais, que se manifestam ao longo do tempo (Magalhães, 2002), marcando profundamente a vida adulta e causando um impacto claramente negativo sobre a personalidade da vítima. A gravidade destas consequências depende de vários fatores, tais como a forma e a duração dos maus-tratos, o grau de relacionamento com o abusador, a idade do menor, a sua personalidade e/ou o seu nível de desenvolvimento (Azevedo & Maia, 2006; Herman, 2001 citado por Magalhães, 2002; Martins, 2004; Sani, 2002).

A criança/jovem vítima de acusação de feitiçaria (vítima de maus-tratos), a nível cognitivo, pode desenvolver um défice intelectual, défice na linguagem e baixo rendimento académico ou profissional, bem como desenvolver problemas afetivos, sendo evidente a baixa-autoestima, sensações de medo angústia e raiva, disfunções sexuais, ideação e/ou tentativas de suicídio (Azevedo & Maia 2006; Duarte, 2018; Magalhães, 2002). Manifestam frequentemente agressividade e negativismo (Duarte, 2018) e verifica-se uma grande probabilidade de crescerem com depressões, onde a falta de motivação e envolvimento são evidentes, além do comprometimento do autoconceito e autoimagem de si (Azevedo & Maia 2006; Manjarrez & Nava, 2003). O autoconceito é um fator que intervém significativamente na personalidade do indivíduo, influenciando positiva ou negativamente. Quando afeta negativamente, as crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos sentem-se menos aceites pelos seus pares (Seixas, 2006, citado por Duarte, 2018).

Associado ao mal-estar psicológico, as crianças vítimas de maus-tratos, incluindo as acusadas de feitiçaria, enfrentam um mal-estar social. Para Magalhães (2002) as crianças maltratadas têm tendência a enveredar pelo mundo da delinquência, reproduzindo os comportamentos violentos a que foram expostas pelos seus pais e outras pessoas próximas, apresentando não raras vezes, doenças neurológicas e psiquiátricas, transtornos de personalidade e sequelas orgânicas de origem traumática. Por isso a agressividade pode ser

considerada normal, tendo em conta a pobre vivência afetiva pautada pela ausência de cuidados, originando dificuldades na interação (Mota, 2023).

As incertezas e inseguranças ao nível das relações sociais, que as crianças e jovens sentem, interferem claramente no processo (re)construção de identidade. Tratando-se de um fenómeno extremamente complexo e cultural, a tarefa de (re)construção carece de rede de suporte social que se assume como recursos contextuais que permitem que a criança/jovem aprenda a lidar com sucessos aos acontecimentos da vida que provocam stresse e angústia (Gore, 1981, citado por Santos, 2014) e que reconfigure a visão distorcida da família e do mundo.

Capítulo 3- Dos maus-tratos à (re)construção de identidade

Entender o processo de (re)construção de identidade das crianças e jovens em situação de risco (acusados de feitiçaria), nos remete para o desenvolvimento humano e para as suas diversas fases uma vez que o desenvolvimento humano ocorre através da relação dos processos biológicos, psicológicos, sociais e culturais (Costa, 2017) ao passo que a identidade aparece como uma característica peculiar do desenvolvimento; um processo contínuo e dinâmico que se modifica e se desenvolve ao longo da vida na relação com o outro e entre os diferentes sistemas.

O conceito de identidade é vasto e complexo por estar intrinsecamente afincado na construção do sujeito, consoante as experiências que cada um tem no mundo (Vieira, 1999). É marcada por uma multiplicidade de fatores.

A identidade é um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como se percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornaram importantes para eles (Erikson, 1976, citado por Naujorks, 2021, p. 172).

Durante o processo de construção da identidade, os acontecimentos e histórias de vida que o indivíduo vivencia, são cruciais para sua autoimagem e autoconceito assim como a percepção de si e dos outros. É na adolescência que o conceito ganha maior expressão, altura em que é necessária uma maior segurança, a qual está sedimentada na identidade construída ao longo dos estágios anteriores, para fazer face a todas as transformações físicas e psicológicas que este período acarreta (Erikson, 1979; Silva, 2011). Neste período a identidade tem em conta a dimensão biológica, social e individual do adolescente que o ajudarão a definir-se como ser social. Contudo, segundo Erikson (1979), este período é também marcado por uma confusão identitária, tendo em conta que a preocupação com a opinião alheia e a influência cultural faz com que o adolescente modifique frequentemente os seus comportamentos e as suas opiniões, em curtos períodos, acompanhando o mesmo ritmo das transformações físicas que lhe sucedem. Na sua essência o processo acaba sendo inconsciente, exceto em momentos de crise, quando as condições internas e as circunstâncias externas se combinam para agravar uma dolorosa ou eufórica consciência de identidade (Ramalho, 2003).

A construção de identidade, enquanto processo dinâmico ao longo do todo o ciclo de vida, resulta de uma alteridade estabelecida no convívio social, ainda que haja participação pessoal na reinterpretação dos estímulos sociais. Neste plano, figuram as experiências positivas e negativas que, com maior ou menor intensidade, impactam na história do indivíduo, resultando assim numa identidade única e irrepetível.

O processo identitário é, ao mesmo tempo, individual e social, supõe uma interestruturação entre identidade individual e a identidade social dos atores sociais, em que componentes psicológicos e sociológicos se articulam organicamente. Os indivíduos se integram em diferentes grupos sociais, assumindo diferentes identidades coletivas, identificando-se com esses grupos, tendo o sentimento de a eles pertencerem, mas simultaneamente, tendem a diferenciar-se, tornando-se autónomos e firmando-se como indivíduos, como sujeitos, como atores sociais (Filho, s.d. citado por Costa, 2017, p. 30).

Se por um lado a socialização é um processo de identificação e construção identitária de pertença e de relação com os outros (Dubar 1997, citado por Costa, 2017), por outro lado, este também é resultado da trajetória biográfica, profundamente marcada por fatores individuais e fatores sócio/culturais. A metamorfose cultural, coloca muitas vezes as pessoas numa encruzilhada reflexiva (Vieira, 1999) levantando questionamentos sobre quem sou? De onde vim e para onde vou? (Ciampa 1989; Costa, 2017) além de refletir sobre a cultura de onde partiu e da cultura a onde chegou (Costa, 2017). Segundo Vieira (1999) a metamorfose cultural dá origem a dois resultados possíveis: o Oblato e o Trânsfuga. No primeiro, as pessoas rejeitam as origens socioculturais depois do ocorrido e o segundo “o individuo recebe o novo, mas não rejeita o velho, incorpora no seu universo pessoal, a aquisição cultural que dá uma dimensão à cultura de origem, mas que não aniquila nem substitui. Antes, sim, dá-lhe uma terceira dimensão, resultante da integração comparativa entre o nós e o ele” (Vieira, 1999. p. 66).

A (re)construção de identidade não é influenciado apenas por fatores sócio/culturais, mas também pelos fatores internos/individuais, que diz respeito, a forma singular e peculiar com que o indivíduo processa as informações do meio externo, é fortemente determinado por uma base biológica e genética (Vieira, 1999).

É evidente que esta leitura e interpretação é condicionada por todos aqueles elementos que foram subjetivamente assimilados e processados, por todos os “eus” anteriores que se foram alterando e levaram ao novo eu. O modo como o mundo entre pela minha janela (social/cultural) e o modo como me situo e me movimento nesse mesmo mundo (pessoal) estão de tal forma interligados que se torna impossível destrinçá-los. Um vai alterando o outro e vice-versa. Este “eu” alterado “tem de ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de ligação entre a mudança pessoal e a mudança social (Vieira, 1999, p.76).

Na criança/jovem acusado de feitiçaria, a história de vida está marcada na maioria pela forma singular como os acontecimentos são processados por estas/estes. Ou seja, por um lado, pode desenvolver atitudes feiticista e futuramente ser profissionalmente feiticeiro, ou, por outro lado, pode contestar esta “identidade” e condição. Portanto, a nível interno, existem fatores que

determinam e promovem alterações nos sujeitos, que marcam fortemente a (re)construção dos processos identitários, nomeadamente incidentes ou fases críticas e pessoas críticas (Vieira, 1999).

Os incidentes críticos ou fases críticas são momentos e episódios não programados, antecipados ou controlados, que têm enormes consequências para o desenvolvimento e mudanças pessoais. Especificando, podemos dizer que o fato da criança passar por uma acusação de feitiçaria com toda a violência que a caracteriza, resulta no processo crítico que automaticamente impacta na sua vida, causando mudanças nos seus padrões comportamentais de qualquer ser, moldar as condutas permitindo assim, uma autotransformação dos sujeitos inseridos nas tramas sociais. As pessoas críticas, por seu turno, são pessoas significativas de forma negativa ou positiva, que surgem na vida dos sujeitos e que têm um impacto maior sobre eles (Costa, 2017). Em matéria de acusação de feitiçaria as pessoas negativas, são os agressores (famílias, vizinhos, *Kimbandas*) que, em geral, colocam as crianças e jovens em situações de extrema vulnerabilidade social ao passo que as pessoas críticas positivas, são as pessoas singulares, os agentes da polícia as instituições de acolhimento e os/as técnicos/as, que durante o processo acolhem e proporcionam a proteção das crianças e jovens.

Em síntese, a identidade é uma característica pessoal, intrínseca a cada indivíduo, resultante de um processo dialético, reflexível e dinâmico, influenciado por fatores internos, sociais e culturais, no qual o todo é mais que as partes que a compõem. No entanto, a sua construção está ligada com a atribuição de significados consistente e coerente à própria existência, relativamente às suas experiências passadas e presentes, com o fim de dar um sentido ao futuro. Portanto, trata-se de uma incessante definição de si próprio: o que/quem sou, o que quero fazer/ser, qual o meu papel no mundo e quais os meus projetos futuros, processo nem sempre pacífico e causador, por vezes, de muitas crises e angústias existenciais. No caso das crianças/jovens acusados de feitiçaria, torna-se necessário uma intervenção psicossocial para auxiliar no processo de (re)construção identitária, que deve ser apoiada por agentes com responsabilidade nesta matéria da proteção da infância e juventude.

Capítulo 4-Da exposição ao perigo à proteção das crianças e jovens

Nesta secção será apresentada o panorama da proteção das crianças/jovens vítimas da acusação de feitiçaria, sobre precisamente as abordagens assumidas pelas organizações estatais a nível de Angola e as ONGs relativamente à questão. Foca-se mais adiante no acolhimento

institucional de crianças e jovens em Angola que se apresenta como a principal via para autonomizar e empoderar a vida das crianças/jovens.

4.1. Abordagens nacionais e internacionais de crianças/jovens acusados de feitiçaria

O fenómeno das crianças/jovens acusados de feitiçaria em Angola mereceu especial atenção das Organizações estatais e das ONGs, sobretudo a partir de 2001, quando foram detetados inúmeros casos de crianças acusadas de feitiçaria, nas ruas de Mbanza Kongo, bem como em outras regiões do país. Perante tais fatos, foram criadas parcerias entre o INAC⁶ e várias ONGs em 2003, entre elas a *Save the Children*-Seção Noruega (SC-N) e Christian Children Fund (CCF), que promoveu a implementação de uma rede de proteção da criança, na qual participaram agentes comunitários que foram responsáveis por prevenir, detetar e resolver localmente casos de crianças acusadas de feitiçaria e/ou submetidas à violência, através de aconselhamentos às famílias e comunidades envolvidas no nível local (Pereira, 2007). Tratou-se de um trabalho que se estendeu por todo país, e contou com a participação da Igreja Católica que se encarregou de acolher as crianças/jovens que ficaram sem a proteção das famílias.

A acusação de feitiçaria de crianças/jovens ganhou a atenção internacional mediante estudos, ações e projetos por parte das ONGs, as quais procuraram conciliar a perspectiva dos “direitos da criança” com a tentativa de compreender e dar novo tratamento ao universo cultural local, profundamente arraigado na “crença de feitiçaria”. Nas investigações desenvolvidas pelas ONGs, a feitiçaria é percebida como uma crença típica da cultura bantu que poderia ser amenizada através da sensibilização sem que, no entanto, mergulha-se no campo destas crenças (Pereira, 2007). Na verdade, estas organizações tratam a questão das crianças/jovens acusados

⁶ O INAC é uma estrutura governamental com a responsabilidade de garantir a proteção e a promoção dos direitos das crianças, sobretudo as mais vulneráveis. Foi fundado no início da década de 80, com o nome de Comissão Nacional da Infância (CNI) pela resolução n.º 2/84, de 29 de maio do Conselho Defesa e Segurança, e, mais tarde, passou-se a denominar por INAC, através do Decreto n.º 8-1/91 (Conselho de Defesa e Segurança) (INAC, 2022). , o qual o define como uma instituição governamental dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, para investigação científica focada para o desenvolvimento e melhoria da condição social da criança em situação de risco, com um gabinete em todas as províncias de Angola (INAC, 2022).

de feitiçaria no campo das crianças em risco, e envolto nestas situações, a intervenção é feita, no sentido de minimizar os efeitos negativos nas mesmas.

No âmbito da intervenção social as ONGs, desempenharam um papel crucial ao facilitar um treino de agentes comunitários, dando origem a cerca de 38 que trabalharam nas CPC. Auxiliado pelos CPPCR que contou com a participação dos principais Ministérios e órgãos de Justiça de Angola (Pereira 2007). Entretanto, apesar desses esforços, hoje, ainda é visível em toda a realidade angolana casos de crianças/jovens acusados de feitiçaria, rejeitados pela família, vivendo nas ruas e em lares de acolhimento. Em função da exposição ao risco/perigo e com o foco na proteção dos direitos da criança espelhados na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 2019) em 2012 o Estado angolano aprova a Lei da Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei n.º 25/12, de 22 de agosto), que resumidamente, apresenta os princípios gerais para a proteção das crianças e sobretudo o acolhimento destas.

A Lei n.º 25/12, de 22 de agosto, no seu artigo 7.º proíbe todas as formas de maus-tratos contra a criança não podendo ser tratada de forma negligente, discriminatória, violenta ou cruel, nem ser objeto de qualquer forma de exploração ou opressão, sendo punidos por lei todos os comportamentos que se traduzam em violação a estas proibições. Uma vez, desprotegida, esta poderá ser acolhida em acolhimento institucional.

4.2.O acolhimento institucional de crianças e jovens em Angola

O acolhimento institucional em Angola está ligado com a história da expansão do cristianismo, mais especificamente com o surgimento de congregações/ordens religiosas masculinas e femininas da Igreja Católica, as quais têm como missão assegurar a assistência aos desfavorecidos, pobres, doentes, viúvas e órfãos, existentes numa determinada comunidade eclesial/paroquial (Lopes, 2017). Desta forma, em quase todas paróquias/igrejas existem lares de acolhimento para os mais carenciados. Este fato foi sobretudo visível depois da guerra civil que decorreu entre 1992 e 2002, a qual gerou uma série de problemas sociais, entre eles crianças órfãs e famílias deslocadas (Pereira, 2007). Assim, dá-se o surgimento de instituições de beneficência, criadas por espírito de solidariedade cristã, para acolherem os mais necessitados (e.g., crianças/jovens, idosos) (Lopes, 2017). Contudo, estas instituições assumiram mais um cariz assistencialista do que de emancipação e de capacitação ao nível da intervenção social.

Não obstante, dos esforços iniciais, principalmente promovidos pela Igreja Católica, com a adoção da Lei da Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança (LPDIC), em 2012, promove-se uma intervenção mais estruturada, implicando que esta fosse realizada por profissionais especializados norteados por um saber teórico-prático.

A LPDIC, estabelece que o acolhimento institucional deve proporcionar proteção e assistência especiais na vida da criança, e, enquanto o acolhimento durar, a família de origem da criança deverá ser fortalecida para que esta possa receber a criança de volta no seu seio, evitando-se a reincidência, a fim de que o tempo de permanência da criança na instituição de acolhimento seja o mais curto possível. Nesse sentido, o artigo 42.º estabelece que, sempre que possível, a criança deve ser acolhida num lar próximo do seu local de residência. Contudo, caso não seja possível retomar ao meio natural de vida, as instituições de acolhimento devem assegurar a preparação da criança para uma vida independente e autossustentável (art.º 42, LPDIC).

O acolhimento institucional é encarado como um lugar de proteção social, de garantias dos direitos fundamentais das necessidades básicas, tais como a alimentação, educação, acompanhamento terapêutico, de reabilitação, da preservação da integridade e identidade, da reinserção social, de autonomização, e de segurança, ou seja, um espaço potenciador de estabilidade relacional, funcional e instrumental, preparando-os para desafios e para processos de mudança (Alves, 2007). Dada a função, as instituições de acolhimento devem garantir a existência de atividades educativas, culturais e de lazer (art.º 42 LPDIC), de forma, que seja assegurada uma formação educativa socioescolar a estas crianças e jovens. Em paralelo, deve ser realizada uma intervenção psicossocial, que permita assegurar os direitos destas crianças, conforme exposto na filosofia da lei.

A intervenção nos lares de acolhimento residencial com crianças/jovens acusados de feitiçaria apela a formas diversificadas de atuação, sendo o modelo psicossocial uma importante matriz de intervenção.

O modelo psicossocial centra-se na valorização da personalidade e “na possibilidade de encontrar no próprio indivíduo os recursos para enfrentar a situação problemática através do tratamento de conflitos intrapsíquico” (Florence e Hollis, 1969, citados por Romero & Brancos, 2023, p. 79), sem esquecer a importância do contexto social onde este está inserido. Neste contexto, a intervenção social, nomeadamente a intervenção dos/as assistentes sociais,

deve-se centrar nos fatores pessoais e ambientais (Romero & Brancos, 2023). Os primeiros estão relacionados com a capacidade do indivíduo em influenciar e controlar os acontecimentos que ocorrem ao longo da vida, ao passo que os fatores ambientais estão relacionados com o sistema de interação social do indivíduo com as famílias, organizações de vizinhança e, sobretudo, a nível económico e culturais.

No processo de intervenção psicossocial, é necessário ter em linha de conta a participação ativa da pessoa, a fase do ciclo da vida em que se encontra e o contexto espacial-ambiental, a ligação pessoal com o problema, a relação com o profissional, a crença no potencial das pessoas, sentimentos, emoções, representações, estilos de vidas, hábitos, segredos, papéis, valores, e em última análise, o mundo cultural que rodeia o utente a partir de uma perspetiva ecológica (García & Romero, 2021). Trata-se de “um modelo terapêutico, que através dele o Serviço Social visa melhorar o bem-estar da sociedade, dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, através da promoção e da facilitação do crescimento e da realização pessoal” (Almeida, 2013, p.22).

Mediante o exposto, ressalta-se a importância do acolhimento de crianças/jovens em situação de vulnerabilidade social, como as vítimas de acusação de feitiçaria, o qual é percecionado por estas como uma oportunidade de se realizarem como ser humano com dignidade.

Refletir sobre o impacto da institucionalização de crianças e jovens vítimas de maus-tratos, é considerar os fundamentos, as possibilidades e os limites subjacente a esta política de intervenção, é ultrapassar a generalidade do conceito e reconhecer a adversidade das instituições (...) (Alberto, 2008, p. 210).

Fora de casa, sem os pais e sem o seu lar, as instituições de acolhimento representam uma segunda família, ou mesmo uma casa de faz de conta, que assume a função de desenvolver o sentimento de pertença e aceitação a um lar, ainda que seja substituto e que não represente o lar primário. Considerando o trajeto destas crianças e jovens, pautado por riscos e perigos, a institucionalização é vista como a solução temporária, que deverá criar condições de desenvolvimento e de realização pessoal, superando deste modo os contextos desfavoráveis e as próprias estruturas pessoais fragilizadas e garantir o processo de (re)construção de identidade

deste grupo de pessoa (Alvarez et al., 2014; McKenzie, 1997, Raymond, 1996, 1998 citados por Alberto, 2008).

As instituições de acolhimento, desta forma, assumem um carácter securizante, por oposição aos contextos familiares de origem da criança/jovem, muitas vezes pautados pela desorganização, instabilidade, imprevisibilidade, insegurança e angústia. É desse modo que se apela à necessidade destas instituições, enquanto procuram substituir as condições precárias desses contextos familiares por ambientes (e.g., estabelecimento de regras e rotinas diárias) que proporcionem maior organização, segurança e estabilidade às crianças e jovens, evitando dessa forma sentimentos de angústia (Alberto, 2008). Para tal, estas instituições devem também promover um contexto de expressão de sentimentos positivos de bem-estar com vista a superação da componente depressiva presente em muitas crianças e jovens acusados de feitiçaria.

Finalmente, a importância do acolhimento institucional reside também no fato de proporcionar a oportunidade de (re)construção da identidade destas crianças e jovens. Geralmente as crianças/jovens acusados de feitiçaria tendem a desenvolverem um sentimento de culpa e de rejeição de si próprios, desvalorizando-se a nível físico e social e desenvolvendo concomitantemente atribuições externas de controle com ausências de construções de sonhos e de projetos. Sentem que têm um futuro breve e dramático, ao perceberem que a sua identidade é resultado de um destino fatal no qual eles/as não têm nenhuma participação, estando condenadas/os ao fracasso. Espera-se, portanto, que as instituições de acolhimento consigam desconstruir esta visão distorcida de si mesma, fornecendo condições que possibilitem a (re)construção do eu, quer pela reformulação do passado, quer pela construção de projetos futuros que se acompanha pela reestruturação do autoconceito (Alberto, 2008).

Portanto, as instituições devem ainda pautar por uma intervenção holística que envolva todos os autores desta história, nomeadamente família, instituição e técnicos/as, onde o envolvimento da família e as estratégias da capacitação do sistema familiar parecem fundamentais, num plano de respeito e corresponsabilização horizontal para a família poder reescrever a sua história e não se basear em pequenas narrativas que muitas vezes, só aos/às técnicos/as fazem sentido (Santos, 2014), por outro lado, deve também fomentar formações académicas para que as crianças e os jovens possam ter possibilidades de realizar-se profissionalmente e pessoalmente (Delgado, 2002).

PARTE II– ESTUDO EMPÍRICO

A segunda parte da presente dissertação debruça-se sobre o desenho metodológico da investigação subjacente à problemática identificada e apresenta os resultados obtidos, bem como a sua análise e discussão e as devidas conclusões, tendo em linha de conta a pergunta de partida e os objetivos traçados.

Capítulo 5- Fundamentação metodológica

5.1. Pertinência social do estudo

A violência que as crianças e jovens acusadas de feitiçaria são alvo em Angola vai muito além de uma simples ocorrência de episódios de violência intrafamiliar, ao criar ruturas nos laços familiares, que se traduzem pelo abandono e expulsão da casa destas crianças/jovens, colocando-as em situação de sem-abrigo. Esta situação de extrema vulnerabilidade social é pautada por sentimentos de incerteza quanto ao futuro e com marcas profundas no que diz respeito ao seu desenvolvimento e identidade.

As crianças e jovens, perante esta situação, encaram os lares de acolhimento como uma réstia de esperança para encontrarem um conforto mínimo que as famílias não conseguiram proporcionar. Contudo, no contexto de acolhimento em lar, as crianças e os jovens confrontam-se com reais dificuldades no processo de adaptação à nova situação, fortemente influenciada pelas causas que as levaram até àquelas instituições (a acusação de feitiçaria), interferindo no processo de (re)construção da sua identidade. Desta forma, espera-se que as instituições de acolhimento sejam securizantes, contentoras de angústia e promotoras do desenvolvimento pessoal e da (re)construção da identidade (Alvarez et al., 2014; Raymond, 1996, 1998 citado por Alberto, 2008), podendo lidarem com a realidade cultural da criança/ jovem. Neste sentido, revela-se extremamente útil munir os/as interventores/as sociais, em concreto os/as assistentes sociais, destas instituições de acolhimento sobre este processo, uma das razões pelas quais este estudo foi realizado. A matéria de acusação de feitiçaria coloca estes/as profissionais diante de uma realidade complexa com inúmeros desafios para os quais devem estar preparados.

Apesar do tema da acusação de feitiçaria de crianças/jovens em Angola ter merecido alguma atenção na literatura (e.g., Altuna, 2014; Morisca, 2003; Pereira, 2007; Sissimo, 2018 Soares, 2021; Zola, 2020), carece ainda de estudos que demonstrem os efeitos a longo prazo

destas experiências traumáticas, bem como compreender o papel desempenhado pelos/as interventores/as sociais nos lares de acolhimento.

A investigação que desenvolvemos assume-se como um contributo para o conhecimento do impacto da acusação de feitiçaria neste público, e sobretudo a vivência destas nos lares de acolhimento, de modo a despertar o interesse e envolvimento dos/as interventores/as sociais na criação de mais e melhores respostas/intervenções sociais que sejam eficientes e que garantam a proteção dos direitos da criança/jovem, uma vez que a acusação de feitiçaria pode exercer influências negativas no processo de (re)construção identitária.

Ademais, a pesquisa poderá elencar pistas do caminho a ser seguido para que se possam criar redes de suporte entre as comunidades, famílias e sociedade civil em matéria de crenças de feitiçaria, apontada como um obstáculo ao desenvolvimento destas crianças e jovens, colocando-as em situações de extrema vulnerabilidade. Baseando-se na necessidade de intensificar a intervenção social com e para as crianças/jovens acusados de feitiçaria nos lares de acolhimento em Angola, a presente investigação visou compreender o processo de (re)construção de identidade após passar pelos maus-tratos e acusações de feitiçaria implicando um trabalho que tem como foco a avaliação dos fatores de vulnerabilidade a que as crianças/jovens estão sujeitos/as, bem como o significado que estas atribuem à acusação de feitiçaria.

5.2. Questão de partida e objetivos

A presente investigação tem como objeto de estudo as crianças e jovens acusadas de feitiçaria em Malanje-Angola e como o processo de intervenção social se configura para garantir o processo de (re)construção de identidade deste público-alvo. Assim, o estudo rege-se pelas seguintes questões de partida:

- Qual a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens, em Malanje?
- Como se configura o processo de intervenção social no sentido da redução do impacto negativo na (re)construção identitária dos sujeitos acusados de feitiçaria?

Tendo em consideração que os objetivos da investigação emanam das questões iniciais, foram definidos os seguintes objetivos gerais:

1. Compreender a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens em Malanje;
2. Compreender a configuração da intervenção social, para garantir a (re)construção identitária das crianças/jovens, bem como a sua contribuição na redução do impacto negativo nos sujeitos acusados de feitiçaria que estão inseridos em lares de acolhimento.

Para concretizá-los, traçaram-se como objetivos específicos, os seguintes:

1. Percecionar e refletir as práticas da cultura Bantu/ Ambundu na acusação de feitiçaria de crianças e/ jovens;
2. Elencar os fatores de risco na acusação de feitiçaria de crianças/jovens;
3. Descrever os fatores de proteção social das crianças/jovens acusados de feitiçaria;
4. Identificar os sentimentos vivenciados pelas crianças/jovens durante a acusação de feitiçaria e após a integração em lares de acolhimento;
5. Percecionar e compreender as práticas institucionais e os processos de intervenção social propícios à promoção e proteção de crianças/jovens acusados de feitiçaria.

5.3. Metodologia e método de investigação

Para garantir a validade científica, o presente estudo foi conduzido por uma componente metodológica que responde à tecnicidade do processo de investigação científica através da escolha dos métodos e técnicas necessárias para o alcance dos objetivos propostos. Assim, a investigação realizada foi conduzida pelo paradigma qualitativo (Coutinho, 2023), pois se ocupou das experiências subjetivas dos agentes sociais e dos significados que estes atribuem ao fenómeno estudado (Mertens, 1998 citado Coutinho, 2023; Gomez, 2022; Moreira, 2007).

Nesta abordagem o significado tem uma grande importância, pois através dela os pesquisadores procuram compreender os sujeitos a partir do quadro de referência desses mesmos sujeitos, tentando viver a mesma realidade de maneiras que demonstrem

empatia, e identificam-se como eles para tentar compreender como encaram a realidade (Carmo & Pereira, 2008, p. 198).

Através da abordagem qualitativa foi possível desenvolver um quadro interpretativo da informação recolhida, com recurso ao método indutivo, através da observação e compreensão do fenómeno cujas causas queríamos conhecer (Gil, 2008; Marconi & Lakatos, 2003) através dos significados atribuídos à acusação de feitiçaria e do seu impacto no processo de (re)construção identitária das crianças/jovens.

No que concerne a finalidade da investigação, o estudo assume um cariz descritivo e exploratório, ao visar a obtenção da descrição das características de uma determinada população e/ou fenómeno (Gil, 2008), aprofunda a questão da acusação de feitiçaria de crianças/jovens para desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias tendo em vista a formulação de problemas mais precisos (Gil, 2008). Importa ressaltar que a presente investigação assume um carácter exploratório pelo fato de não existirem ainda uma gama de estudos que ajudem a indagar o fenómeno de acusação de feitiçaria de crianças/jovens em Malanje, bem como a inexistência de dados oficiais que confirmem a evolução da problemática.

5.4. População Alvo e amostra

Sendo a população-alvo da presente investigação as crianças e jovens angolanas/os da província de Malanje acusadas/os de feitiçaria, de modo a operacionalizar os objetivos propostos, foram constituídas três amostras: (a) Crianças/jovens acusados de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento, (b) interventores sociais que trabalham diretamente com estas crianças e (c) responsáveis políticos em matéria da infância e juventude.

A seleção das amostras foi conduzida segundo a amostragem não probabilística do tipo intencional ou por julgamento que de acordo com Mattar (2001, citado por Oliveira, 2011) trata-se de tipo de amostragem em que existe uma dependência, pelo menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador de campo para a seleção dos elementos da população para compor a amostra. Ou seja, os elementos são selecionados seguindo um critério de julgamento pessoal do pesquisador, considerando sempre a disposição e a cooperação dos participantes em fazer parte da pesquisa.

Desta forma, o estudo contou com a participação de 10 indivíduos, distribuídos da seguinte forma pelos três grupos de amostra:

- a. Crianças e jovens acusados de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento — quatro (4) crianças e dois (2) jovens;
- b. interventores sociais que trabalham diretamente com estas crianças — um (1) Psicólogo; dois (2) diretores dos lares de acolhimento (1 assistente social; 1 pedagogo).
- c. responsáveis políticos em matéria da infância e juventude — Uma (1) diretora do INAC;

Para a identificação da percepção que os participantes têm acerca da acusação de feitiçaria, a amostra esteve desprovida da intenção de qualquer representatividade. Assim sendo, os participantes de maior importância são as crianças e jovens vítimas de acusação de feitiçaria, em função das características individuais de cada elemento, foram desconsideradas criança abaixo de 5 anos, ainda que tenham sido vítimas da acusação.

5.5. Contexto da pesquisa

O presente estudo foi desenvolvido nos lares Kudielela e Dom Benedito Roberto, situados na província de Malanje, em Angola, entre outubro de 2023 e janeiro de 2024.

O lar Kudielela, localiza-se no município de Malanje, no bairro Vila Matilde. Foi fundado no ano 1992, por um padre italiano, sobre responsabilidade da Igreja Católica, através das irmãs mercenárias Missionárias de Barcelona, com ajuda do Programa Alimentar Mundial (PAM), para auxiliar as crianças vulneráveis, sobretudo órfãs na sequência da guerra civil (1975–2002). Atualmente, tem parceria com INAC e com ONGs, e está sob a tutela da Igreja Católica da Espanha. O funcionamento do lar de acolhimento é assegurado por uma (1) diretora-geral (madre superiora); três (3) madres vigárias, duas (2) cozinheiras, quatro (4) auxiliares de limpezas e dois (2) operários qualificados velando pela segurança do Lar. O lar Kudielela acolhe cinquenta e uma (51) crianças e jovens, com diversas situações de risco, sendo a mais comuns crianças órfãs e vítimas de maus-tratos, dentre os quais 2 crianças e 1 jovem foram vítimas de acusação de feitiçaria.

O Centro de Acolhimento Infante/juvenil Dom Benedito Roberto foi fundado aos 21 de junho de 2022, fica localizado no bairro Dori-lombe município de Malanje. Foi construído pelo governo de Malanje, mas entregue a gestão da Igreja Católica, sendo que mantêm uma estreita relação na sua gestão com o INAC. O nome é homenagem ao antigo Arcebispo metropolitano da Igreja Católica de Malanje “Dom Benedito Roberto”. Do ponto de vista material, a instituição é preparada para o acolhimento de crianças e jovens vulneráveis. As suas instalações são compostas por: um (1) refetório, quatro (4) dormitórios, uma (1) lavandaria. Relativamente ao contexto humano, o lar tem 1 diretor, um (1) subdiretor, duas (2) cozinheiras, e dois (2) guarda de segurança. Atualmente acolhe cinquenta e quatro (54) crianças e jovens com diversas situações de vulnerabilidade social, sendo que 9 são acusadas/os de feitiçaria (7 crianças e 2 jovens).

5.6. Técnicas de recolha de dados

A técnica privilegiada no estudo foi a entrevista (Amado e Ferreira, 2007). Pois esta permite conhecer situações que impedem a presença de observadores e para descobrir o que não podemos observar diretamente (e.g., sentimentos, pensamentos, comportamentos) que tiveram lugar num momento anterior. Para operacionalizar os objetivos traçados, recorreu-se à entrevista semiestruturada, uma vez que esta permite uma maior flexibilidade nas questões, abrindo margem para que novas perguntas possam ser feitas durante o desenvolvimento da conversação.

Os guiões de entrevista semiestruturada foram elaboradas especificamente, com questões formuladas numa linguagem que se propunha ser clara e objetiva. Teve-se igualmente em conta o nível de formação e informação dos entrevistados, respeitando-se as características da população-alvo. Foram elaborados 3 guiões de entrevista semiestruturadas distribuídos para as 3 amostras:

- (a) Crianças e jovens acusados de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento;
- (b) Técnicos e dirigentes de lares de acolhimento;
- (c) Responsáveis políticos;

O guião de entrevista semiestruturada aplicado ao responsável político em matéria da infância e juventude foi dividido em 4 dimensões de análise: a primeira, apresenta a

identificação dos dados sociodemográficos; a segunda, as percepções sobre a acusação de feitiçaria; a terceira apresenta os contextos e motivos para acusação de feitiçaria de crianças e jovens em Malanje e finalmente a quarta dimensão a identificação dos fatores de riscos e medidas de proteção para as crianças e jovens em risco.

O guião de entrevista aplicado aos interventores sociais e diretores que trabalham diretamente com as crianças e jovens também apresenta 4 dimensões de análise: a) caracterização dos dados demográficos, de modo a averiguar as suas experiências no trabalho com crianças e jovens; b) percepções sobre a acusação de feitiçaria; c) os procedimentos durante o acolhimento das crianças/jovens, e d) as medidas de proteção para as crianças e jovens acusadas de feitiçaria assumidas pelos lares de acolhimento.

O guião de entrevista semiestruturado aplicado as crianças e jovens acusados de feitiçaria inseridos em lares de acolhimento foi dividido em 4 dimensões de análise: a) caracterização dos dados sociodemográficos; b) momento durante a acusação de feitiçaria visando compreender a sua trajetória de vida no cenário cultural inserido; c) momento após a acusação de feitiçaria para compreender a trajetória da/o criança/jovem em risco/perigo, e d) momento do acolhimento institucional.

5.7. Procedimentos éticos na recolha e tratamento dos dados

Em primeira instância foi elaborado um requerimento (Apêndice A) dirigido ao INAC, para a autorização de recolha de dados nos lares de acolhimento da província de Malanje. Após deferida, foi estabelecido o primeiro contacto com os lares de acolhimento. Na primeira visita foram identificadas as crianças e jovens acusados de feitiçaria no lar de acolhimento Kudielela. O mesmo não aconteceu com o lar Dom Benedito Roberto, pelo desconhecimento das reais causas que levaram ao acolhimento das crianças e dos jovens, quer por parte do INAC como dos responsáveis da instituição. Assim, neste lar a identificação das crianças e dos jovens acusados de feitiçaria foi mais difícil, pois tivemos de entrevistar 54 crianças/jovens para identificar a nossa amostra.

Após a identificação das crianças e jovens acusados de feitiçaria em ambos lares, foi entregue o termo de consentimento para menores (Apêndice B) aos diretores/as dos respetivos lares de acolhimento, preenchidos na sequência por estes/as. Entretanto, os mesmos foram lidos

para as crianças e concordado por elas. Posteriormente foi entregue o termo de consentimento informado para adultos/as (Apêndice C) aos restantes participantes da investigação.

As entrevistas realizadas foram feitas informalmente e aplicou-se uma linguagem adequada tendo em conta as características de cada criança e jovem. Este processo, permitiu que a investigadora pudesse estabelecer um ambiente de confiança e proximidade, favorável à recolha dos dados, no sentido em que permitiu compreender “as perspetivas sobre as suas vidas, experiências ou situações expressas sobre as suas próprias palavras” (Taylor e Gogdan, 1998 citado por Coutinho, 2023, p.141).

Para garantir o anonimato, os participantes foram codificados da seguinte forma: E1 (Diretora do INAC), E2 e E3 (Diretores/as dos lares de acolhimento); E4 (Psicólogo); C1, C2, C3 e C4 (crianças acusadas de feitiçaria) e J1, J2 (Jovens acusados de feitiçaria). Foi explicado também que as entrevistas seriam gravadas e destruídas no período de 1 ano, após a apresentação dos resultados da investigação.

Inicialmente, foi realizada uma entrevista semiestruturada ao E1 (Apêndice D), a qual assumiu um caráter exploratório, visto que se pretendia evidenciar a situação do fenómeno em Malanje, bem como o processo interventivo das crianças e jovens acusados de feitiçaria, por parte do organismo público. Em linhas gerais, esta entrevista permitiu passar de um elenco de tópicos a um guião de entrevista utilizado posteriormente para outros participantes da pesquisa. A seguir, realizaram-se as entrevistas a E2 e E3 (Apêndice E), posteriormente realizou-se as entrevistas as crianças e jovens acusados de feitiçaria (Apêndice F) e culminado com a entrevista ao Psicólogo.

O local da realização das entrevistas teve em atenção a disponibilidade dos participantes, bem como o horário e local mais favorável a estes. Desta forma, a E1 foi entrevistada no gabinete da diretora do INAC; a E2 na casa das mães do lar Kudielela; o E3 na Biblioteca Geral de Malanje (BGM), e o E4 no gabinete de Psicologia do Lar Kudielela. Relativamente às crianças e jovens acusados de feitiçaria, as entrevistas foram realizadas nos respetivos lares de acolhimento.

As entrevistas foram gravadas em registo áudio, com uma duração variada, tendo como média 30 minutos.

A seguir, os dados foram analisados, com recurso ao programa informático MaxQDA analytics Pro 24 Demo, através da análise de conteúdo do tipo categorial, pois esta consiste na identificação das unidades pertinentes que influenciam determinado fenómeno em estudo “reduzindo o espaço de atributos para sacar apenas as variáveis explicativas pertinentes” (Guerra, 2014, p. 78; 2006). Segundo Coutinho (2023) é usualmente usado dois tipos de análise de conteúdo: aqueles que fazem intervir categorias pré-definidas, anteriormente à análise propriamente dita, e aqueles que não fazem intervir categorias pré-definidas.

A análise de conteúdo incidiu sobre três categorias centrais:

1. *Momento da acusação*, para identificar os fatores de risco que conduziram ao acolhimento das crianças/jovens, com as seguintes subcategorias: *motivações da acusação de feitiçaria; os agressores; tipo de maus-tratos; reações e comportamentos e emoções e sentimentos*.
2. *Momento depois da acusação*, com a presente categoria pode-se precisar as experiências vivenciadas após a acusação de feitiçaria, com o foco na perceção da trajetória da criança bem como na identificação dos fatores de riscos expostos como consequências da rutura com a família, tendo como subcategorias: *fatores, de riscos, fatores de proteção social e reações e comportamentos*.
3. *Momento do acolhimento institucional*, para analisar o processo de intervenção social a que este público está sujeito, bem como a identificação do significado que é atribuído às acusações de feitiçaria, com as seguintes subcategorias: *reações e comportamentos; acompanhamento psicossocial; expetativas quanto a vida futura e significado da acusação de feitiçaria*.

A categorização da análise de dados, teve em atenção a evolução do participante enquanto seres biopsicossociais e culturais e de modo a melhor refletir o impacto da acusação a feitiçaria, bem como influência do acolhimento institucional na construção pessoal da sua identidade.

Capítulo 6- Apresentação, análise e discussão dos resultados

O presente capítulo faz a apresentação, análise e discussão dos resultados referente às categorias e subcategorias que resultaram da análise de conteúdo. A primeira parte foi objeto de análise a entrevista realizada à diretora do INAC, mesclado com alguns resultados das entrevistas aplicadas aos interventores/as sociais que trabalham com as crianças e jovens acusados de feitiçaria nos lares de acolhimento. O processo de análise teve como objetivo explorar as concepções que os mesmos têm acerca da acusação de feitiçaria de crianças e jovens em Malanje. A seguir, as atenções focaram-se nas crianças e jovens acusados de feitiçaria, visando compreender a sua trajetória de vida, englobando o momento em que foram acusados de feitiçaria, momento após a acusação e momento durante o acolhimento institucional. Salientar, ainda, que esta análise poderá ser fundamentada também por outras subcategorias dos interventores sociais, que eventualmente não poderão ser analisadas no primeiro momento.

6.1. Caracterização sociodemográfica da amostra

Consoante a categoria dos dados sociodemográficos, comum a todos os guiões de entrevista semiestruturada, foi possível extrair as tabelas abaixo. A primeira, apresenta a caracterização sociodemográfica dos interventores/as sociais e o guião dos responsáveis políticos em matéria da infância e juventude, com as seguintes subcategorias: identificação; sexo; data de nascimento; grau académico; experiência de trabalho e área de formação.

Tabela 1*Caraterização dos interventores sociais*

Identificação	E1	E2	E3	E4
Sexo	F	F	M	M
Data de Nascimento	6/05/198?	2/05/1947	1/12/1988	7/04/1994
Grau académico	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura	Licenciatura
Experiência de trabalho	3 anos	31 anos	3 anos	2 anos
Área de formação	Pedagogia de infância	Serviço Social	Pedagogia	Psicologia

Fonte: Elaboração própria

A tabela abaixo, apresenta o resultado dos dados da categoria sociodemográfica das crianças e jovens acusados de feitiçaria. Apresenta, a codificação da identificação das crianças e jovens, a idade, o grau de escolaridade, idade no momento da acusação de feitiçaria, a idade no momento do acolhimento institucional, tempo de acolhimento e comportamento de acordo ao que foi percecionado.

Tabela2*Caraterização das crianças e jovens*

Identificação	C1	C2	C3	C4	J1	J2
Sexo	M	M	M	M	M	F
Idade	9	10	13	10	20 anos	16 anos
Escolaridade (Frequentando)	2ª classe	2ª classe	3ª classe	1ª classe	12ª classe	7ª classe
Idade no momento de acusação	5 anos	6 anos	6 anos	3 anos	7 ano	10 anos
Idade no momento de Acolhimento	7 anos	8 anos	12 anos	9 anos	13 anos	14 anos
Tempo de Acolhimento	2 anos	2 anos	1 ano	1 anos	7 anos	2 anos
Comportamento	Introvertido	Introvertido/altista	Anemia	Falsiformação	Hiperativo	–

Fonte: Elaboração própria

De acordo ao quadro acima percebe-se que as crianças e jovens acusados de feitiçaria apresentam pelo menos alguns fatores de risco: como a idade sendo que a idade da acusação variou entre 3-10 anos, foram ainda identificados comportamentos disruptivos considerados desviantes, como agressividade, indolência, inquietude ou algum tipo de doença, descritos pela literatura (Fundação Fé e Cooperação, 2016; Pereira, 2007; 2008, Soares, 2021).

6.2. Apresentação, análise e discussão dos resultados dos interventores sociais e responsável política

Num primeiro momento e tendo em consideração a problemática em estudo, conforme anteriormente reportado, realizou-se uma entrevista de carácter exploratório à diretora do INAC, enquanto responsável política em matéria da infância e juventude, de modo a indagar sobre a problemática de feitiçaria nesta província e apurar a sua perceção do fenómeno em Malanje.

Perceção da acusação a feitiçaria

Conceito de Feitiçaria

Segundo a diretora do INAC, o conceito de feitiçaria está associado à imaginação, podendo ser interpretada como uma crença.

“(...) Tenho dito sempre, o feitiço é imaginação, primeiro daqueles que vão à procura. Imaginação porquê? Porque quando eles vão a esta, a procura deste feitiço, vão à procura para um propósito que é por exemplo prejudicar o outro. Só que o propósito que lhes leva, automaticamente lhes é também prejudicado. Porque eles lá vão prejudicar e lá também lhes cobram onde eles não conseguem dar e lhes é prejudicado a ele mesmo. Então, feitiço eu digo sempre que é uma imaginação daquelas que vão à procura, e é um mal não feito para aquele que também vai a procura” [E1].

Além de ser concebida como uma crença, a definição apresentada acima, faz eco a intenção de causar o mal às pessoas. Esta ideia é reforçada nos escritos de Morisca (2003), ao considerá-la como “a praga de uma crença” enquanto vitimiza gratuitamente pessoas inocentes, entre elas crianças, condenando-as a viver na rua. Na mesma senda, Gonzalez-Quevedo, (1980 citado por Zola, 2020) afirma que a feitiçaria é uma magia maléfica com características mais individuais.

A feitiçaria é, então, uma crença que, em geral, é assumida por alguém com intenção de causar o mal. A definição apresentada pela participante E1, desprovem-se de qualquer intenção benéfica da feitiçaria, ainda que esta dimensão possa ser fundamentada por diferentes autores (e.g., Altuna, 2014; Zola, 2020). A verdade é que o seu valor se tornou invisível para a sociedade angolana, especial a malanjina, enquanto são ocultas e desconhecidas quaisquer práticas de feitiçaria voltada para o bem atualmente, se não que seja como uma forma de racionalização do infortúnio (Ballet et al., 2009 citados por Sissimo, 2018).

Esta prática é responsável pelo modo como são percecionadas as pessoas na sociedade e na cultura. De modo a constatar o significado que é dado a pessoa que manipula esta crença, foi indagada a participante sobre o significado que tem o feiticeiro/a para as pessoas.

“Quando se diz que a pessoa é feiticeira, é má. Essa pessoa feiticeira é má, não tem amor ao próximo, é, é não vive com o espírito, a pessoa feiticeira não tem até nome, não tem até nome (...)” [E1].

Pelo resultado das ações do/a feiticeiro/a, as palavras acima enfatizam que o/a feiticeiro/a é mau/a, todos nomes associados à maldade são-lhe lícitos e cabíveis. A significação atribuída à pessoa feiticeira nesta subcategoria tem muito a ver com a nomenclatura de feiticeiro/a expiatório a quem é atribuído os infortúnios sociais, como a pobreza, as doenças, as mortes ou todas as desgraças apresentado por Altuna (2004) e Morisca (2003), ou o termo *mulóji* o que se apropria do poder para praticar o mal causando a desgraça às pessoas (Zola, 2020).

Em geral, para os/as angolanos/as todos os problemas são causados por uma entidade, o/a feiticeiro/a, o/a especialista da magia maligna, que absorve quase exclusivamente o âmbito da magia privada, uma forma de magia clandestina, instituindo um autêntico terrorismo social, espalhando-o pela sociedade e incutindo um medo permanente, fazendo com que seja a personagem mais odiada; a maldade personificada (Altuna, 2014). Neste sentido, pode-se afirmar que o significado atribuído às pessoas feiticeiras nas comunidades baseia-se no medo. As crianças e os jovens, uma vez associados crenças de feitiçaria, são percecionadas/os como estando na origem de toda a espécie de males individuais e sociais (Altuna, 2014). A percepção que os adultos têm da criança feiticeira é diferente da que se tem relativamente a um adulto, pois estes têm a noção de que a criança foi vítima da intenção maléfica de um/a adulto/a feiticeiro/a.

“(...) Sim, porque uma criança de 5 anos não pode ser feiticeira sem ser doar, sem ser doada ou recebida por um adulto. Então, logo se a mãe diz que a minha filha é feiticeira, é porque ela também é feiticeira [E1].

Nestes contextos, os adultos não manifestam imediatamente medo diante de uma criança feiticeira. Dependendo do grau de familiaridade, a primeira ação com as crianças é a procura da cura imediata para criança, só depois da tentativa é que é encarada como uma pessoa endemoninhada, que deve ser afastada do convívio da família.

Acusação de feitiçaria de crianças em Malanje

Ficou demonstrado na revisão da literatura que a acusação de feitiçaria de crianças e jovens não é recente em Angola, nem tão pouco se trata de um fenómeno novo na cultura Ambundu. Há cerca de 25 anos desde que a matéria passou a ser manchete e de conhecimento da população geralmente, com os primeiros casos identificados de centenas de crianças a viver nas ruas de Angola, concretamente na capital Mbanza Congo, província do Zaire, e, mais tarde, um pouco por Cabinda, Luanda e Uíge (Pereira, 2007). A explicação desta relação teve em atenção os escritos de Fonseca, (1989, citado por Sissimo, 2018) quando afirma que as práticas de feitiçaria são mais conhecidas na Etnia Bakongo concentrados nas províncias norte-ocidentais do país, por se tratar de províncias transfronteiriças com a RDC, país potencialmente ativo em matérias de feitiçaria. Nesta perspetiva, a feitiçaria em Angola está a ser motivada em função desta relação.

Até então, a província de Malanje, nunca teria sido alvo dos investigadores nem mencionada em matérias de feitiçaria, porém não se exclui a existência destas práticas, conforme demonstra o relato de E1.

“Quando começamos a ouvir e a constatar casos relatos de crianças acusadas de feitiçaria, quer pelas rádios assim como pela televisão. Além de verificarmos crianças nas ruas que quando questionadas diziam ser alvo dessas acusações. Por outro lado, o problema estava a tomar proporções alargadas, em Angola principalmente no Uíge, Cabinda e no Zaire, para não descurar da província capital” [E1].

Isto quer dizer que a acusação de crianças e jovens em Malanje já vem desde as primeiras décadas de 2000, altura em que se observou mais crianças nas ruas, e que o diagnóstico realizado indicou que uma boa parte teria sido vítima de acusação de feitiçaria. Todavia, as atenções dos investigadores e dos órgãos competentes esteve voltada para as províncias que apresentavam casos mais significativos. Depois de uma investigação da Direção

Provincial do INAC, concluiu-se que as crianças na rua teriam fugido ou sido expulsas das suas casas após serem acusadas de feitiçaria (Pérez, 2006 citado por Pereira, 2007).

Independentemente de qual seja a razão, o fato é que a acusação de feitiçaria de crianças e jovens em Malanje já é uma realidade há décadas, porém não se tornou conhecida por não haver dados estatísticos nem estudos sobre esta matéria. De modo a conhecer o atual estado da problemática na província, foi questionada à entrevistada E1 sobre o número de casos de acusação de feitiçaria de crianças e jovens, a qual refere terem sido detetados 34 casos entre janeiro e setembro de 2023.

“Olha, nós, nós, nós temos casos, temos inúmeros sim de há 2 anos para cá, os casos tende a acrescentar, e não é novidade, porquê? Porque a comunicação social também passa essas informações, à rádio, nas palestras também nós temos falado sobre isso e só o que o INAC tem registado desde janeiro até agora novembro, não vou contar até outubro porque não fizemos o relatório de novembro nós temos em média de 34 casos de acusação de feitiçaria que nos chega até nós” [E1].

Desta forma, confirma-se que os políticos e a população estão familiarizados com os casos de acusação de feitiçaria contra crianças/jovens em Malanje. Conforme a entrevistada, é difícil circunscrever este tipo de acusações a determinados bairros de Malanje.

“Falar de bairros quase que é pouco provável, porque na maioria das vezes, os casos são conhecidos quando as crianças já estão nas ruas. Quando fizemos o diagnóstico, percebemos que as suas raízes culturais vão muito além dos bairros de origem. Uma afirmam ser do bairro Vila Matilde, outras do bairro Carreira de Tiro, mas, na verdade, sempre têm ligações com as províncias que fomentam esse fenómeno” [E1].

Conforme ficou demonstrado na revisão da literatura, a província de Malanje é também uma província transfronteiriças limitada ao norte pela província do Uíge, ao leste pelo Congo Kinshasa, Lunda Norte e Lunda Sul, ao sul e sudoeste pela província do Bié e, ao oeste pelas províncias do Cuanza Sul e Norte. “Esta distribuição geográfica resulta numa intensa mobilidade interfronteiriça uma espécie de “nação transnacional” (Soares, 2021). Faz com que a circulação das pessoas, bens e serviços sejam mais facilitados, e com este movimento o surgimento de determinadas crenças como a feitiçaria. Com isto, se quer afirmar que a província de Malanje, também tem fortes argumentos para explicar a ocorrência de fenómenos de acusação de feitiçaria, pois todos os dias ela conhece gente vinda principalmente do Congo e do Uíge povos com crenças cuja forças são incompreensíveis e os poderes sobrenaturais acompanharam sempre a vida dos agregados humanos e, em certa medida, determinam a sua maneira de ser, estar, viver, pensar e agir, não se podendo ser negada, nem ignorada a existência deste problema entre as comunidades Bakongo (Sissimo, 2018).

Influência da cultura nas acusações de feitiçaria

A cultura representa uma dimensão importante do ser humano, sendo um elemento importante para compreender o seu desenvolvimento. Tendo em conta que a literatura consultada afirma (Fundação Fé e Cooperação, 2016; Pereira, 2007, 2008; Soares, 2021), a crença a feitiçaria é também associada à cultura do povo. Em função disto procurou-se apurar a visão da entrevistada sobre esta questão.

“Sim. A origem cultural das famílias influencia muito na perpetuação de algumas crenças, no caso a feitiçaria. Mas também acredito que nós somos os verdadeiros culpados, além da cultura. As causas que as famílias apresentam para culpabilizar as crianças e jovens não são adequados, nesses termos eu digo, será que é justo dizer que na cultura do meu pai, por exemplo, "quando nós estávamos a maltratar Jesus, e Pilatos perguntou a quem entregar ele né? Qual é o mal que ele fez? e nós ainda juramos que o sangue cai na minha cabeça na cabeça do meu filho, do filho do filho até às gerações. Eu acho que eles acarretam isso. porque vim dessa cultura na minha cultura, mas eu digo assim a cultura não é maléfica. Então, não podemos falar porque na minha cultura quando uma criança tá tossir a noite toda é feitiçeira, descordo muito sobre cultura no que tange acusação a feitiçeira, mas é como tudo, a criança ou as pessoas crescem vendo o comportamento dos adultos, e que num futuro próximo pode desenvolver os mesmos hábitos” [E1].

A entrevistada afirma que a cultura influencia o modo como algumas crenças são analisadas, interpretadas e partilhadas. Embora, não se possa afirmar que acusação seja um fato identitário da cultura Ambundu, afirma-se que ela é típica do povo Bantu (Pereira, 2007,2008). A crença na feitiçaria não é fruto de coeficiente mental inferior, mas tem a sua origem numa sociedade estruturada sobre a interação, em que “desde a infância o pensamento do bantu é mítico-mágico e as suas crenças são mais vividas que raciocinadas” (Altuna, 2014. p.553). Uma vez que os Ambundu, são também um subgrupo da tradição Bantu, podemos afirmar que a crença de feitiçaria seja influenciada pela própria cultura. No que toca ao território angolano, a cultura Ambundu foi também influenciada pela cultura Bakongo, pelas razões já identificadas acima.

Por outro lado, a entrevistada E1 atribui responsabilidade as ações pessoais dos indivíduos na adoção de certas crenças.

“Mas também acredito que nós somos os verdadeiros culpados, além da cultura. As causas que as famílias apresentam para culpabilizar as crianças e jovens não são adequados” [E1].

Esta conceção da entrevistada tem muito a ver com os postulados de Vygotsky (1995) aqueles nos quais se dá ênfase à interiorização, concebendo a cultura como um processo que

transmuta formações externas e internas. Isto quer dizer que não basta sofrer a influência do meio externo neste caso da cultura, mas a capacidade cognoscitiva do indivíduo deve filtrar a realidade social, avaliando o que lhe convém e o que não convém. Neste sentido, tal como afirma Vygotsky (1995), a cultura não cria nada, mas modifica as atitudes naturais em concordância com os objetivos dos homens, ainda que esses objetivos sejam meramente inconscientes. Em função disso, espera-se que em matérias de crenças de feitiçaria o indivíduo ou o povo deve analisar até que ponto as crenças são importantes e como fazer para contornar as práticas nocivas que perigam a vida do grupo.

Altuna (2014) afirma que a Teoria da feitiçaria do povo bantu, é racional e lógica, no entanto, o bantu não só tem dificuldades para descobrir a falsidade ou a veracidade do sistema, como de raciocinar as bases que fundamentam as ações culturais. No entanto, a falta de capacidade crítica sobre algumas ações culpabiliza a pessoa na atribuição das crenças.

Assim, vários autores (e.g., Altuna, 2014; Morisca, 2003; Pereira, 2007; Sissimo, 2018; Soares, 2021) reconhecem que a crença de feitiçaria faz parte do povo angolano, que está sobretudo na origem do povo bantu, mas muito evidente na cultura Bakongo. Entretanto, a capacidade limitada de racionalização dos infortúnios sociais e das práticas culturais, faz com que a crença atinja as proporções atuais.

Razões da motivação à acusação de feitiçaria

Motivação da acusação de feitiçaria

Um dos principais motivos para gerar uma acusação de feitiçaria refere-se ao surgimento de uma doença e/ou morte de um membro da família, levantando a hipótese da presença de um/a feiticeiro/a na família.

“É, é, é antes delas serem acusadas ou quando são acusadas a nossa questão sempre é: por que é que ela é acusada? O que é que a família prova que esta menina é acusada; (...) a acusam sim de morte. Quando morre um familiar, a bruxa que matou é esta criança, a doença que está no corpo da àquela adulta durante anos, é esta criança. E a nível das comunidades e das famílias elas são tratadas desse género (...)” [E1].

As razões aqui apontadas são as mesmas identificadas por Cimpric (2010), Morisca (2003), Pereira (2007) e Zola (2020). O povo sente intuitivamente e acredita que as diversas desgraças, doenças, acidentes, tragédias, aflições, perigos e mistérios nefastos que abalam a

comunidade, são causados pela ação humana, assim sendo, uma doença significa que está a ser provocada por um agente mágico, por uma força vital que «come», uma vez que só há cura se eventualmente a causa for esclarecida (Altuna, 2014).

A questão se complexifica, quando se fala de morte. Nestes contextos, a morte de um membro da família pode dar origem a tremendos conflitos. Segundo, o estudo realizado pela Fundação Fé e Cooperação (2016) estas posições encontram argumentos nos fatores étnicos, sociais, económicos e até mesmo culturais. Portanto, a atual situação socioeconómica de Angola, marcada por uma crise profunda, o responsável será sempre do/a feiticeiro/a.

Caraterísticas das crianças e jovens acusados de feitiçaria

Quanto às características das crianças e dos jovens acusadas/os de feitiçaria, os entrevistados corroboram com o que a literatura refere.

“E eles apresentam as características do que eles olham para esta criança como feiticeira, ora porque fala no sono, ou porque acorda de madrugada, ou porque quando dorme, lá para madrugada, quando tu vais tentar acordá-la ela foi, foi mesmo, ora porque ela é estranha, come, tem muitos alimentos que ela não come do nada, ora porque aparece nos sonhos de muitos adultos, que no sonho está a apertar o pescoço de alguém, está a espetar facas, são características normalmente que eles apresentam né?; [...]para as famílias, dizem que esta criança é um problema na vida deles. Dizem que é um problema, porque olha, conforme eu já referi, tem um olhar muito estranho, tem um pensamento muito estranho, se comporta como uma adulta (...)” [E1].

“Normalmente as pessoas alegam, parece que estas crianças as noites saem, saem e se for dentro de uma casa, então elas aí começam parecer que a rodar, naquele momento que as pessoas estão a descansar a dormir e elas levantam e parece que diante de outra pessoa a descansar fazem aqueles movimentos estranhos e é a partir dessas práticas que depois as pessoas que vêm começam a levantar essas polémicas porque vamos supor uma criança de 5, 6, 7 e 8 anos fora de horas. As 0, 1 hora de pé e ao lado de alguém que está a descansar com aqueles movimentos estranhos realmente, isso não é normal, não é normal. Então chama-nos muita atenção. Então a partir destes pequenos que depois as pessoas vêm para as ruas, para a televisão, para as rádios, para a sociedade dizendo que não a criança é feiticeira, mas é tudo por conta deste pequeno, é sinais que não chegam a ser normais” [E3].

Ao analisar os relatos dos entrevistados, percebe-se que as crianças e jovens que são acusadas/os de feitiçaria, apresentam alguns traços típicos na sua conduta, tais como sonambulismo, sono profundo, seleção nos alimentos.

Quanto ao sonambulismo, Sissimo (2018, p. 7) afirma que “é no mundo dos espíritos, da noite, que se encontram as causas últimas dos infortúnios (ou das venturas) que sucedem

durante o dia aos homens mortais”. A associação do período noturno às atividades das potências ocultas, nas quais os indivíduos participam através dos sonhos, continua a marcar o imaginário da feitiçaria, mesmo nos contextos urbanos e contemporâneos (Soares, 2021). Os adultos que fomentam tais acusações valem-se da mentalidade mágico-religiosa que envolve o ambiente social das crianças acusadas.

No que diz respeito aos comportamentos, a pesquisa da Fundação Fé e Cooperação (2006) refere serem tidos como comportamentos invulgares o fato da criança ser muito teimosa, preguiçosa, agressiva ou solitária, ou mesmo apresentarem diferentes tiques. Contudo, estes comportamentos podem ser resultado de uma multiplicidade de fatores, nomeadamente o contexto socioeconómico débil de muitas famílias angolanas, potencia, o surgimento de famílias desestruturadas, o que pode influenciar negativamente o comportamento de uma criança.

Os precursores da acusação de feitiçaria

A acusação de feitiçaria de crianças e de jovens, consoante os entrevistados, parte geralmente de um membro da família (e.g., pai, mãe, tio/a, madrastra), de vizinhos, autoridades com alguma responsabilidade social e tradicional como os sobas, regedores, *Kimbandas*, entidades eclesíásticas como os pastores, conforme relatado na literatura.

“(...) os nossos sobas, os nossos regedores que muitas famílias a levam criança até ao soba reúnem, às vezes sem conhecimento do Estado, em particular do INAC, onde lhe é dado um juramento, eles fazem um ritual para esta menina se é feiticeira, o feitiço dela hoje vai sair. E o que é esse juramento? O que é que lhe dão? O que é que lhe vai prejudicar depois dela sair daquele juramento? Então, são algumas reações que os familiares têm obtido que não olham pelas consequências dessas acusações, desses retiros, dos nomes que elas coloquem todos na criança, e muitos nomes porque uma criança que é acusado de feiticeiro todos os nomes lhe cabem e isso é muito triste” [E1].

“(...) um padre havia-me explicado, que um bruxo é de toda a família, não é de fora (...)” [E2].

“Os agressores são mesmo os membros da família, pode ser o pai, a mãe, os tios, os irmãos, ou até mesmo os vizinhos, as igrejas, até mesmo os curandeiros” [E3].

Segundo Ferraz (2018), a feitiçaria é considerada uma capacidade psíquica, que quanto mais próximo o/a feiticeiro/a estiver da sua vítima mais forte serão os seus feitiços, razão pela qual as suspeitas recaem sobre os membros da família. Perante as crenças relativas à feitiçaria, a família não assume a sua função de proteção e de cuidado, exercendo diversas formas de

maus-tratos. Sujeitam as crianças à comprovação da feitiçaria por parte de uma entidade tradicional ou eclesiástica, nomeadamente através do *kimbanda* ou de pastores. Os pastores aparecem como o principal grupo que acusa crianças/jovens de feitiçaria e os mesmos exploram o fenómeno de feitiçaria para fins económicos, a partir da religião (Pereira, 2007) deteta a causa dos infortúnios familiares no poder maligno de determinada criança/jovem, que ao confirmar o feitiço, prometem cura pelo tratamento espiritual, através do exorcismo. O ato de acusação pode também ser praticado pelo *Kimbanda* (curandeiro), o qual promove a “cura” através do *xinguilamento* (o processo pelo qual a pessoa entra em transe para invocar os espíritos e pô-los a falar) (Altina, 2014; Zola, 2020), ou pelo *Soba* (chefe da aldeia), cuja autoridade se baseia no direito ancestral e cobre a esfera temporal (Zola, 2020).

Estas figuras e os procedimentos a que sujeitam as crianças, muitas vezes a pedido das famílias, representam um fator de risco, uma vez que, para obterem uma confissão, submetem estas crianças a um tratamento indigno, podendo mesmo ser considerado uma forma de tortura, que passa por longos períodos de reclusão, jejuns prolongados e ingestão de medicamentos agressivos (Pereira, 2007).

“E há, há até comunidades que levam essa menina até a morte. Elas são agredidas, são violentadas pelas comunidades porque ela é feiticeira. Olha, a reação nunca é boa, é, é, eu me entretreço, porquê? Por que aquela que está a acusar a própria filha de feiticeira, sabe até o que é que fez para que a filha se torne feiticeira na percepção dela. Então, automaticamente a reação não é boa (...)” [E1].

“Mais um dia eu digo vou as Clarissas fazer retiro e ele disse como é fazer retiro? Eu disse eu vou ficar em um quarto fazer oração. Disse ele: Sozinha num quarto? Eu digo o que acontece? Ele disse a mim me fecharam uma vez em um quarto 3 ou 4 dias sem comer nem beber nem nada me batiam com uma catana de fogo e me marcam (...)” [E2].

“Olha, é muito triste, muito triste porquê? porque essas crianças assim como os jovens, depois são muito alvejadas, são rejeitadas, então são desprezadas, sofrem aquele fenómeno de bullying e que depois até certo ponto complica também os estados delas, estado delas e como se olham (...)” [E3].

Os métodos utilizados para a comprovação da suposta feitiçaria são manifestos por um conjunto de ações que se constituem como formas de violência física (e.g., bater com uma catana) como psicológica (e.g., agressões verbais, desprezo, abandono), as quais representam formas de maus-tratos infantis (Magalhães, 2010). Estes procedimentos, em última análise, podem culminar na morte destas crianças. Entende-se mediante estes pareceres que a acusação de feitiçaria é forjadora de muitas injustiças enquanto coloca as crianças e jovens indefesos

desprovidas de qualquer poder, em que uma vez acusadas são presas, torturadas e mortas (Zola, 2020).

As acusações de feitiçaria, desta forma, deixam marcas profundas na identidade, e podem comprometer (re)construção de identidade tanto da criança, como do jovem, uma vez que condiciona a sua autoimagem, como reporta o entrevistado E2: *“e que depois até certo ponto complica também os estados delas, estado delas e como se olham a si mesmas”*.

Consequências da acusação de feitiçaria

As crianças e os jovens vítimas de acusação de feitiçaria e de maus-tratos passam indubitavelmente por um conjunto de experiências que as/os tornam mais vulneráveis a sofrerem diversos problemas emocionais e sociais (Richters & Martinez, 1993 citado por Sani, 2002).

Do ponto de vista dos entrevistados, as consequências ocorrem a nível psicológico, relacional e comportamental, evidenciando-se a agressividade e comportamentos violentos, os problemas na interação social causando inibição e isolamento face ao grupo de pares, abaixa autoestima e comprometimento do autoconceito e da autoimagem.

“As consequências é um comportamento desviante. Porque logo ela se não tiver assistida se não ter uma assistência a um especialista, logo que a consequência desta criança é uma criança desviada, uma criança que também vai fazer o mesmo que fizeram às outras crianças” [E1].

“A acusação a feitiçaria causa comportamentos de agressividades na identidade, mas bem acompanhados e dando-lhes carinhos eles podem mudar e que depois até certo ponto complica também os estados delas, estado delas e como se olham a si mesmas. Mas o que há agora no seu interior não posso dizer, mas uma criança que não em que tem a convivido com pai e mãe e mais irmão. Estando com outros irmãos, claro que não el lo mesmo (...)” [E2].

“Olá, os efeitos são vários, são vários é que uma das coisas que às vezes temos notados para essas crianças são aquilo que nós chamamos de inibição. A partir do momento que a criança, é acusada, então inibe-se, isola-se e depois aquilo fica mesmo na mente, ela põe em mente de que ela já não presta é feitiçeira, e se é feitiçeira então tá claro que esta pessoa é rejeitada até no seio de crianças, como ela, se uma outra criança perceber que não, que esta criança da minha idade tem este problema, claro que também a outra tendência é de recuar” [E3].

“(...) Claramente que sim, uma criança quando acusada de feitiçaria acaba ferindo a sua própria identidade, não é? A criança pode se olhar de uma forma negativa, não é? Pode não gostar de si, pode desenvolver baixa autoestima, não é? Pode não criar autonomia, porque nessa fase a infância é um momento em que a gente começa a ter os

primeiros passos, a desenvolver os primeiros traços de identidade, a nossa personalidade, e quando a convivência, não é saudável, quando o ambiente não é saudável, quando a criança não se sente amada, a tendência mesmo é desenvolver aspeto negativo da sua vida” [E4].

Assim, os efeitos destas acusações podem ser nefastos para o processo de (re)construção de identidade. Os maus-tratos vivenciados por crianças e jovens são experiências de vida que quando surgem marcam profundamente a vida adulta, causando um impacto claramente negativo sobre a personalidade da vítima Herman, (2001, citado por Magalhães, 2002). Azevedo e Maia (2006) consideram que existe uma grande probabilidade destas crianças crescerem com depressões e possuírem, geralmente, uma baixa autoestima e falta de motivação. As crianças e adolescentes que são vítimas de violência também se sentem significativamente menos aceites pelos seus pares, afetando a sua autoimagem e autoconceito (Seixas, 2006, citado por Duarte, 2018). Por estes motivos, as crianças quando chegam aos lares de acolhimento evidenciam uma grande apatia e dificuldade em lidar consigo própria e com o meio que as rodeia.

“No princípio não aprendiam nada, não escutavam nada, não estavam para nada. Esses dois quando chegaram muito mal, muito mal” [E2].

Dos relatos dos entrevistados sobressai a ideia destas crianças e jovens, vítimas de maus-tratos por via da acusação de feitiçaria, apresentarem comportamentos violentos e agressivos, reproduzindo as agressões de que foram alvo, conforme a literatura evidencia (e.g., Magalhães, 2002). Este fato é notório aquando do acolhimento, conforme relatam os nossos entrevistados.

“(…) habituados a roubar e tudo porque estavam na rua né (...); pensa que quando chegaram os dois, solamente não podíamos conversar porque eram muito agressivos, nós havíamos conseguido com psicólogos que nós temos. Mas eles diziam irmã mande-nos embora queremos ir embora, bate todo mundo, então eu falei pronto paciência (...)” [E2].

“(…) Entre elas sempre a entrar em choques, aquelas práticas de rua, elas começaram a transportar para o centro. Pegarem em objetos cortantes e a querer se ferir e tudo, então depois aquelas palavras obscenas que não podiam ser proferidas (...)” [E3].

6.3. Apresentação, análise e interpretação dos dados das crianças/jovens acusados de feitiçaria

Após apresentada, analisada e interpretada as entrevistas realizadas aos interventores sociais, nesta sessão apresenta-se, analisa-se e interpreta-se as entrevistas realizada às crianças e jovens acusados de feitiçaria. Foi dividido em 3 categorias: o momento durante a acusação de

feitiçaria, momento após a acusação de feitiçaria e momento durante o acolhimento institucional.

6.3.1. Momento durante a acusação de feitiçaria

Motivações da acusação a feitiçaria

As crianças e os jovens entrevistados apresentam como motivos para a acusação de feitiçaria claramente todos os aspetos identificados na literatura e nos testemunhos dos interventores sociais, nomeadamente o surgimento de uma doença ou mesmo a morte de um familiar que despoletou a referida acusação por parte de familiares especialmente num contexto de famílias reconstruídas (i. é, famílias em que um dos progenitores voltou a casar).

“Quando nossa irmã morreu, eles estavam a nos acusar que nós somos bruxos. Não era nós era qué, era bandido que mataram a nossa irmã; Mataram com faca; na nossa casa [C1].

“(Pausa prolongada) nós ainda tínhamos mais outro irmão que completou de 6 filhos, e que eles estava a falar que nós queríamos lhe matar; e não era nós; estava doente” [C2].

“Uma vez, uma das vezes, o meu irmão mais pequeno, não sei se tinha, se é mesmo ele ou não. Mas de manhã, quando acordamos, no tapete da sala tinha fezes, ela a madrasta mal acordou começou a chamar de bruxo o meu irmão: «fulano, você é feiticeiro, tipo sua mãe te deixou feitiço. Você mesmo lembra de noite para cagar aqui? [...] A mulher começou a falar: esse teu filho aqui não estão a desenvolver, nunca engordam. Não sei que é, esses são feiticeiros. Tio deles lhes deu feitiço. Era de noite, eu estava a escutar” [C3].

“Ela me falava que levantava de noite para voar e então me falou que eu sou feiticeiro, falou também com a outra família da minha, minha mãe” [C4].

“Houve um tempo que eramos mais pequenos, então nós gostávamos de comer nas casas das famílias ya. Segundo os familiares surgiu um transtorno que deu uma dor de barriga no meu irmão, segundo eles é que lhe levou a morte no mundo de feitiçaria. E daí tentaram procurar um culpado que era eu; Segundo a minha mãe depois de descobrir tudo, é o meu padrasto que fazia. Eu sou acusado quando fui na casa do pai da minha mãe. Eu tipo fiquei lá um bom tempinho a passar as minhas férias, eu comecei a ver algumas coisas estranhas, pessoas doutro mundo. De noite eu via tipo uma pessoa que tipo está de vestido cheio de sangue a me olhar mesmo só assim de perto, e, eu as vezes quando dormia sentia que tinha algo a passar pelas minhas pernas, e quando abros os olhos era jiboia, e quando eu falava a não você é maluco, você é feiticeiro, é onde começou já a se aproveitarem dizer que eu que matei o meu (...). “Eu vivia com minha madrasta e o meu pai, só que daí não sei se era minha madrasta, ou meu pai ou então outras pessoas. Eu tinha um saco preto que metia lá roupa e daí uma vez eu a organizar minha roupa, porque a minha roupa ficava no quarto deles, antes de eu entrar eu peço licença eu a arrumar a minha roupa encontrei a cueca da minha madrasta enrolada, em três fotos, fotos dela e foto dos filhos delas, que são meus irmãos e do meu

próprio pai. Então fui lá e eu com medo deixei onde eu encontrei, mas depois eu vi se eu deixar aqui então, vou ter ainda mais problemas, então joguei no teto, mas acho que alguém me viu então, esperou tirou e depois mostrou no meu pai. Dizendo que eu estou a fazer isso, joguei até no teto para virem buscar não sei o que com aquela ameaça toda eu também disse sim, então daí ficaram constrangido e com medo de mim ainda mais (...); (...) daí o meu irmão de pai adoeceu então estavam a dizer se ele morrer eu seria culpado e não sei o que, depois ele faleceu (...) [J1].

“Passado algum tempo a minha mãe arranhou outro marido, fazia filhos e morriam. Além de mim minha mãe estava a ter muitos abortos, ficava grávida e o bebe morria na barriga por 3 vezes. O meu padrasto não gostou da situação que levou minha mãe em kimbandeiro, e que depois, o kimbandeiro afirmou que era um dos filhos; um dia, o meu Padrasto, fez acidente e morreu. Família do meu padrasto procuraram o culpado no kimbandeiro, lhes disseram que a morte saiu na casa da mulher dele. Como eles já sabiam que estavam a me tratar, conversaram com minha mãe para me darem uma surra e assim poderem descobrir [J2].

Os entrevistados C1, J1 e J2, por exemplo, foram acusados pela suposta morte dos irmãos. C2 foi acusado pela doença dos irmãos e C3 foi acusado pela sua própria doença. As dificuldades de sono, e os comportamentos de inquietude foram os motivos da acusação do C4 e a continuação das acusações do J1. A J2 foi também acusada pelos abortos que mãe tinha.

Olhando especialmente para o caso de C3, este estava inserido num contexto de extrema vulnerabilidade, pois se trata de uma criança com doença crónica (não consegue explicar qual) que, após a morte da mãe, passou a viver com outros familiares, pois o seu pai constituiu uma segunda família. Contudo, os familiares com que ele vivia não quiseram que ele lá permanecesse-se, o que o levou a ir viver com o pai. Neste contexto, os desentendimentos entre a madrastra surgiram e isto levou-o a ser acusado de feitiçaria pela madrastra. A história de C3 espelha bem o descrito na literatura (e.g., Cimpric, 2010; Morisca, 2014; Pereira, 2007; Zola, 2020).

Para percebermos melhor os contornos destas acusações, aprofundamos também a história do J1. Antes da acusação da madrastra, já tinha sido acusado na sequência da morte do irmão mais velho num ambiente familiar ainda com a presença da mãe. Posteriormente, começou a manifestar os ditos “comportamentos invulgares”, o que facilitou a acusação de feitiçaria.

“Eu tipo fiquei lá um bom tempinho a passar as minhas férias, eu comecei a ver algumas coisas estranhas, pessoas doutro mundo. De noite eu via tipo uma pessoa que tipo está de vestido cheio de sangue a me olhar mesmo só assim de perto, e, eu as vezes quando dormia sentia que tinha algo a passar pelas minhas pernas, e quando abro os olhos era jiboia, e quando eu falava a não você é maluco, você é feiticeiro, é onde começou já a se aproveitarem dizer que eu que matei o meu (...)” [J1].

Desta forma, estas crianças e estes jovens são acusadas/os de feiticeiro expiatório, i. é, a pessoa que segundo oráculo do *kimbanda* se atribui as causas das desgraças; é um feiticeiro criado fabricado, nas palavras do autor, às pessoas inocentes (Zola, 2020). Portanto, mediante os testemunhos apresentados, percebe-se que o motivo das acusações de feitiçaria esteve ligado as doenças e/ou mortes de alguém na família, ou de características comportamentais das crianças (e.g., sonambulismo) que podem ser motivados por outras causas.

Os agressores

Após os relatos sobre os motivos da acusação de feitiçaria, navegamos agora sobre quem são as personalidades ou os autores que conduziram as acusações. Tendo como pressuposto que as crianças/jovens são acusadas pelos próprios parentes (e.g., pais, madrasta/padrasto), indagamos os entrevistados sobre esta questão, cujos testemunhos confirmam o que é reportado pela literatura (e.g., Pereira, 2007).

“Estava a nos acusar, estava a nos acusar de bruxo, ele tava a falar, assim: vocês é que mataram a minha filha; É a nossa mãe; Pai falou saem da aqui dessa casa” [C1].

“Uma vez, uma das vezes, o meu irmão mais pequeno, não sei se tinha, se é mesmo ele ou não. Mas de manhã, quando acordamos, no tapete da sala tinha fezes, ela a madrasta mal acordou começou a chamar de bruxo o meu irmão: «fulano, você é feiticeiro, tipo sua mãe te deixou feitiço. Você mesmo acorda de noite para cagar aqui; A mulher começou a falar: esse teu filho aqui não estão a desenvolver, nunca engordam. Não sei o que é, esses são feiticeiros. Tio deles lhes deu feitiço. Era de noite, eu estava a escutar” [C3].

“De manhã os dois (pai e madrasta) nos chamaram. O pai começou a dizer: você, você se tem alguma coisa, se recebeste alguma coisa fala então. Eu falei, pai eu mesmo? Se eu tivesse algum feitiço não podia te falar? Ele começou a dizer se você tem alguma coisa é melhor me falar senão um dia vou te matar. Eu disse assim: o que o pai achar melhor pode me fazer. Eu mesmo se tivesse feitiço, não te falaria? Eu fui sentar lá no cadeirão e começou a dizer seu feiticeiro, seu bruxo de merda. De noite, eu no sono estava sempre a escutar discussões, então eu comecei a me perguntar: afinal o quê é que está a se passar? Será que eu é que se fiz ficar doente? Será que é por causa de eu ficar doente? Ele ficou a falar, fico a falar, fico a falar” [C3]

“Foi minha madrasta e depois meu pai e também minha tia” [C4].

“Eu fui acusado pelos familiares da minha mãe, depois a minha mãe entrou na rotina, o meu pai, também, os familiares do meu pai, a minha madrasta também, quase todos [J1].

“Quando chegamos a casa, minha mãe atirou as minhas roupas fora de casa” [J2].

Em síntese, os entrevistados foram acusados pelo menos por um membro da família nuclear (mãe, e pai), o que motivou os outros membros da família alargada (tio/a e madrasta), fazendo com que outras entidades se envolvessem no processo.

Soares (2001) considera que a família é o palco principal onde decorrem as cenas dominantes das vidas das crianças e das suas infâncias. A acusação de feitiçaria com certeza dominará a história de vida destes, principalmente quando os principais autores da acusação são o pai e/ou a mãe, como se observou nas respostas. Notou-se também na situação do J1 que os vizinhos se envolveram, fato que na cultura Ambundu é muito comum que acontece geralmente quando a família já não presta os devidos cuidados para com os seus membros.

Tipos de maus-tratos

Até ao presente momento construiu-se o panorama no qual a acusação de feitiçaria é uma forma de maus-tratos contra a criança e o jovem aceite culturalmente. A inocente vítima gratuitamente acusada de feiticeiro está sujeita a castigos, nomeadamente a maus-tratos físicos e psicológicos e, muitas vezes, à expulsão da criança de casa, sendo obrigada a viver nas ruas (Morisca, 2003), conforme os relatos dos entrevistados.

“Sim; me bateram com catana”; “Da mão” [C1].

“Capinar e carregar sacos de mandioca. Se eu refilar nos batia; nos batia. Nos batia, às vezes, não fizemos nada de errado, nos chama e nos bate” [C2].

“Mas, a madrasta já nos batia, as vezes mesmo sem motivo” [C3].

“Minha madrasta me batia muito, me castigava com chicote, quando o meu pai saía” [C4].

“(…) me batiam com chicote me queimavam com catana quente. Tenho por isso algumas cicatrizes no corpo e daí surgiu essa polémica de que eu sou feiticeiro; Até chegou o momento de me darem vinho, para eu lançar o feitiço ou que, e eu não lançava nada, só ficava tonto, me davam coisas que não tinha nada haver; (..) me levaram no Uíge, me deram banho com água que deram banho nos mortos, e não só faziam muitas coisas estranhas, me mandavam comer; Porque quando me batiam, me batiam eu descansava e quando eu tentava dormir, me davam um chicote das costa, mas eu não sentia nada, mas quando eu acordei cansado eu sentia dor; Daí, o meu pai pegou uma mangueira da butija e me deu da escota, e dá fugi, fiquei na rua um bom tempo; O que que o meu pai fez? Me levou em casa e porque naquela altura a minha madrasta depois de passar o óbito ainda estava um pouquinho na casa da mãe dela. Trancou a porta, trancou as janelas. A comida passava por baixo da porta. Não era assim, uma comida saudável. As vezes era sobra que juntavam, e me passavam. Com quem diz dá era para os cães. Daí, fiquei um bom tempo mesmo aí. Parecem ser duas ou três semanas

fechado; “Desde então, a mãe levava-me sempre a igreja, davam-me banhos com azeite, faziam rituais para expulsar o espírito de feiticeiro[J1].

“A minha mãe me levou na casa duma velha que me bateu com chicote, me picava com agulha para eu descobrir” [J2].

Todos os entrevistados foram vítimas de maus-tratos físicos produzidos com (e.g., catana quente, pau, mangueira da botija, agulhas, chicotes) ou sem instrumento, conforme indicam Azevedo e Maia (2006). A utilização de instrumentos nestas práticas, visam expulsar o espírito maligno que mora na criança/jovem. A catana candente é muito comum ser utilizada, para provar a inocência da pessoa, a qual é passada pela mão da pessoa acusada ou suspeita, e caso a pessoa se queima é culpada (Zola, 2020). Observou-se ainda que ao J1 foi dado banho com água onde foram dados banhos aos mortos e a J2 foi dado banhos com azeite.

Além dos maus-tratos físicos, as crianças e jovens entrevistados/as também foram alvo de maus-tratos psicológicos, embora nem todos apresentem essa experiência. Este tipo de maus-tratos traduziu-se pelo estigma, ameaças e opressões e pela profanação dos seus nomes.

“Eu fui sentar lá no cadeirão e começou a dizer seu feiticeiro, seu bruxo de merda” [C3].

“Diziam esse aqui é feiticeiro, não lhe olham só assim” [C4].

“(…) e diziam que daqui a pouco vão me matar e então daí eu tinha muito medo e não sabia o que fazer, tentei fugir, mas não deu certo, então fiquei mesmo lá (...). E ao longo do tempo a minha madrasta ficou a dizer coisas que eu estou a apertar ela, me levaram num kimbanda, eu não estava a entender nada. (...) eu quando dorme as vizinhas vinham com lanternas, chamavam outros vizinhos para me rirem e sorriam de mim e eu deitado na casa de banho (...)” [J1].

Como ressaltado na literatura, (Calheiros, 2006) a negligência também é uma forma de maus-tratos, todavia, ela foi identificada nas vítimas de acusação de feitiçaria entrevistadas.

“Depois, fiquei doente no hospital, sozinho, fiquei lá por dois meses, estava internado sozinho; não, ninguém me acompanhou. Fiquei mesmo lá sozinho internei como má nutrição, (...); depois dela morrer, era para a irmã da minha mãe vir nos buscar, mas ela negou, falou que mamã que vos cuidava já morreu, então vamos ligar no teu pai para vir vos buscar [...]; eles ligaram, o meu pai, o meu pai falou, «eu não vou mais meter mão naquelas crianças, vocês é quem lhes deram feitiço, agora vocês têm de lhes tratar. Eu já não quero mais saber nada deles. Vocês é que sabem se vão lhes comer cru ou cozinhado. Eu aqui tiro meus braços” [C3].

“Quando mamã morreu eu fiquei triste, minha mãe me cuidava e me levava no hospital. Depois, papá não queria ficar comigo porque eu dava muito trabalho” [C4].

“Segundo o meu tio, irmão da minha mãe, disseram que estavam cansados toda hora porque ninguém na família da minha mãe ninguém queria ficar mais comigo por causa deste problema, então o que eles fizeram a minha mãe disseram: não tem mais sítio

para você ir, então vai para rua, então eu estava a ir para rua eu não sabia onde estava mas só estava indo e mandaram-me voltar novamente para casa, pegaram as minhas coisas, na altura eu tinha pouca roupa que estava no saco preto, meu tio me levou no bairro dos familiares do meu pai, mas não chegou em casa e dizer que esta aqui a criança não, ele ficou só praticamente numa rua mais perto, e deu-me endereço: vai por aqui, curva da aqui e chegaste, quando você chegar dizer que vim sozinho o meu pai não se importou comigo naquele momento, só se importou com óbito, todo mundo só se importava com óbito e eu não tinha sítio para ir dormir, fui dormir na casa de banho só tinha apenas um lençol para mim se cobrir: Ninguém se importava nem nada. Mais alguém disse que avisou a madrasta, mas a minha madrasta também não se importou” [J1].

“(...) praticamente já não tinha mais família, porque a minha mãe já não se importava mais comigo mesmo estando na mesma rua (...)” [J2].

Na acusação de feitiçaria de criança/jovem, a primeira intenção da família é o tratamento que deve passar primeiro pela aceitação do feitiço por parte da criança ou do jovem. Para tal são aplicados vários métodos pelo *kimbanda*, *soba* ou pastor. Estas ações traduzem-se numa forma de maus-tratos. Em caso de confirmação que a criança é feiticeira, os familiares negligenciam os cuidados à criança que se vê desprovida de quaisquer recursos para lidar com esta situação.

Reações e comportamentos

Após a análise da acusação de feitiçaria em que foram identificados os motivos, os agressores e os tipos de maus-tratos, auscultou-se os entrevistados sobre as reações e manifestações comportamentais que estes exprimiram enquanto ocorriam as acusações de feitiçaria.

“Eu não fiz nada, nós não fizemos nada. Eu só chorava (...)” [C1]

“Eu saí, decidi andar um pouco para eu não ficar só ali andei um pouco”; O meu irmão estava doente, então eu falei ao meu irmão: eu vou levar o C4 no hospital; para não ficar assim eu lhe levei no hospital” [C3].

“Eu chorava, e ficava triste pensando na minha mãe, e não pensava nada senão na minha mãe (...)” [C4].

“Eu praticamente só ficava mudo, sabes uma criança quando está a ser a ameaçada, com os olhos bem acesos ele só responde sim, sim, sim, então eu só respondia: sim, sim, sim. Eu sempre falava, meu Deus me ajuda, parece que pioravam (...). Daí o meu pai decidiu me trazer aqui para Malanje, porque, porque também já estava a criar o espírito de roubar, isso foi em 2013, ou 2010 se não estou em erro, é quando chegamos aqui em Malanje, (...) eu com aquele medo do que já me falavam eu fugi. (...)”. Dia seguinte, acordei, phá já não estava a aguentar mais, não queria mais viver, peguei uma pilha parti tentei se matar nada não deu certo e diziam que postiço também mata peguei uma boa quantidade de postiço comecei a comer não deu certo” [J1].

“(...) eu comecei a ter pesadelo, a não dormir bem a acordar durante a noite, passei a falar no sono (...)”; eu estava a sofrer muito, e falei que sim eu sou feitiçeira, que matei o meu padrasto e o meu irmão, e era responsável por todos aborto (...)” [J2].

Os entrevistados apresentaram reações diversas, embora a reação transversal a todos seja o choro. Houve reações como sair para espaiar, o que pode ser interpretada como uma forma de autodefesa da identidade da criança, reações de proteção e cuidado para com o irmão que era alvo da acusação de feitiçaria, bem como reações de silêncio e de aceitação e reações pautadas por pensamentos suicidas. Estas reações corroboram com a ideia de Sani (2002), de que as crianças vítimas de maus-tratos têm maior probabilidade de sofrerem diversos problemas psicossociais.

Ademais, foram evidentes atos delinquentes na sequência da negligência a que foram alvo, através dos relatos das crianças e dos jovens, bem como dos interventores sociais.

“(...) porque também já estava a criar o espírito de roubar” [J1].

“As consequências é um comportamento desviante. Porque logo ela se não tiver assistida se não ter uma assistência a um especialista, logo que a consequência desta criança é uma criança desviada, uma criança que também vai fazer o mesmo que fizeram às outras crianças” [E1].

Dallos e McLaughlin (1993, citados por Soares, 2001) afirmam que perante atos de delinquência as famílias apresentam-se como as potencialmente provocadoras destes comportamentos, pela incapacidade na criação de condições desejáveis para as mesmas.

Portanto, percebemos que a acusação de feitiçaria se traduziu num momento de grande tensão e conflitos intrapessoais, uma vez que este processo fez com que todos os entrevistados fossem conduzidos para fora das famílias, e vivessem em situação de sem-abrigo.

Emoções e sentimentos

Quanto aos sentimentos experienciado no momento da acusação de feitiçaria, compreendemos que a maioria dos entrevistados tem a real noção dos acontecimentos que sucederam no momento da acusação de feitiçaria, sendo transversal a todos eles o sentimento de tristeza.

“Me senti muito mal. Falei no outro o meu irmão vamos morar na rua e pedir esmola, porque o nosso pai nos batia muito, as vezes não nos davam comida e nos mandavam fazer trabalho muito pesado (...)” [C2].

“Assim, ya, fiquei a chorar, fiquei a chorar (...)” [C3].

“Eu chorava, e ficava triste pensando na minha mãe, e não pensava nada senão na minha mãe (...)” [C4]

“Dia seguinte, eles vieram me procurar os irmãos da minha madrasta, e, eu com medo fugi. Me escondi, porque eles disseram se eu ir lá vão me matar com medo fiquei lá até que óbito terminou” [J1].

A acusação de feitiçaria comporta um grande conflito psíquico e intrapessoal, sendo relatadas reações físicas.

“Eu fiquei triste, eu estava a chorar, e fiquei doente, de dor de barriga e dor de vista” [C1].

Por outro lado, as acusações de feitiçaria vivenciado pelo elemento C2 desencadeou o sentimento de sobrevivência, nomeadamente através da mendicidade.

“(...) Falei no outro meu irmão vamos morar na rua e pedir esmola (...)” [C2].

6.3.2. Momento após acusação de feitiçaria

Esta categoria comporta o período entre o momento da acusação de feitiçaria e momento de acolhimento, identificando a trajetória das crianças já sem a proteção das famílias, os fatores de riscos e os fatores de proteção social.

Fatores de risco

Através da análise das entrevistas foi possível identificar alguns fatores de risco, os quais inicialmente poderiam ser percecionados como fatores de proteção. Ou seja, as crianças foram acolhidas por pessoas e famílias movidas pela ação caridosa, contudo, a *posteriori*, acabaram exercer os maus-tratos sobre estas crianças e jovens. O histórico da criança e qualquer manifestação anormal no comportamento dela é suficiente para reproduzir as mesmas acusações.

“A tia nos maltratava, porque nós que, andávamos a fazer tarefa, ela andava a nos acordar tarde, nos amedrontar, quando nós não levantamos andava a nos bater, então pegou mangueira começou a nos bater” [C1].

“Fulana é uma moça que o marido dela é bom. Só que ela não é boa, ela batia” [C2].

“(...) levaram numa igreja, chamada uma igreja santa, faziam aqueles rituais deles (...)”. Me levaram num quimbanda, eu não estava a entender nada. Mas parece que não resultava, o kimbandeiro dizia que a pessoa que está a me usar está muito forte, não sei o que. O kimbandeiro dizia que um dos meus familiares e, é que estava a me

usar, da parte da minha mãe. Porque dizem um primo meu que morreu me deixou a herança que é o feitiço então é muito forte e difícil de combater. Nesse trajeto, conheci muitos pastores, kimbandeiros que afirmavam que tinha mesmo feitiço, só que não demonstravam o tipo de feitiço que eu tinha eles diziam que eram muito forte não dava para combate, diziam que eu estava a amarrar uma jovem, outros libertaram e eu não. até as próprias vizinhas, tudo que a acontecia com as vizinhas vinham me atacar, dizendo: ontem eu não dormi bem, ontem foste na minha casa me fizeste o quê? Então, eu sempre dizia eu não sei de nada, tá bom (...) [J1].

“O meu padrasto não gostou da situação que levou minha mãe em kimbandeiro, e que depois, o kimbandeiro afirmou que era um dos filhos que do meu pai; (...) eu tinha 14 anos depois enquanto eu dormia, apareceu alguém que queria me violar, mas eu gritei e apareceu uma senhora que me levou na casa dela (...) [J2].

Conforme apresentado, todas as crianças/jovens viveram na rua, à exceção de C3 e de C4, representando um grande risco/perigo. No caso das meninas, estas podem ser alvo de violações, conforme reporta J2.

O risco de acusação de feitiçaria parece aumentar quando numa sociedade se verifica a existência massiva de diferentes igrejas que prometem a cura de determinadas pessoas “feiticeiras”. As crianças e os jovens vítimas de acusação de feitiçaria entrevistados, revelam que foram submetidas à prática de exorcismo, sendo estas responsáveis pela formulação e pela legitimação da acusação da feitiçaria.

“Nesse trajeto, conheci muitos pastores, kimbandeiros que afirmavam que tinha mesmo feitiço, só que não demonstravam o tipo de feitiço que eu tinha eles diziam que eram muito forte não dava para combate, diziam que eu estava a amarrar uma jovem, outros libertaram e eu não”. [J1]

Portanto, tendo em consideração que as gravidades dos fatores de risco dependem da sua permanência no tempo, da repetição, da intensidade com que se verificavam e, ainda, da sua acumulação (Azevedo & Maia, 2006; Herman, 2001 citado por Magalhães, 2002; Martins, 2004; Sani, 2002) conseguimos identificar a gravidade das situações de algumas crianças entrevistadas (C3 e J1), uma vez que estas, após serem expulsas de casa, foram novamente alvo de maus-tratos e expostas a inúmeros riscos.

Contudo, podemos afirmar que os riscos associados às pessoas expostas aos maus-tratos, em geral, envolve múltiplos fatores de ordem familiar, social, cultural, económica e também as características da própria criança (Amorim, 2011). Após a análise das entrevistas é possível afirmar que a origem da acusação de feitiçaria colocou-as na situação de perigo, em função dos fatores de risco identificados.

Fatores de proteção social

Para além dos fatores de risco, a trajetória sociodemográfica das crianças e jovens foi também marcada por um conjunto de fatores de proteção que diminuíram as condições de vulnerabilidade social a que elas estavam expostas.

“(...) tinha uma tia chamada Cicrana. Eu conheci ela na rua. Ela disse, não, ela conversou comigo e perguntou porque eu estava magro? Conversou comigo eu expliquei o meu caso. Depois, depois ela começou a me apoiar, me apoiava com comida (...). Ficamos, fiquei lá algum tempo com a minha avó, mais tarde a minha avó faleceu. Quando a minha avó ainda tava em vida, lá quando fui lá, começaram mesmo a me dar alimentação (...); Ya, ficamos, ficamos, eu como tenho minhas duas tias que vivem nas madres fui lá e expliquei nelas. Elas, elas, explicou nas irmãs, então começaram, a nos dar alimentação, depois o meu irmão fulano ficou doente (...). Ficamos, fiquei um dia, chegou um médico que ligou para o INAC, e foram lá no hospital, explicamos o nosso caso, nos pegarem nos levaram na ação social. Ficamos lá 3 dias, no 4º dia, a responsável falou com o Frei, que fomos rejeitados pela nossa família, e o Frei disse que vocês vão ficar aqui, somos a sua família agora, para poderem se formar para um dia vocês serem alguém na sociedade (...)” [C3].

“(...) ao longo do tempo depois o MINARS, me acolheu e ouve uma senhora que me conhecia e conhecia o sogro do meu pai e disse este é, é neto do tio fulano e me levaram lá no dia seguinte (...). “O meu pai era motorista de uma senhora chamada tia Fulana. Então, ela disse vou levar-lhe no mato para e viver com ela. Então, nós fomos. Ou seja, fui viver com ela. Eu fiquei lá um tempinho d 2012 a 2013”. (...) se bem me lembro a funcionária de lá, a cozinheira de lá decidiu me levar na casa dela. Eu fiquei lá, parece 2 dias ou 3 dias, (...). decidiu me levar a uma esquadra (...); mais tarde me levaram ao MINARS (...) até que apareceu uma senhora, então conversou com a irmã superiora e a irmã superiora disse que eu vou levar este menino” [J1].

Da análise dos resultados é possível identificar elementos de proteção destas crianças e destes jovens, os quais foram assegurados ao longo dos acontecimentos por diferentes agentes. No princípio, foi assegurada pelos membros da família materna, nomeadamente, os tios/as e avó, sendo esta última mencionada por todos com exceção do J2. Diferente dos tios em algumas situações que se transformaram em fator de risco, a proteção da avó manteve-se inalterável até ao final. Na situação de C3 e C4, a avó chegou a falecer, agravando as suas vulnerabilidades. A presença constante desta figura pode ser motivada pelo significado que a família materna exerce na cultura Bantu/Ambundu, a qual tem subjacente que os filhos são da mulher e, portanto, da família materna. Tratando-se de problema, a iniciativa de cura deve sempre partir da família materna. Se a criança é feiticeira, é por via da família materna, razão pelo qual o pai (figura masculina) coloca muitas vezes a responsabilidade na família da mãe, conforme retratado pelo testemunho de C3.

“Eu [o pai] não vou mais meter mão naquelas crianças, vocês é quem lhes deram feitiço, agora vocês têm de lhes tratar. Eu já não quero mais saber nada deles. Vocês é que sabem se vão lhes comer cru ou cozinhado. Eu aqui tiro meus braços” [C3].

Os outros agentes mencionados nas entrevistas são pessoas próximas da família, nomeadamente vizinhos e empregadas da casa onde as crianças foram acolhidas. Ao contrário da figura da avó materna, estes agentes acabam por “reforçar” os maus-tratos contra estas crianças/jovens. Ou seja, no início prestam a devida atenção negada pela família, mas posteriormente, por algum problema, a criança vê-se mergulhada novamente num cenário de maus-tratos.

Na sequência da análise das entrevistas, identificámos ainda a figura dos *sobas* como fator de proteção social na situação de C1 e C2. A este respeito a literatura afirma que na cultura Bantu, e em especial Ambundu, o *soba* é encarado como chefe da aldeia, com autoridade que se baseia na ancestralidade (Zola, 2020). Atualmente o *soba* é um grande aliado do Estado, sobretudo das Comissões de Proteção de crianças/jovens, conforme reportado pelos entrevistados.

“Vamos até às comunidades porque é lá, nas comunidades, onde têm o maior problema de acusação. Vamos até à comunidade e lá acertamos vários temas” [E1].

Isto só é possível enquanto palavra do *soba* é vista como lei, uma vez que a comunidade entende que a obediência ao mesmo nunca é uma conquista pessoal, mas uma indiscutível obrigação religiosa sacral. Na revisão da literatura, fizemos passar a noção de que nalgumas vezes é considerado também como feiticeiro (Zola, 2020). Portanto, no caso analisado verificamos que este se apresenta como garante e proteção do seu grupo.

Não podemos deixar de ressaltar que a Igreja Católica tem sido outro agente de proteção destas crianças e jovens, ideia partilhada por todos os entrevistados. Estes afirmam que em algum momento do seu trajeto como criança em situação de risco mantiveram contactos com madres ou com padres e que, no caso do C1, C2 e J2, promoveram a integração social nos lares de acolhimentos, conforme referido pela literatura (e.g., Lopes, 2017; Pereira, 2007).

O INAC foi o responsável pela inserção das crianças/jovens C3, C4 e J1 aos lares de acolhimento, após serem sinalizados pelo MINSA. A situação do J1 com o INAC é considerada reincidente, pelo que a comissão de proteção de crianças já conhecia a situação do integrante, ou seja, já havia acolhido por tempo determinado, mas que pela fragilidade do sistema, este voltou à família, e foi mais uma vez vítima de maus-tratos e, portanto, da acusação de feitiçaria.

Portanto, foram identificados os fatores de proteção das crianças e jovens após o momento da acusação de feitiçaria. Verificou-se que a figura da avó, dos vizinhos e pessoas singulares, da autoridade tradicional- “o soba”, os lares de acolhimento; as autoridades policiais e o INAC são agentes de proteção destas crianças e jovens. Importa referir que a saída dos entrevistados do seio da família num dado momento foi compensada pelos agentes de proteção social mencionados acima, nos quais as crianças/jovens depositaram as esperanças.

Reações e comportamentos

Como todo processo marcado de percalços e retrocessos, há evidentemente reações físicas ou comportamentais por parte destas crianças. Conforme os testemunhos revelam, este período é marcado por sentimentos de tristeza e de medo.

“Eu chorava, e ficava triste pensando na minha mãe, e não pensava nada senão na minha mãe (...)” [C4].

“Eu chorava, me sentia triste e pensando na minha mãe. eu fiquei lá a chorar o meu irmão também e um dos irmãos da minha madrasta disse, sai da aqui., se não vamos te matar, você não merece estar aqui (...) [J1].

“Eu estava muito triste. Muito triste mesmo, praticamente já não tinha mais família, porque a minha mãe já não se importava mais comigo mesmo estando na mesma rua. Às vezes não me davam comida. Às vezes eu não comia pedia esmola. Estava muito triste (...)” [J2].

Houve casos que apresentaram comportamentos desviantes, nomeadamente a tendência para o furto.

“Ya era assim e depois o espírito de gatunisse voltou mais. Fiquei a mexer, mais na cantina. Eu tinha quase tudo que um filho precisava para viver, mas mesmo assim eu continuava a mexer. Eu ficava a mexer, mexer, mexer, só que de tanto eu mexer. Toda, todas as pessoas em casa sabiam que eu era única pessoa que mexia” [J1].

Comportamento confirmado pela entrevistada E2 que na sequência da pergunta respondeu que o C1 e C2, praticavam o furto porque estavam habituados a roubar enquanto J2, conta que para sobreviver às vezes tinha de praticar a mendicância.

6.3.3. Momento do acolhimento Institucional

Reações e comportamentos

No que concerne ao momento do acolhimento visamos compreender as reações e comportamentos das crianças após terem passado por um período bastante difícil e de extrema vulnerabilidade.

“Estavam a se complicar por causa dos brincados, por causa dos brinquedos, C1 primeiro tinha tirado um brinquedo, depois que, depois estavam a lutar, o C1 pegou um carro de ferro e deu nas costas do Fulano e depois tivemos de acudir” [C2].

“Bem” [C4].

“Epá eu quando me falavam de lar eu pensava que era viver noutra mundo como eu assisti muitos filmes de lares, eu pensava que no lar era para viver com os filhos dos brancos. Eu quando cheguei, aqui graças a Deus me receberam bem no dia seguinte me receberam bem deram a conhecer ao meu pai que me levariam ao lar ele não se importou; Em 2015 só que comecei a ter mais outra característica de homossexual. Digo, digo, gostar de homem também. Então, fiquei assim. A tentar ter essa trajetória a querer ser mulher; Então eles odiavam também essa minha parte, só que eu já estava a ter um espírito de trabalhador e a irmã gostava desta minha forma (...); Aqui dentro temos uma lei quando alguém se comporta bem. Porque eu informava os problemas que aconteciam aqui em casa e os irmãos não gostavam disso então, não gostavam de mim, alguém me chamavam de fofoqueiro, os outros me chamavam de mulher, então, vai se transformar em títica. Então, sofria muito os bullying, não só aqui. (...) mas depois continuamos a me chamar panina, não sei o quê mais”. E quando isso parou, praticamente fui já como no mundo das drogas. Fumava bebia, fumava cigarro, cigarro, cigarro, cigarro. Todos os dias estava na festa, bebia nas festas, eu não esperava me convidarem. Eu ia para as festas do mundinho; eu ia. Até às vezes eu roubava. (...) eu pulava o muro de noite saía e voltava um pouquinho mais cedo, então a irmã nunca soube que eu fazia essas práticas. Eu esperava todo mundo ficar distraído e eu pulava o muro ia para as festas. Às vezes eu voltava no dia seguinte, outras vezes eu chegava muito tarde, aí zero horas. Isso sim, fiquei a usar droga. Fiquei a beber cerveja, quase todo o tipo de bebida eu consumia. E eu comprava essas bebidas com que eu mexia aqui em casa. Às vezes eu roubava a minha própria roupa que nos doava. Eu vendia e com esse valor eu conseguia comprar bebida e não só também os amigos que tinham sempre dinheiro, às vezes uma amiga lhes deu, então eu juntava. Para ir na festa [J1]

“(...) apesar de que eu estava a meio triste acanhada. Às vezes é o conversava muito pouco com as outras meninas (...). Mas eu senti que em algum momento elas sorriam, conversavam de forma escondida ou a dar a entender que estavam a falar de mim, na verdade, mas nunca ouvi, nem vi alguém a me chamar nome e sobretudo de feiticeira, como normalmente me chamavam no bairro (...). Mas pronto é como tudo não é, não é? Eu só me fechava. Ele não conversava muito com eles mais” sim, às vezes falavam de mim. E eu praticamente não era muito comunicativa. Eu soube desse às normais da instituição ou da casa. Quando a irmã disse, fazem isso, eu fazia isso, eu ia buscar. Não perguntava muito nem falava muito. Acho que esse era a dificuldade (...). [J2].

A análise dos resultados mostra que as crianças/jovens tiveram reações bastante diferentes, apesar da sensação de bem-estar ter sido evidenciada por todos os entrevistados. Conforme os interventores sociais, foram evidentes duas manifestações: euforia e rejeição.

“No dia seguinte (J1) disse irmã eu vou ficar aqui? Eu disse se queres sim, se não, não. Eu disse aqui (J1) não és obrigado. O (J1) disse eu quero, eu quero, posso ficar aqui

mesmo? E começou a ficar contente de tal maneira que começou a saltar e bateu na televisão que se abriu a ferida na testa (...)" [E2].

De facto, todos os participantes afirmaram que se sentiram bem ao chegarem na casa de acolhimento, porém isso não inibiu o aparecimento de comportamentos de agressividade.

"Pensa que quando chegaram os dois, solamente não podíamos conversar porque eram muito agressivos, nós havíamos conseguido com psicólogos que nós temos. Mas eles diziam irmã mande-nos embora queremos ir embora, bate todo mundo, então eu falei pronto paciência (...)" [E2].

"(...) Entre elas sempre a entrar em choques, aquelas práticas de rua, elas começaram a transportar para o centro. Pegarem em objetos cortantes e a querer se ferir e tudo, então depois aquelas palavras obscenas que não podiam ser (...)" [E3].

Mota (2023) considera que a agressividade destas crianças pode ser considerada normal, tendo em conta a pobre vivência afetiva pautada pela ausência de cuidados, originando então dificuldades na interação. A gravidade da agressividade é avaliada em função da forma e duração dos maus-tratos, o grau de relacionamento com o abusador, a idade do menor, a sua personalidade, o seu nível de desenvolvimento, entre outros aspetos (Azevedo & Maia, 2006; Sani, 2002). Pode-se afirmar que a acusação de feitiçaria reúne todas as condições para desenvolver nestas crianças e jovens comportamentos agressivos com alguma gravidade.

Acompanhamento psicossocial

Relativamente ao acompanhamento psicossocial, as crianças e jovens (C1, C2 e J1) afirmam terem tido acompanhamento de psicólogo, ao passo que os demais (C3, C4 e J2) afirmam não terem tido nenhum acompanhamento profissional.

"Sim, anda a nos falar para quê... começar a se comportar bem (...)" [C1].

"(...) Eu fui acompanhado por 3 psicólogos. Para tentar equilibrar esse género de homossexualidade de entrada, deixar de ser homem. O gostar de homem e passar a gostar por outro lado também era para lidar com a acusação a feitiçaria que eu passei então eu tive 2 acompanhamento por um por um lado para a sexualidade, a homossexualidade e depois para a feitiçaria que pensaram que era por causa desse problema que eu passava" [J1].

"Não, eu não conversei com ninguém sobre isso (...)" [J2].

Os testemunhos revelam um contraste entre a realidade dos dois lares de acolhimento. No lar Kudielela verifica-se que o atendimento psicossocial é realizado por um psicólogo, ajudando a diminuir o conflito psíquico que essas crianças vivenciam. No Lar Dom Benedito

Roberto tal não se verifica. Desta forma, às crianças e o jovem acompanhados por um psicólogo constatarem-se mudanças nas atitudes.

“Fala para não lutarmos, ne para não fazer duas coisas ao mesmo tempo. Ele nos pergunta se estamos a se comportar bem ou mal. Eu gosto de falar com Psicólogo, ele fala para não fazer o que eu faço. Também como nós estamos na escola vão ver se nós estamos bem nas aulas. (...). O (C1) insultava muito e agora já não. Quando me falavam não brinca aqui, eu brincava, depois a irmã trouxe psicólogo para conversar connosco, mas agora já não faço o que eu fazia antes” [C2].

“Esse acompanhamento fez alguma diferença na minha vida porque eu não sabia quais eram as consequências que esse problema que eu passei podia causar na minha mais durante a caminhada durante o acompanhamento que eu tinha como psicólogo eu mudei muito mudei muito por porque me falou sobre algumas doenças transmitidas sexualmente que eu podia adquirir me falou também das consequências das drogas que poderiam me matar não só social, mas psicologicamente e muito mais” [J1].

Pode-se afirmar que graças ao acompanhamento psicossocial junto das crianças e dos jovens deste lar, estes são confrontados com a necessidade de buscar os seus recursos internos, para ser autor e construtor da sua vida, e que sobretudo reinterprete todos as suas vivências. Este acompanhamento é notório pela fluidez com que as crianças e jovens falam e pela ausência de inibição. Apesar da melhoria nos padrões comportamentais das crianças e dos jovens, o entrevistado E4 reconhece que o atendimento dessas ainda é deficitário.

Importa referir que as crianças e jovens que não são acompanhados por um psicólogo/a ou assistente social, são aquelas que no decorrer da entrevista tiveram muita pausa nas falas, respostas muito curtas e que não responderam a muitas das perguntas, para além de se observar uma condição de maior vulnerabilidade emocional, muitas vezes manifesta pelo choro durante a entrevista. Importa referir que o lar Dom Benedito Roberto foi criado pelo Governo de Angola, apoiado pelo INAC, mas gerenciado pela Igreja Católica, razão pela qual deveria assegurar um apoio mais completo e eficaz junto destas crianças e jovens. Estes aspetos revelam um carácter contraditório uma vez que entrevistada E1 (responsável pelo INAC) afirma ter colaboração de psicólogos, contudo o responsável por este lar (E3) reconhece que tal não acontece.

“(...) nós temos aqui especialistas na área que entra em comunicação em conversa, com a menina para notar mais ou menos quais são gestos ou a psique dela, porque é que ela pensa, para a família, então entender que ela é feiticeira (...)” [E1].

“Nesse momento a casa de acolhimento não temos um psicólogo a exercer um acompanhamento das crianças” [E3].

Independentemente da necessidade de um apoio mais especializado a estas crianças e jovens, ressaltamos a importância do acolhimento institucional, como um lugar de proteção social, de garantias dos direitos fundamentais, assim como de garantia de assegurar as necessidades básicas, tais como a alimentação, educação, acompanhamento terapêutico, de reabilitação, da preservação da integridade e identidade, da reinserção social, de autonomização, e de segurança, ou seja, um espaço potenciador de estabilidade relacional, funcional e instrumental, preparando-os para desafios e para processos de mudança (Alves, 2007).

Tal como as crianças e os jovens, os/as interventores/as sociais reconhecem que de modo geral o acolhimento nos lares e o atendimento das crianças pelo psicólogo proporcionou não só mudança comportamental, mas também a esperança por um futuro de aceitação marcado pela rejeição.

Expetativas quanto a vida futura

O acolhimento das crianças e jovens visa garantir um projeto de vida. Segundo a CASA (2016) citado por Costa, (2017) este pressupõe um plano individual e personalizado que deve ser programado desde o momento de acolhimento até a saída da criança/jovem. Desta feita, a sua efetivação é assegurada por todos os interventores que eventualmente se encontrem nas casas de acolhimento. Conforme se apela, a sua realização e concretização deve ocorrer em parceria com o jovem e, caso seja possível a reintegração familiar, com a própria família. O projeto de vida visa central programar a transição do sujeito para o exterior (CASA, 2016, citado por Costa, 2017).

Consoante as entrevistas, observa-se uma vontade imensa de desenvolverem uma profissão, reconhecendo a importância da educação e do ensino, e de serem autónomos na sua vida futura.

“Eu sou gostaria de ser bombeiro (Polícia)” [C1].

“Eu acho que estou melhor né? mesmo que às vezes eu penso no, no passado, eu acho que estou melhor. O meu objetivo agora eu queria ser padre, padre no futuro e com uma profissão também de um enfermeiro ou um médico. O meu sonho sempre só foi ser médico, ne? mas depois de viver com os Frei, a andar com eles e ir nalgumas missas comecei a gostar de ser padre (...)” [C3].

“Com a educação que eu recebi do centro de acolhimento, eu espero um dia poder vir a ter minha família, ajudar nas tarefas domésticas, até porque o que aprendi aqui no lar é muito bom. Não é só a mulher que em casa deve trabalhar. Enquanto estiver aqui eu quero trabalhar, quero ser enfermeiro, além de pasteleiro (sorrisos), isto aprendi no centro Don Luís Maria. Já tenho feito alguns trabalhos quando alguns amigos precisam e poder ter minha vida independente” [J1].

“Às vezes eu me pergunto se como é que eu serei? Como é que eu vou ser no futuro com a minha família (...)” [J2].

Neste sentido, podemos afirmar que as crianças/jovens encaram o acolhimento institucional como uma oportunidade para realizações pessoais futuros, realizar-se como pessoa quer profissionalmente, quer pessoal e familiarmente (Delgado, 2002). Os testemunhos revelam que estas crianças e estes jovens atribuem uma grande importância à educação e formação.

“Nós estamos preocupados com el futuro dessas crianças. Além da formação académica, nós nas sextas-feiras damos formação com relação aos evangelhos para que conheçam a Jesus, mas também ensinamentos a base da moral (...) mas também ensinamos eles a colaborarem nas tarefas domésticas do centro (...) Incluso ensinamos que eles aprendam a cozinhar, porque claro em casa não é só a mulher que poderá cozinhar, mas também ele saberá fazer de tudo (...) o nosso projeto passa por aí, talvez consigamos que sejam jovens estruturados futuramente (...)”. [E2].

“Tem haver com a própria educação de base, é preciso refazer a educação dessas crianças (...) então prepará-los para que tenham a noção de que afinal na vida é preciso ter este elemento (...) E depois é, é, é, é a questão da disciplina é também outro elemento muito mais importante (...) depois a questão do trabalho elas devem começar a aprender a trabalhar (...)” [E3].

Segundo os/as interventores/as sociais entrevistados, a garantia das possibilidades para a realização do projeto de vida das crianças e dos jovens poderá facilitar a construção do processo de autonomização das crianças e dos jovens. Portanto, “é função dos interventores/cuidadores/as programarem a referida autonomização dos jovens e promoverem ferramentas para o sucesso da autonomização, logo, é tarefa fundamental das casas de acolhimento apresentarem ferramenta e recursos de modo a promover o desenvolvimento de competências de autonomia” (Costa, 2017, p. 80).

A análise dos dados revela que a autonomização é assegurada por intermédio do contacto com os irmãos da casa, com os interventores/cuidadores/as, os quais promovem a autonomia mediante tarefas e competências desenvolvidas diariamente. Há também evidências de contacto com pessoas externas que fazem parte de associações e grupos juvenis.

Significado da acusação de feitiçaria

Após o acolhimento, os significados atribuídos à acusação de feitiçaria modificam-se, conforme relatam os nossos entrevistados.

“Hoje eu sinto que a acusação que eu sofri de feitiçaria fez com que eu fosse aquela pessoa que fui, não é aquela pessoa. Eu acho que a feitiçaria. Fez com que eu fosse até homossexual, que eu passasse a roubar que eu passasse a bebê. Bebidas alcoólicas e sem sombra de dúvida que passe a fumar. Por que uma criança quando se acostuma com sim, sim, sim, sim. E nunca diz, não, não, não, não. Ela sempre dirá, sim, sim, sim. Então a feitiçaria para mim não é boa coisa e pode mudar as nossas vidas para sempre. Eu praticamente nessa altura, nem me preocupava com a vida. Eu já nem sabia o que era viver. Eu me acostumei com a dor me acostumei com a carência me acostumei com ausência da família, de tudo, de todos” [J1].

“Às vezes eu me pergunto se como é que eu serei. Como é que eu vou ser no futuro sem minha família. A acusação a feitiçaria não é boa coisa. Eu já vi, eu já vi um idoso a ser batido porque é feiticeiro no Lombe tem muitos casos disso. Olha, eu me pergunto como é que será minha vida” [J2].

Observamos que, por exemplo, o J1, tem noção que todos os comportamentos disruptivos foram motivados pelos maus-tratos gerados pela acusação de feitiçaria. Reconhece também que teve uma influência negativa na sua identidade, pois se acostumou com a dor, com a carência e principalmente com a ausência da família. Contudo, refere que é graças a acusação de feitiçaria que hoje é a pessoa alegre e motivada que é. Esta visão positiva sobre a influência da acusação de feitiçaria na sua identidade, foi motivado pelo acompanhamento psicossocial que fez com que ele se encarasse como autor e construtor da sua vida, como sujeito ativo da sua vida.

Por outro lado, à entrevistada J2 ainda é visível uma indefinição, uma incerteza, uma incógnita quanto ao que fazer e pensar. Esta visão pode talvez ser motivada pela falta de acompanhamento psicológico que permita a construção de ideias que possam ser fatores positivos na (re)construção de identidade. Sem uma definição, podemos afirmar que neste caso estamos diante de uma identidade confusa e sem orientação. É nesse cenário que se deve desenvolver processos resilientes para que a criança/jovem encare os altos e baixos de todas as vivências (Mota, 2023). Entretanto, esta capacidade só poderá ser facilitada caso exista uma rede de suporte emocional, ainda que nem todos os jovens com experiências traumáticas e vivências em casas de acolhimento poderão não conseguir organizar o seu património afetivo, estando o seu futuro comprometido ao abandono (Mota, 2023).

Considerações finais

Os resultados desta investigação são corroborados por outros estudos. Pereira (2007, 2008), Soares, (2021), Sissimo, (2018) consideram que a crença de feitiçaria, em Angola, está muito presente nas práticas culturais do povo Bakongo. Contudo, tal também se observa no grupo etnolinguístico Ambundu o qual também justifica os infortúnios sociais por via da feitiçaria. A criança/jovem acusado de feitiçaria é considerado um feiticeiro/a expiatório/a, uma pessoa má a quem é atribuído os infortúnios sociais, como a pobreza, a doença ou a morte.

A investigação confirmou que as crianças e os jovens acusadas/os de feitiçaria, apresentam alguns comportamentos típicos anormais. Por exemplo, C1 aparenta ser autista, C3 e C4 apresentam um quadro de anemia e faciformação, J1 era sonâmbulo, além de apresentar transtornos opositário às normas. Estes dados confirmam a teoria sobre os fatores de risco estarem associados a algumas características de crianças/jovens. Ademais, evidenciamos que todas as crianças/jovens estiveram em ambiente familiar conturbado que propiciou a acusação de feitiçaria. Constatamos que o ambiente familiar de C1 e C2, estava marcado pela morte e doença, o C3 e C4, eram órfãos de mãe, o pai tinha outras mulheres, sendo a acusação fomentada pelas madrastas e depois pelo pai e os familiares. A situação do J1, confirma que a acusação foi fomentada pela mãe, separada do pai, acusa o filho de ter matado o seu meio-irmão. Finalmente, o cenário da J2 é parecido ao do último, acusada pela mãe, mas motivada pelo padrasto e pelos familiares. Analisou-se ainda, que os *kimbandas* e os pastores foram os agentes da confirmação do feitiço do J1 e J2.

Ficou evidenciado também os fatores de proteção social das crianças/jovens acusados de feitiçaria. Neste quesito, ficou claro que a proteção das crianças e jovens foi assegurada ao longo dos acontecimentos por diferentes agentes, nomeadamente por membros da família materna, como os tios/as e avó. Diferente dos tios/as em algumas situações que se transformaram em fator de risco, a proteção da avó manteve-se inalterável até ao final. Ficou ainda evidente, a proteção por parte dos vizinhos/as e pessoas singulares, mas que acabaram no final sendo fatores de risco. Os *sobas* aparecem como fator de proteção social, na situação C1 e C2. Observou-se ainda uma unanimidade dos entrevistados relativamente à proteção que tiveram por parte das mães e dos pais da Igreja Católica. O INAC apareceu como o órgão intermediário entre a situação de risco e o acolhimento das crianças/jovens. Portanto, o grande

fator de proteção social que estas crianças têm até o momento, são os lares de acolhimento, que são iniciativas da Igreja Católica e das ONGs.

Ficou identificado, durante a acusação de feitiçaria, tristeza, desânimos e apatia. Às crianças e jovens foram evidentes reações como furto, choro e apatia, além da aceitação de feitiçaria que foi visível no caso do J1. Percebemos que a acusação de feitiçaria se traduziu num momento de grande tensão e conflitos intrapessoais, propiciando o surgimento de vários comportamentos disruptivos como a mendicância, o furto além da agressividade. No momento da integração em lares de acolhimento foram percebidas reações como a euforia e rejeição. A primeira representa um dos poucos momentos em que a criança/jovem encara a instituição de acolhimento como uma réstia de esperança que em meio a tanta dor e sofrimento surge para amenizar a ausência da família, porém acostumados a uma vida de rejeição as crianças/jovens em algum momento tiveram dúvidas sobre a sua permanência nos lares e manifestaram a resistência quanto ao acolhimento.

Quanto às práticas institucionais, as crianças e os jovens reconhecem como fundamentais para a continuação do processo de (re)construção identitária. Conseguimos ainda perceber que atividades como tarefas domésticas (e.g., limpezas gerais dos lares de acolhimento, o apoio à cozinha, o tratamento de roupas) são de extrema importância para o empoderamento e autonomização das crianças e dos jovens. No âmbito do acompanhamento psicossocial concluímos que um grupo de crianças e jovens do lar Kudielela tem acompanhamento de um psicólogo, mas no Lar Dom Benedito Roberto não têm o acompanhamento de um especialista ligado a promoção da saúde psicológica dessas crianças. Relativamente ao primeiro grupo, verificou-se que o acompanhamento psicossocial foi importante ao se observaram melhoria nos padrões condutais das crianças e dos jovens. Neste caso, o modelo de intervenção assumido é o modelo psicossocial, aquele que visa empoderar os indivíduos. Ao contrário do anterior, as crianças e os jovens do Lar Dom Benedito Roberto não têm nenhuma assistência psicossocial, pela inexistência de técnicos/as. Foi ainda evidente, sentimentos de tristeza e angústia ao falar do passado, porém reconhecem a importância do acolhimento, pela trajetória das suas vidas.

Para garantir um projeto de vida e autonomia na (re) construção identitária das crianças e dos jovens, os lares de acolhimento têm levado a cabo, atividades como formação acadêmica, formação bíblica, educação moral, atividades domésticas e formação profissional. Ainda assim

o acolhimento institucional das crianças do Lar Dom Benedito Roberto apresenta algumas insuficiências no apoio a estas crianças e jovens, nomeadamente no acompanhamento psicossocial, por ausência de profissionais especializados.

Portanto, observamos, através dos testemunhos das crianças e dos jovens acusadas/os de feitiçaria, dos/as interventores/as sociais e da representante política, que a acusação de feitiçaria influencia negativamente o processo de (re)construção identitária destas crianças/jovens, por desencadear uma série de comportamentos disruptivos como a agressividade, a delinquência, o isolamento social, as dificuldades na interação os transtornos afetivos, que foram evidentes em todas as crianças e os jovens entrevistadas/os, as/os quais precisam ser acompanhados por técnicos/as e especialistas de modo a reverter os efeitos ao longo do seu crescimento.

A nível da configuração da intervenção social, verificou-se que no grupo que tem acompanhamento é visível a melhoria nos padrões comportamentais. Porém reconhece-se a necessidade de repensar o acolhimento institucional, uma vez que o sentimento de excluídos da sociedade ainda é notório nestas crianças e jovens.

Considerando que o fator-chave para garantir um acolhimento positivo para as crianças e os jovens em risco é a intervenção social, verifica-se pouco envolvimento dos responsáveis políticos nos estudos sobre a matéria, sendo que o único estudo sobre o caso foi feito em 2003 e as medidas tomadas no mesmo ano. Parece se observar uma apatia quanto a estas questões e os mesmos só aparecem para encaminhar as crianças para os lares que a Igreja Católica e as ONGs criaram e gerem. A este respeito, apelamos a necessidade da atuação dos responsáveis políticos, pelo que se observa uma grande fragilidade na configuração do processo de intervenção social no sentido da redução do impacto negativo na (re)construção identitária dos sujeitos acusados de feitiçaria.

Em suma, os resultados desta investigação contribuem para a compreensão do processo de (re)construção identitária das crianças e dos jovens acusadas/os de feitiçaria presentes nos lares de acolhimento, demonstram a dura realidade das crianças/jovens e ajudaram a compreender melhor a realidade institucional dos lares de Malanje. A investigação demonstrou, através dos relatos das crianças e dos jovens e dos/as interventores/as sociais, as dificuldades enfrentadas e a necessidade de se repensar a importância da intervenção social bem como do acompanhamento psicossocial como via para vencer as barreiras dos estigmas a que a acusação

de feitiçaria remete estas crianças e estes jovens. Entretanto, apesar de tanto sofrimento, observa-se a capacidade de resiliência destas crianças/jovens, ao demonstrarem os sonhos e perspectivas quanto às suas vidas futuras. A investigação pode ainda contribuir para compreender que o acolhimento institucional é, até ao momento, a via mais eficaz para garantir a proteção destas crianças e destes jovens que se encontram em extrema vulnerabilidade.

O conhecimento do modelo de intervenção e, sobretudo, das dificuldades constituem via para que se repense e se considere diferentes práticas uma vez que a existência de um modelo é de vital importância para as casas de acolhimento que acolhem crianças e jovens com traumas e outras adversidades; o modelo de intervenção é e deve ser vista como uma rotina diária de cuidados e de dinamização de projetos de vida em que todos os colaboradores que agem com intencionalidade (Cabral et al., 2021).

No que diz respeito às limitações desta investigação, a primeira prendeu-se com o quadro referencial da literatura. Movidos pelo tabu, o tema sobre a feitiçaria ainda é pouco estudado, apesar de ser uma problemática muito comum e observada na realidade angolana, especialmente na malanjina. A escassez da bibliografia, enfraqueceu em algum momento a capacidade reflexiva e argumentativa da investigadora, que teve de fazer sinopse das poucas existentes com a experiência observada no dia-a-dia. Uma outra limitação, que quase mudou o rumo do projeto, está ligada com a recolha de dados de campo, nomeadamente o não acesso a dados estatístico sobre esta problemática por parte do INAC e a inexistência de documentos estatísticos sobre a problemática da acusação de feitiçaria em Malanje, o que obrigou a investigadora a passar de um estudo de caso a um estudo exploratório, recorrendo apenas a entrevista semiestruturada, não tendo sido possível fazer análise documental, conforme foi pensado inicialmente. Por outro lado, a localização do Lar Dom Benedito Roberto (50 km do casco urbano) e a inexistência de transporte para esta zona, impediu a investigadora de ter mais contacto com as crianças e os jovens acusados de feitiçaria desta instituição, o que foi visível na entrevista, observando-se por vezes respostas muito fechadas, para além de desistências durante a entrevista.

Em função disto, a investigação esteve limitada à realidade das crianças acusadas de feitiçaria, uma vez que foram trabalhados apenas com crianças dos lares de acolhimento. Considerando, que nas ruas desta província se encontra muitas crianças/jovens, sugere-se que os próximos estudos possam estar relacionados com um estudo comparativo entre crianças de

ruas acusados de feitiçarias, com as crianças/jovens acusados de feitiçaria presentes nos lares de acolhimento, de modo a se evidenciar melhor a importância e a necessidade da intervenção nos lares de acolhimento por parte de profissionais especializados.

Bibliografia

- Alarcão, M. (2002). *(Des)equilíbrios familiares*. Quarteto.
- Alberto, I. M. (2008). Como passáro em gailolas : Reflexões em tornos da institucionalização de crianças e adolescentes em risco. Em C. Machado, & e. R. Gonçalves (coord.), *Violência e vítimas de crimes: crianças* (pp. 209-227). Quarteto.
- Almeida, A. (2011). A sociologia e a construção da infância: olhares do lado da família. Im M. Leando (coord.), *Laços familiares e sociais* (pp. 69-77). Psicossoma.
- Almeida, H. N. (2013). Gestão de casos e Mediação social: Abordagens, processos e competências cruzadas na agenda do conhecimento em Serviço Social. In C. C. Santos, C. P. Albuquerque, & H. N. Almeida (orgs), *Serviço Social: Mutações e Desafios* (pp. 15-64).
https://www.researchgate.net/publication/283344987_Gestao_de_Caso_e_Mediacao_Social_Abordagens_Processos_e_Competicencias_Cruzadas_na_Agenda_do_Conhecimento_em_Servico_Social?enrichId=rgreq-5e01df2b1989f205f991241378a0db01-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI4M
- Altuna, R. R. (2014). *Cultura tradicional Bantu* (2 ed.). Paulinas.
- Alvarez, F., Carvalho, I., & Baptista, M. (2014). Adolescente em contexto institucional . Em T. d. Mendes, & P. V. Santos (coords.), *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 49-71). Climepsi editores.
- Alves, S. N. (2007). *Filhos da madrugada: percursos de adolescentes em lares de infância e juventude*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Amado, J., & Ferreira, S. (2007). A entrevista na investigação em educação. In J. Amado (org.), *Manual de investigação científica em educação* (3 ed. pp. 209-237). Imprensa Universidade de Coimbra.
- Azevedo, M. d., & Maia, Â. d. (2006). *Maus-tratos à crianças*. Climepsi Editores.
- Bigotte, C. J. (1996). *Grande dicionário enciclopédico*. Editorial Verbo.

- Bock, A. M., Gonçalves, M. G., & Furtado, O. (2007). *histórica: uma perspectiva critica em psicologia*. Cortez.
- CAFAP. (2018). *Com famílias nos entendemos: Modelos e práticas para e com famílias*. Edições Esgotadas.
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção social do mau-trato e negligência parental: do censo comum ao conhecimento científico*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Canha, J. (2003). *Criança maltratada: o papel de uma pessoa de referência na sua recuperação -Estudo prospectivo de 5 anos*. Quarteto.
- Carla Cabral, I. S., Resende, L., Cruz, M. J., & Tomlinson, P. (2021). Processo de construção de um modelo de intervenção terapêutico numa casa de acolhimento residencial. Em C. S. Peixoto, & M. S. Oliveira (coord.), *Acolhimento residencial de crianças e jovens em perigo: conceitos, práticas e intervenção* (pp. 243-253). Factor.
- Carmo, H., & Pereira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação: Guia para auto-aprendizagem*. Universidade Aberta.
- Ciampa, A. d. (1989). Identidade. In S. T. Lane, & W. Codo(coord.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 58-75). Brasiliense.
https://geisamoterani.files.wordpress.com/2014/05/o_homem_em_movimento_silvia_lane_wand_codo.pdf
- Cimpric, A. (2011). *Crianças acusadas de bruxaria: Um estudo antropológico das práticas contemporâneas em África*. Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).<https://www.refworld.org/docid/4e97f5902.html>
- Costa, J. (S.d.). *Dicionário Moderno de Língua Portuguesa*. Escolar Editora.
- Costa, P. F. (2017). *A influência das experiências de acolhimento institucional na (re)construção identitária [Dissertação de Mestrado]*. Instituto Politécnico de Leiria. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.8/2697>
- Coutinho, C. P. (2023). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: Teoria e Prática*. Almedina.
- Delgado, J. P. (2002). *A participação como processo de construção de responsabilidade na intervenção educativa junto de crianças e jovens em risco*[Tese de Doutoramento,

- Universidade de Santiago de Compostela,*]. Universidade Portucalense.
<https://repositorio.upt.pt/entities/publication/1d43ed6c-7e2c-4a12-bdff-94bd4fbca856/full>
- Duarte, M. F. (2018). *O impacto dos maus-tratos na vida das crianças e dos jovens em situação de acolhimento: Estudo comparativo [Dissertação de mestrado]*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. <http://hdl.handle.net/10284/6952>
- Duarte, S. M. (2018). *Maus-tratos a crianças e jovens: Avaliação da prática dos profissionais de saúde [Dissertação de mestrado]*. Universidade Fernando Pessoa. <https://hdl.handle.net/10316/82263>
- Erikson, E. H. (1979). *Crescimento e crises*. Rio de Janeiro: Interamericana.
- Ferraz, E. A. (2018). *Crimes e acusações de feitiçaria entre os Ajáuas: Debruçando sobre os processos criminais coloniais 1920-1940 [Dissertação de mestrado]*. <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/7585>
- Ferreira, A. G. (1999). *Dicionário de latim-português*. Porto Editora.
- Fundação Fé e Cooperação. (2016). *Estudo de caso, crianças irã: uma violação dos direitos da criança na Guiné-Bissau*. FEC. <http://www.fecong.org/pdf/publicacoes/estudoCriançasIra.pdf>
- García, T. F., & Romero, L. P. (2021). *Trabajo social individualizado: metodología de intervención*. Alianza Editorial.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. Atlas.
- Gomez, E. E. (2022). Desenho de investigação qualitativa. . Em S.P.Gonsálves, & J. G. Marques (coords), *Manual de nvestigação qualitativa: conceção análise e aplicações* (pp. 5-22). Pactor.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Príncipia.
- Guerra, I. C. (2014). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. Príncipia.

- Imbamba, J. M. (2003). *Uma nova cultura para mulheres e homens novos: um projecto filosófico para Angola do terceiro milénio à luz da filosofia de Battista Mondin*. Paulinas.
- INAC. (2022). *30 anos na proteção e promoção dos direitos da criança: Feitos, factos e firmeza*. Acácias Editora.
- INAC & UNICEF. (2006). *O Impacto das acusações de feitiçaria contra crianças em Angola: uma análise na perspectiva da proteção dos direitos humanos*. INAC/UNICEF.
- Lopes, P. C. (2017). *Retrato de dois Centros de Acolhimento: educação sócio escolar e profissional e integração de Crianças e jovens carenciados, da província do Moxico, Angola*[Dissertação de mestrado]. Instituto Superior de Serviço Social do Porto. <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/22228/1/Paulo%20Carlos%20Lopes.pdf>
- Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em crianças e jovens*. Quarteto.
- Magalhães, T. (2010). *Abuso de crianças e jovens: Da suspeita ao diagnóstico*. Edições técnicas.
- Manjarrez, A. E., & Nava, P. B. (2003). Autoconceito e autoestima em crianças maltratadas e crianças de famílias intactas. *Psicologia.pt. publicações em Língua Portuguesa*, pp. 1-10. O http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0104&area=d4&suba
- Marconi, M. d., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. Atlas.
- Martins, P. C. (2004). *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco : representações sociais, modos e espaços* [Tese de doutoramento em Estudos da Criança]. Universidade do Uminho. <https://hdl.handle.net/1822/3238>
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e práticas de investigação*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Mota, C. P. (2023). *Crianças, jovens e cuidadores no acolhimento residencial: a vivência de quem cuida e de quem quer ser cuidado*. Edições Sílabo.
- Morisca, F. M. (2003). *África renascida (políticas sine quibus non)*. SEDIPU.
- Naujorks, C. J. (2021). Teorias da identidade e correspondência identitária. *Psicologia em Revista*, pp. 265-284. Obtido de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/per/v27n1/v27n1a16.pdf>

- Neves, A. P. (2017). O direito de crescer em harmonia. In F. Xarepe, I. F. Costa, & M. d. Margado (orgs.), *O risco e o perigo na criança e na família*. (pp. 45-60). Pactor.
- Olim, C. M. (2011). *Património cultural regional: crenças e tradições [Dissetação de mestrado em Gestão cultural]*. Universidade da Madeira. <http://hdl.handle.net/10400.13/596>
- Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia científica: um manual para realização da pesquisa em Administração*. Campus Catalão.
- Pereira, L. N (2008). Crianças Feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e Estado no pós-guerra angolano. *Religião e Sociedade*, pp. 30-55. <https://doi.org/10.1590/S0100-85872008000200003>
- Pereira, L. N. (2007). *Crianças acusadas de feitiçaria em Angola: economia e parentesco num contexto de pós-guerra civil*. [Comunicação apresentada no 31º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)] Microsoft Word ST. <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/31-encontro-anual-da-anpocs/st-7/st14-5/2900-luenapereira-criancas/file>.
- Pires, M. L. (2006). *Teorias da cultura*. Universidade Católica editora.
- Ramalho, J. P. (2003). *Desenvolvimento da autonomia e da identidade nos jovens portugueses com experiências migratórias*. Fundação Calouste Gulberkian.
- Ramos, A. M., & Moleiro, C. (2019). Cultura e diversidade parental: Projetos de intervenção junto de famílias multidesafiadas de contextos interculturais. In M. M. Carlheiros, E. Magalhães, & L. Monteiro (coord.), *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (Vol. 5, pp. 271-295). Edições Sílabo.
- República de Angola. (2011). *Lei n.º 25/12, de 22 de agosto. Lei da Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança*. Portal da Legislação de Angola. <https://angolex.com/paginas/leis/lei-sobre-proteccao-e-desenvolvimento-integral-da-crianca.html>
- Rodrigues, A., Assmar, E. M., & Jablonski, B. (2022). *Psicologia social*. Vozes editora.
- Romão, Â. S., Monteiro, L., & Lima, M. L. (2019). A exposição à violência interpaparental: a qualidade de vinculação e os sintomas somáticos das crianças em idade escolar. In M.

- M. Calheiros, E. Magalhães, & L. Monteiro (coord.), *Crianças em risco e perigo: contextos, investigação e intervenção* (pp. 195-213). Edições sílabo.
- Romero, L. P., & Brancos, H. (2023). Principais modelos de intervenção no serviço social. Em J. Fialho(org.), *Manual para intervenção social: da teoria à ação* (pp. 75-95). Edições Sílabo.
- Roseiro, A. H. (2013). *Símbolos e práticas culturais dos Makonde [Tese de doutoramento em Antropologia Social e Cultural]*. Universidade de Coimbra. <https://hdl.handle.net/10316/23804>
- Sani, A. I. (2002). *As crianças e a violência*. Quarteto.
- Santos, C. (2014). Intervenção social junto das famílias com crianças institucionalizadas. Em T. d. Mendes, & P. V. Santos(orgs.), *Acolhimento de crianças e jovens em perigo* (pp. 185-200). Climeps Editores.
- Silva, A. M. (2011). *Desenvolvimento infantil: As competências e o desenvolvimento das crianças dos 0 aos 2 anos*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Sirgado, A. P. (2000). O social e o cultural na obra de Vigotski. *Educação e Sociedade*, pp. 45-78. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302000000200003>
- Sissimo, L. M. (2018). *Análise da narrativa de dois adolescentes angolanos acusados de feitiçaria [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica]*. ISPA-Instituto Universitário. <https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6828/1/25285.pdf>
- Soares, N. F. (2001). *Outras infâncias: situação social das crianças atendidas numa comissão de protecção de menores*. Centros de estudos da criança-Universidade de Uminho.
- Soares, P. P. (2021). És feiticeiro? Então já estudas: crianças em risco agencialidade e mobilidade social em Angola. *Mana*, pp. 1-32. <https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n3a202>
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os direitos da criança: adaptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas*. UNICEF. <https://www.unicef.org/angola/media/966/file/Convencao%20sobre%20os%20Direitos%20da%20Crianca.pdf>

- Vieira, R. (1999). *Histórias de vida e identidades: professores e interculturalidade*. Edições Afrontamento.
- Vygotsky, L. S. (1995). *Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores*. Colihue Clásica.
- Zola, J. D. (2020). *A feitiçaria: um desafio antropológico sempre presente nas famílias nas comunidades cristãs-Pistas de orientação libertadoras, o testemunho da Rainha Njinga Mbandi*. Dipanda.

Apêndices

Apêndice A: Solicitação de recolha de dados.....	98
Apêndice B: Consentimento informado para menores	102
Apêndice C: Consentimento informado para adultos	104
Apêndice D: Guião de Entrevista á diretora do INAC	106
Apêndice E: Guião de entrevista aos interventores sociais	109
Apêndice F: Guião de entrevista às crianças e jovens.....	112
Apêndice G: Análise das entrevistas realizadas ao INAC.....	115
Apêndice H: Análise dirigidas aos diretores e ao psicólogo dos lares de acolhimento	122
Apêndice I: Análise das entrevistas das crianças e jovens	134

Apêndice A: Solicitação de recolha de dados

EXMA.SENHORA

DIRETORA DO INSTITUTO
NACIONAL DA CRIANÇA
MALANJE

Eu, Natália Domingos Joaquim, estudante do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Nesse âmbito, estou desenvolvendo um trabalho de investigação do final do curso intitulada O IMPACTO DAS ACUSAÇÕES A FEITIÇARIA EM CRIANÇAS E JOVENS: O CASO DOS LARES DE ACOLHIMENTO EM ANGOLA, tendo como objetivos principais: Compreender a influência que a acusação a feitiçaria fomenta ao processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens e Compreender a configuração da Intervenção Social, com vista a garantir a (re)construção de identidade das crianças e jovens bem como a sua contribuição na redução do impacto negativo das acusações da feitiçaria em crianças e jovens nos lares de acolhimento. Penso poder retirar deste trabalho contributos importantes para a prática do meu trabalho. Este trabalho é orientado pela Doutora Cristina Nunes, docente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Para a recolha de dados aplicar-se-á uma entrevista semiestruturada as crianças e jovens acusados de feitiçaria que sem encontram nos lares de acolhimento da província de Malanje, á diretora do INAC, aos assistentes sociais que lidam com essas crianças e jovens e sobretudo, aos diretores de cada Lar de acolhimento. Será um estudo exploratório com o foco na pesquisa desta temática para contribuir no conhecimento sobre temática em questão. A fase de colheita de dados ocorrerá entre novembro e dezembro do corrente ano, seguindo com os devidos protocolos de que a pesquisa exige. Nesse sentido, será distribuído o termo de consentimento informado a todos os participantes que depois de assinado se procederá a recolha de dados. Todavia, a entrevista terá uma duração média de quinze minutos e os dados obtidos serão tratados de uma forma confidencial. Também será garantido a todos os participantes (a participação voluntária, nunca sendo prejudicados no caso de não participarem).

Assim, venho por este meio solicitar que me seja autorizada a aplicação dos referidos instrumentos aos participantes já mencionados. Em anexo a este pedido, envio cópia do consentimento informado que utilizarei, o cronograma de atividades de recolha de dados da referida investigação e a carta de orientação.

Para qualquer esclarecimento, estarei disponível em: nataliadjoaquim@yahoo.com ou 941979451. Certa de um parecer favorável ao meu pedido agradeço, desde já a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos: Natália Joaquim _____ / ____ / ____ /

Sara Milagre João Dominge
Autoriza a fazer recolha
de informações



EXMA.SENHORA
DIRETORA DO INSTITUTO
NACIONAL DA CRIANÇA
MALANJE

Eu, Natália Domingos Joaquim, estudante do Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Nesse âmbito, estou desenvolvendo um trabalho de investigação do final do curso intitulada O IMPACTO DAS ACUSAÇÕES A FEITIÇARIA EM CRIANÇAS E JOVENS: O CASO DOS LARES DE ACOLHIMENTO EM ANGOLA, tendo como objetivos principais: Compreender a influência que a acusação a feitiçaria fomenta ao processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens e Compreender a configuração da Intervenção Social, com vista a garantir a (re)construção de identidade das crianças e jovens bem como a sua contribuição na redução do impacto negativo das acusações da feitiçaria em crianças e jovens nos lares de acolhimento. Penso poder retirar deste trabalho contributos importantes para a prática do meu trabalho. Este trabalho é orientado pela Doutora Cristina Nunes, docente da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Para a recolha de dados aplicar-se-á uma entrevista semiestruturada as crianças e jovens acusados de feitiçaria que sem encontram nos lares de acolhimento da província de Malanje, à diretora do INAC, aos assistentes sociais que lidam com essas crianças e jovens e sobretudo, aos diretores de cada Lar de acolhimento. Será um estudo exploratório com o foco na pesquisa desta temática para contribuir no conhecimento sobre temática em questão. A fase de colheita de dados ocorrerá entre novembro e dezembro do corrente ano, seguindo com os devidos protocolos de que a pesquisa exige. Nesse sentido, será distribuído o termo de consentimento informado a todos os participantes que depois de assinado se procederá a recolha de dados. Todavia, a entrevista terá uma duração média de quinze minutos e os dados obtidos serão tratados de uma forma confidencial. Também será garantido a todos os participantes (a participação voluntária, nunca sendo prejudicados no caso de não participarem.

Assim, venho por este meio solicitar que me seja autorizada a aplicação dos referidos instrumentos aos participantes já mencionados. Em anexo a este pedido, envio cópia do consentimento informado que utilizarei, o cronograma de atividades de recolha de dados da referida investigação e a carta de orientação.

Para qualquer esclarecimento, estarei disponível em: nataliadjoaquim@yahoo.com ou 941979451. Certa de um parecer favorável ao meu pedido agradeço, desde já a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos: Natália Joaquim

10/2023

Natalia D. Joaquim 16/

Apêndice B: Consentimento informado para menores

CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO LIVRE PARA A AUTORIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE MENORES DE IDADE NA INVESTIGAÇÃO

Título de Estudo: O Impacto da acusação a feitiçaria no processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens: O Caso dos Lares de acolhimento em Malanje-Angola

Mestranda: Natália Domingos Joaquim

Orientadora: Professora doutora Cristina Nunes

Contatos: +244 941979451

E-mail do investigador principal: nataliad.joaquim@havo.com

A presente entrevista insere-se no âmbito do estudo acima referido, o qual está integrado na dissertação associado ao Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, tendo como objetivo central compreender a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens e compreender a configuração da Intervenção Social, com vista a garantir a (re)construção de identidade das crianças e jovens bem como a sua contribuição na redução do impacto negativo das acusações da feitiçaria em crianças e jovens nos lares de acolhimento.

Declaro que compreendi o âmbito e objetivos de estudo, os quais me foram explicados, bem como os procedimentos a serem realizados para a realização do mesmo. Sei que poderei retirar o meu consentimento a qual momento, no decurso da entrevista, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim e para os menores.

Declaro ainda que fui informado(a) sobre a importância de registar a entrevista e autorizo a gravação para efeitos da inscrição para os depoimentos dos menores no estudo e para fins de produção científica, tendo sido garantido o anonimato dos menores no referido estudo.

Assinatura do responsável legal do menor:

Assinatura da mestranda:

Malanje, ____/____/____

Apêndice C: Consentimento informado para adultos

CONSENTIMENTO INFORMADO E ESCLARECIDO LIVRE PARA PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO DE INVESTIGAÇÃO

Título de Estudo: O Impacto da acusação a feitiçaria no processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens: O Caso dos Lares de acolhimento em Malanje-Angola

Mestranda: Natália Domingos Joaquim

Orientadora: Professora Doutora Cristina Nunes

Contatos: +244 941979451

E-mail do investigador principal: nataliad.joaquim@hayoo.com

A presente entrevista insere-se no âmbito do estudo acima referido, o qual está integrado na dissertação associado ao Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra, tendo como objetivo central compreender a influência da acusação de feitiçaria no processo de (re)construção de identidade de crianças e jovens e Compreender a configuração da Intervenção Social, com vista a garantir a (re)construção de identidade das crianças e jovens bem como a sua contribuição na redução do impacto negativo das acusações da feitiçaria em crianças e jovens nos lares de acolhimento.

Declaro que compreendi o âmbito e objetivos de estudo, os quais me foram explicados, bem como os procedimentos a serem realizados para a realização do mesmo. Sei que poderei retirar o meu consentimento a qual momento, no decurso da entrevista, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Declaro ainda que fui informado(a) sobre a importância de registar a entrevista e autorizo a gravação para efeitos da inscrição para os meus depoimentos no estudo e para fins de produção científica, tendo me sido garantido o anonimato, no referido estudo.

Assinatura do participante:

Assinatura da mestranda:

Malanje, ____ / ____ / ____

Apêndice D: Guião de Entrevista á diretora do INAC

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – RESPONSÁVEL POLÍTICA: DIRETORA DO INAC

I SECÇÃO: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Em relação aos dados biógrafos, desejaríamos saber a sua origem especificamente:
 - a) A sua idade;
 - b) em que ano nasceu;
 - c) Qual a sua data de nascimento?
2. Nesse momento, responda-nos por favor sobre o seu percurso profissional, nomeadamente:
 - a) O seu grau académico, a formação, experiência de trabalho?
 - b) A quanto tempo trabalha como diretora do INAC?

II SECÇÃO: PERCEÇÕES SOBRE A ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA

1. Nesta presente secção procura-se descobrir a sua perceção sobre a feitiçaria e acusação de crianças a feitiçaria nomeadamente:
 - a) Na sua opinião o que é a feitiçaria?
 - b) Quando se diz que uma pessoa é feiticeira o que se quer transmitir?
 - c) O quê que uma pessoa feiticeira pode provocar na família ou na comunidade?
 - d) Como pode ser descrita as reações das pessoas quando descobrem que alguém é feiticeiro?

III SECÇÃO: CONTEXTOS E MOTIVOS DA ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA

1. Nesta secção, convido-a a falar sobre a acusação de feitiçaria de crianças e jovens em Malanje, nomeadamente?
 - a) Quando é que a acusação de feitiçaria de crianças e jovens em Malanje passou a ser uma preocupação para o INAC?
 - b) Quantos casos de crianças acusadas de feitiçaria o INAC tem registado até ao momento em Malanje?
 - c) Quais são os bairros mais sinalizados?
 - d) Como esses casos de acusação de crianças e jovens são conhecidos?

2. Agora, explica-nos, por favor, as razões que têm motivado as acusações de feitiçaria de crianças e jovens?
- a) Que características são comuns em crianças e jovens acusados de feitiçaria?
 - b) Que atitude e comportamentos apresentam diante da acusação de feitiçaria?
 - c) Quem são os protagonistas das acusações a feitiçaria?
 - d) Como as crianças e jovens são tratados por este?
 - e) Quais são as consequências da acusação de feitiçaria para as crianças e jovens? acusada de feitiçaria?

IV. MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA AS CRIANÇAS E JOVENS ACUSADOS DE FEITIÇARIA

1. Em linhas gerais, sobre a proteção das crianças e jovens, responda-nos a pontando as linhas de ação que visam a proteção de crianças e jovens acusadas de feitiçaria
- a) O que acontece com as crianças vítimas destas acusações?
 - b) O que é que o INAC tem no seu plano de proteção social reservado para as crianças que se encontram nessa situação?

Apêndice E: Guião de entrevista aos interventores sociais

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – INTERVENTORES SOCIAIS: DIRETORES(A) E PSICÓLOGO DOS LARES DE ACOLHIMENTO

I SECÇÃO: DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

1. Em relação aos dados biógrafos, desejaríamos saber a sua origem especificamente:
 - d) A sua idade;
 - e) em que ano nasceu;
 - f) Qual a sua data de nascimento?
2. Nesse momento responda-nos por favor sobre o seu percurso profissional, nomeadamente:
 - c) O seu grau académico, a formação, experiência de trabalho?
 - d) A quanto tempo trabalha como diretora do centro?

II SECÇÃO: PERCEÇÕES SOBRE A ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA

1. Nesta presente secção procura-se descobrir a sua percepção sobre a feitiçaria e acusação de crianças a feitiçaria nomeadamente:
 - e) Na sua opinião o que é a feitiçaria? Quando se diz que uma pessoa é feiticeira o que se quer transmitir?
 - f) Que características são comum em crianças e jovens acusadas de feitiçaria?
 - g) O quê que uma pessoa feiticeira pode provocar na família ou na comunidade?
 - h) O que sente diante de uma pessoa acusadas de feitiçaria?
 - i) Como é que é a reação das pessoas quando descobrem que uma criança é feiticeira?
 - j) Quais são as consequências das acusações da feitiçaria para as crianças e jovens acusados?

III SECÇÃO: MOMENTO DO ACOLHIMENTO: CARATERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS/JOVENS

1. Poderia falar-nos neste momento sobre a chegada das crianças e jovens para o lar especificamente:
 - a) Que idade tinham? A quanto tempo moram no lar?
 - b) Que caraterísticas físicas e psicológicas as crianças apresentavam na altura?

2. Sobre a adaptação da criança, conta-nos por favor como tem sido o dia-a-dia deles:

a) Como é caracterizado a saúde emocional e física destas crianças?

IV - MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA AS CRIANÇAS E JUVENTUDE ACUSADAS DE FEITIÇARIA

1. Em relação a proteção das crianças e jovens, por favor responda-nos agora a pontando as linhas de ação que visam a proteção de crianças e jovens acusadas de feitiçaria, concretamente:

a) O que acontece com as crianças e jovens vítimas destas acusações?

b) Qual é o primeiro passo que se toma quando se depara com casos de crianças e jovens acusados de feitiçaria?

c) Que práticas de intervenção a nível da prevenção social são utilizadas para prevenir os efeitos negativos da acusação a nível da (re)construção de identidade?

d) Quais são os aspetos pessoais que a intervenção social trabalha para garantir o processo de reconstrução de identidade das crianças e jovens acusadas de feitiçaria?

Apêndice F: Guião de entrevista às crianças e jovens

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – CRIANÇAS E JOVENS ACUSADOS DE FEITIÇARIA

I SECÇÃO: DADOS SOCIODEGRÁFICOS

1. Em relação aos dados biógrafos, desejaríamos saber a sua origem especificamente:
 - a) A sua idade;
 - b) em que ano nasceu;
 - c) Qual a sua data de nascimento?
 - d) Onde nasceu? Que ligação você tem com o lugar onde nasceu,
 - e) Com quem você viveu?
 - f) De que tribo você é, qual é o dialeto que fala?
2. Neste segundo momento, pretende-se o seu modo de vida, nomeadamente:
 - a) Modo de vida;
 - b) Relação com a família;
 - c) Comportamento e Sentimentos.

II SECÇÃO: DURANTE A ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA

1. Nesta secção pretende-se saber a sua percepção sobre a acusação a feitiçaria e sua experiência de vida, relativamente as acusações especificamente:
 - a) Quando é que você foi acusado de feiticeiro/a? que idade você tinha?
 - b) Por que motivo você foi acusado de feiticeiro/a?
 - c) Quem foi que te acusou? Você sofreu algum tipo de violência ou maus-tratos?
 - d) Como você reagiu as acusações?
2. Como te sentistes depois de ser acusado? O que querias fazer?
3. Quais foram as suas reações do ponto vista emocional e sentimental?

III SECÇÃO: PERÍODO ÁPOS ACUSAÇÃO DE FEITIÇARIA

1. Poderia falar-nos agora sobre o momento que sucedeu a acusação de feitiçaria, concretamente:
 - a) O que aconteceu depois da acusação? Onde moravas e com quem?
 - b) Quais dificuldades você passou depois de saíres da casa?
 - c) Quem ajudou você?
 - d) Como te sentiste?

IV SECÇÃO: MOMENTO DO ACOLHIMENTO

1. Poderia falar-nos neste momento sobre a sua vinda para o lar especificamente:
 - a) Que idade você tinha? A quanto tempo você mora no lar?
 - b) Lembraste do momento que você chegou na instituição? Como você estava? como você conseguiu chegar aqui? Quem o ajudou você a chegar aqui? Quem recebeu você?
 - c) Ainda te lembras daquele dia? Como te sentiste?? gostas de Estar na instituição? Te sentes parte destes grupos?
 - d) Sentistes algum preconceito por parte de outras crianças em relação a sua situação de acusação a feitiçaria?
 - e) Tiveste alguma dificuldade de se relacionar com as outras crianças/jovem?
2. Agora conta-nos por favor como tem sido o seu dia-a-dia aqui no lar:
 - a) Há uma diferença em viver aqui e no lugar onde você morava?
 - b) O tratamento que você recebe é bom?
 - c) Você tem recebido visita de algum parente?
3. Dando sequência, responda-nos por favor sobre a assistência psicossocial no momento do acolhimento:
 - a) No princípio tiveste algum acompanhamento de um profissional? Como foi esse acompanhamento? Sobre o quê vocês falavam?
4. O acompanhamento te ajudou a melhorar a sentir-se bem? Porquê? O que mudou no seu modo de ser desde o momento que você chegou aqui?
5. Como você se encara hoje? És uma pessoa, mais feliz ou não?
6. Sentes que a acusação a feitiçaria te fez mudar um pouco sobre quem você foi e que você é atualmente?
7. Gostaria de acrescentar alguma coisa ou fazer alguma pergunta?

Apêndice G: Análise das entrevistas realizada a Diretora do INAC

Perceção sobre a acusação de feitiçaria

Conceito de Feitiçaria	
E1	<p>Olha, nós sabemos muito bem que não conhecemos o feitiço. Só costumamos a ouvir que a pessoa é feiticeira que a, a, tem feitiço. E eu tenho dito sempre, o feitiço é imaginação, primeiro daqueles que vão à procura. Imaginação porquê? Porque quando eles vão a esta, a procura deste feitiço, vão à procura para um propósito que é por exemplo prejudicar o outro. Só que o propósito que lhes leva, automaticamente lhes é também prejudicado. Porque eles lá vão prejudicar e lá também lhes cobram onde eles não conseguem dar e lhes é prejudicado a ele mesmo. Então, feitiço eu digo sempre que é uma imaginação daquelas que vão à procura, e é um mal não feito para aquele que também vai a procura.</p> <p>Eu digo assim: antigamente também já faziam, mas não tinha proporção conforme tem agora. Porque tudo o que acontece né? é, é, é simplesmente a continuação, só que naquela época, não tinha a repercussão que agora tem, se agora tem esta, é porque temos instituições direcionada para falar diretamente destes assuntos e esses assuntos são tratados abertamente, nós já podemos ir agora num, num bairro, já podemos reunir os sobas para falar diretamente do feitiço, do que estão a fazer contra as crianças; já podemos ir na rádio com um tema só sobre feitiçaria. Isto antes não existia, se existia era muito, mais muito fechado porque era tratado somente dentro da comunidade e dentro da comunidade chamariam só apenas a família que diz estar a sonhar com a criança e a família que é são os pais da criança. Então, agora há mais informações e nós estamos a lutar muito para que não tratemos as crianças do jeito que nós queremos porque somos nós quem os geramos.</p>
Significado de uma pessoa feiticeira	
E1	<p>Quando se diz que a pessoa é feiticeira, é má. Essa pessoa feiticeira é má, não tem amor ao próximo, é, é não vive com o espírito, a pessoa feiticeira não tem até nome, não tem até nome (...).</p> <p>(...) nós não conhecemos o feitiço e nós duvidamos muito sobre o feitiço, mas sabemos que ele existe. Ok. Como se existe e aonde está? nós não sabemos, mas sabemos que existe tanto mais é que estamos a ver muitas coisas impossíveis acontecer: pessoas a comerem corpo, a irem desenterrar corpos, a tomarem banho com a água dos, dos, dos mortos, aí que tem que</p>

	viver no cemitério, que têm que fazer coisas obscenas, que nós as vezes dissemos: uau feitiço porque isto não é normal. Mas também uma criança feiticeira quem faz é o adulto. Sim, porque uma criança de 5 anos não pode ser feiticeira sem ser doar, sem ser doada ou recebida por um adulto. Então, logo se a mãe diz que a minha filha é feiticeira é porque ela também é feiticeira.
--	---

Contextos e motivos da acusação de feitiçaria

Acusação de feitiçaria de crianças em Malanje	
E1	Quando começamos a ouvir e a constatar casos relatos de crianças acusadas de feitiçaria, quer pelas rádios assim como pela televisão. Além de verificarmos crianças nas ruas que quando questionadas diziam ser alvo dessas acusações. Por outro lado, o problema estava a tomar proporções alargadas, em Angola principalmente no Uíge, Cabinda e no Zaire, para não descurar da província capital.
Número de casos	
	Olha, nós, nós, nós temos casos, temos inúmeros sim de a 2 anos para cá, os casos tende a acrescentar, e não é novidade, porquê? Porque a comunicação social também passa essas informações, à rádio, nas palestras também nós temos falado sobre isso e só o que o INAC tem registo desde janeiro até agora novembro, não vou contar até outubro porque não fizemos o relatório a de novembro nós temos em média de 34 casos de acusação de feitiçaria que nos chega até nós.
Os bairros mais sinalizados	
E1	Falar de bairros quase que é pouco provável, porque na maioria das vezes, os casos são conhecidos quando as crianças já estão nas ruas. Quando fizemos o diagnóstico, percebemos que suas raízes culturais vão muito além dos bairros de origem. Umas afirmam ser do bairro Vila Matilde outras do bairro Carreira de Tiro, mas na verdade, sempre têm ligações com as províncias que fomentam esse fenómeno.

Influência da cultura nas acusações de feitiçaria	
	<p>Sim. A origem cultural das famílias influencia muito na perpetuação de algumas crenças, no caso a feitiçaria. Mas também acredito que nós somos os verdadeiros culpados, além da cultura. As causas que as famílias apresentam para culpabilizar as crianças e jovens não são adequados, nesses termos eu digo, será que é justo dizer que na cultura do meu pai, por exemplo, "quando nós estávamos a maltratar Jesus, e Pilatos perguntou a quem entregar ele né? Qual é o mal que ele fez? e nós ainda juramos que o sangue cai na minha cabeça na cabeça do meu filho, do filho do filho até às gerações. Eu acho que eles acarretam isso. porque vim dessa cultura na minha cultura, mas eu digo assim a cultura não é maléfica. Então, não podemos falar porque na minha cultura quando uma criança tá tossir a noite toda é feiticeira, descordo muito sobre cultura no que tange acusação a feiticeira, mas é como tudo, a criança ou as pessoas crescem vendo o comportamento dos adultos, e que num futuro próximo pode desenvolver os mesmos hábitos.</p> <p>Mas também acredito que nós somos os verdadeiros culpados, além da cultura. As causas que as famílias apresentam para culpabilizar as crianças e jovens não são adequados.</p>
Motivação da acusação de feitiçaria	
E1	<p>É é, é antes delas serem acusadas ou quando são acusadas a nossa questão sempre é: porque é que ela é acusada? O que é que a família prova que esta menina é acusada?</p> <p>(...) a acusam sim de morte. Quando morre um familiar, a bruxa que matou é esta criança, a doença que está no corpo da àquela adulta durante anos, é esta criança. E a nível das comunidades e das famílias elas são tratadas desse género (...).</p>
Características das crianças	
E1	<p>E eles apresentam as características do que eles olham para esta criança como feiticeira, ora porque fala no sono, ou porque acorda de madrugada, ou porque quando dorme, lá para madrugada, quando tu vais tentar acordá-la ela foi, foi mesmo, ora porque ela é estranha, come, tem muitos alimentos que ela não come do nada, ora porque aparece nos sonhos de muitos adultos, que no sonho está a apertar o pescoço de alguém, está a espetar facas, são características normalmente que eles apresentam né?</p>

	<p>Para as famílias, dizem que esta criança é um problema na vida deles. Dizem que é um problema, por que olha, conforme eu já referi tem um olhar muito estranho, tem um pensamento muito estranho, se comporta como uma adulta (...).</p>
<p>Fator de risco</p>	
<p>E1</p>	<p>E há, há até comunidades que levam essa menina até a morte. Elas são agredidas, são violentadas pelas comunidades porque ela é feiticeira. Olha, a reação nunca é boa é, é, é, eu me entreteço, porquê? Por que aquela que está a acusar a própria filha de feiticeira, sabe até o que é que fez para que a filha se torne feiticeira na percepção dela. Então, automaticamente a reação não é boa (...).</p> <p>(...) os nossos sobas, os nossos regedores que muitas famílias a levam criança até ao soba reúnem, às vezes sem conhecimento do Estado em particular do INAC, onde lhe é dado um juramento, eles fazem um ritual para esta menina se é feiticeira, o feitiço dela hoje vai sair. E o que é esse juramento? O que é que lhe dão? O que é que lhe vai prejudicar depois dela sair daquele juramento? Então, são algumas reações que os familiares têm obtido que não olham pelas consequências dessas acusações, desses retiros, dos nomes que elas coloquem todos na criança, e muitos nomes porque uma criança que é acusado de feiticeiro todos nomes lhe cabem e isso é muito triste.</p> <p>Esse fato parece-me mesmo até um absurdo. Por que as acusações destas crianças são feitas pelas famílias, as vezes mesmo é o próprio pai, a mãe, o padrasto ou a madrastra. Pode ser qualquer membro da família, que depois das brechas para as outras pessoas do bairro ou da comunidade, assim como os pastores, os vizinhos, também podem conduzir as acusações que é feita em forma de agressão física.</p>
<p>Consequência das acusações de feitiçaria</p>	
<p>E1</p>	<p>Estas atitudes em geral estigmatiza e vulnerabiliza as crianças, pois trata-se de uma pressão psicológica.</p> <p>As consequências é um comportamento desviante. Porque logo ela se não tiver assistida se não ter uma assistência a um especialista, logo que a consequência desta criança é uma criança desviada, uma criança que também vai fazer o mesmo que fizeram às outras crianças. Então, às consequências é, é são muito ainda drásticas, do que a acusação que a ela foi feita, porque temos até muitas crianças que também elas são assim receberam feitiço por outras crianças. Nós temos testemunhos de muitas crianças que vêm até nós e dizem: o</p>

	<p>nosso voo ou nosso é, é, é lá na mangueira que está ali onde nós nos encontramos todos os dias às 3:00 horas da manhã. E você pergunta encontra-se com quem? Ela diz os nomes né e tem sempre criança, e quem leva são outras crianças. Porque ela consegue ter autodomínio das outras para levá-las. Então, a consequência é drástica mesmo.</p>
--	--

Medidas de proteção para as crianças e Jovens acusados de feitiçaria

Intervenção social	
	<p>Dentro da comunidade, nós sabemos que temos ali os nossos sobas, os nossos regedores que muitas famílias levam-na criança até ao soba reúnem, às vezes sem conhecimento do Estado em particular do INAC.</p> <p>Caso a família esteja muito resistente, que não queira ver mesmo a criança nós automaticamente temos aqui vários parceiros como Igreja Católica né? que são privados e nós somos colaboradores onde nós interagimos com esses lares para que essa criança fique lá internada ou fica interna lá. Também temos trabalhados com os pastores e os padres. Esta criança levamos a um padre ou a um pastor para que possa ser feita um trabalho espiritual por base de orações.</p>
Estratégias assumidas na proteção social das crianças e jovens vítimas de acusação de feitiçaria	
E1	<p>Nós como defensores da criança dos direitos dela que defendemos com unhas e dentes, ficamos muito, mais muitos irados, mas aquela ira que devemos manter a calma para que aquela criança não sofra mais, lá no saiu da família, e fique sobre nossa tutela até porque é bem verdade que nós temos os psicólogos, fazemos um trabalho profundo para entender mais ou menos o porquê que ele é acusado de feitiçaria.</p> <p>É é, a nível de intervenção, sempre que temos crianças acusadas de feitiçaria, nós temos que falar de vários temas, e, os vários temas são direcionados às famílias. Nós não só falamos pelas crianças, mas também falamos para as famílias. Vamos até às comunidades porque é lá, nas comunidades, onde têm o maior problema de acusação. Vamos até à comunidade e lá acertamos vários temas, e na dissertação de vários temas, temos sempre as intervenções e nas intervenções nós conseguimos perceber até que ponto aquela comunidade entende da</p>

matéria sobre feitiçaria. Quando já nos chega até nós, o passo que o INAC dá é: primeiro ter contato com a criança, nós temos aqui especialistas na área que entra em comunicação em conversa, com uma menina para notar mais ou menos quais são gestos ou a psique dela, porquê é que ela pensa, para a família, então entender que ela é feiticeira, a seguir (...).

Caso a família esteja muito resistente, que não queira ver mesmo a criança nós automaticamente temos aqui vários parceiros como Igreja Católica né? que são privados e nós somos colaboradores onde nós interagimos com esses lares para que essa criança fique lá internada ou fica interna lá. Também temos trabalhados com os pastores e os padres. Esta criança levamos a um padre ou a um pastor para que possa ser feita um trabalho espiritual por base de orações.

**Apêndice H: Análise dirigidas aos diretores e ao psicólogo dos lares de
acolhimento**

Percepção sobre a acusação de feitiçaria

Conceito de feitiçaria	
E3	<p>Olha, para ser sincero, eu não tenho, não tenho muita matéria relativamente isso, mas por aí que eles foram algumas experiências por intermédio de palestras, então já ouvimos que a feitiçaria apesar das pessoas ainda hoje tem como tabu é algo real que existe, mas respondendo esta questão eu diria que a feitiçaria é o mal, é o mal porque é veneno é veneno. Então, são de má-fé que não sei, por causa da prática do mal então elas depois procuram fazer misturas de objetos que para infernar a outra pessoa. Então é um mal.</p> <p>(...) Aqui vamos dizer que é maldade, é maldade não tem outro nome senão este aqui. É aquilo que dissemos no princípio senão não, não faz sentido um adulto acusar uma criança de 5 6 anos de idade de feiticeiro. Qual é a culpa que a criança tem? a criança é inocente, até porque criança nem se recorda. E mesmo é mesmo essa maldade. Até porque as pessoas usam quem na verdade é praticamente destas coisas.</p> <p>Quando se fala que alguém é feiticeiro, então as pessoas estão a querer dizer que é uma pessoa não presta, é uma pessoa que não presta, que está possuída a pessoa que vive do mal e que a tendência é procurar prejudicar também as outras pessoas.</p>
E4	<p>Sim, a feitiçaria no é? tradicionalmente né? Assim chamado, é, é, é quando o, o, as crianças essencialmente apresentam comportamentos fora do comum, e isso é que a gente chama de feitiçaria no senso comum agente fala de por exemplo fazer mal às pessoas, voar, submete algumas práticas não saudáveis, fazer mal ao outrem conforme a gente tem vivenciado e dentro do campo da Psicologia né?</p> <p>No senso comum, pessoas feiticeiras são aquelas pessoas que tendem a fazer mal a outras pessoas no é? E é, e, e adotando essa prática no sentido de ter um ganho. Ok. E esse ganho normalmente pode ser intencionalmente por parte do indivíduo como não, no é? Intencional, não é? quando o próprio o indivíduo, quando a criança tem intenção, vontade de querer fazer mal ter de querer adquirir as práticas sobrenaturais no sentido de ter um ganho, ya e algumas vezes né essas crianças também têm esse comportamento. não porque querem ter mais porque simplesmente porque alguém exigiu assim, influenciou assim e tem esse comportamento.</p>

Agressores	
E2	(...) um padre havia me explicado, que um bruxo é de toda família não é de fora. Então, a família que é aquele que tu queres, aquele que tu podes confiar, em Malanje não a família não se pode confiar porque pode ser que alguém da família te trate como feiticeiro isso a mim me apareciam terrível, proto, continua sendo terrível (...).
E3	Olha, normalmente, nós temos assistido e pela realidade do nosso centro, os agressores são mesmo os membros da família, pode ser o pai, a mãe, os tios, os irmãos, ou até mesmo os vizinhos as igrejas até mesmo os curandeiros. Entretanto, as vezes encontramos os pastores destas igrejas, que fomentam e têm comprovado que a criança ou o jovem é feiticeiro, e os Kimbandeiros a quem as famílias recorrem para descobrir. Na verdade, pode ser qualquer um, que esteja a passar por algum problema e que tenha a pretensão de atribuir a culpa em uma ou mais pessoas.
E4	São as famílias, tanto do primeiro grau como do segundo grau; as madrastas; os vizinhos; as igrejas até mesmo os curandeiros.
Motivação da acusação de feitiçaria	
E3	(...) Normalmente as pessoas alegam, parece que estas crianças as noites saem, saem e se for dentro de uma casa, então elas aí começam parece que a rodar, naquele momento que as pessoas estão a descansar a dormir e elas levantam e parece que diante de outra pessoa a descansar fazem aqueles movimentos estranhos e é a partir dessas práticas que depois as pessoas que vêm começam a levantar essas polêmicas (...).
Manifestação da acusação de feitiçaria	
E2	Mais um dia eu digo vou as Clarissas fazer retiro e ele disse como é fazer retiro? Eu disse eu vou ficar em um quarto fazer oração. Disse ele: Sozinha num quarto? Eu digo o que acontece? Ele disse a mim me fecharam uma vez em um quarto 3 ou 4 dias sem comer nem beber nem nada me batiam com uma catana de fogo e me marcam (...).
E3	Olha, é muito triste, muito triste porquê? porque essas crianças assim como os jovens, depois são muito alvejadas, são rejeitadas, então são desprezadas, sofrem aquele fenômeno de bullying e que depois até certo ponto complica também os estados delas, estado delas e como se olham. Depois ela entra em transe, podemos dizer entrar em conflito consigo

	<p>mesmo, crise porquê, porquê porque muitas delas depois dão-se conta também que são inocentes e elas até se perguntam mais como é possível, dizem que eu sou feiticeira, mas eu se calhar nem conheço o feitiço. Ela pode dizer que eu não me recordo em nenhum momento ter andando em uma casa porque é que me acusam, mas como é possível dizer nem que essa feiticeira e ele a própria vai dizer que não eu não me recordo em nenhum no momento ter andando em casa do obscuro ou então acompanhar se calhar um tio, um avô ou então uma tia, não. Mas agora repente pensar nisso (...).</p> <p>Por isso, é que eu digo ainda que um adulto encontre uma criança assim, o que ele tem de fazer é vimos a coisa, então chamar os outros membros da família, de alegar em particular e daí verem o que que podem fazer para ajuda essa criança para que não desenvolva com essas tendências, mais infelizmente, nós estamos naquela: viu, queremos atacar queremos enxotar, rejeitar e depois acabamos por não ajudar a pessoa que está em causa.</p> <p>(...) porque muitas delas ainda têm aquele trauma, porque alguns foram rejeitados outros foram expulsos das suas casas e depois alguns foram acusados é muita coisa então para além desses elementos que nós aqui mencionamos é precisamente psicológica.</p>
E4	<p>Normalmente maltratam, tratam essa pessoa de uma forma não humana. De uma forma é, é, é agressiva né? Violenta tanto do ponto de vista verbal como mental e emocional. E tudo isso aqui fere aquilo que são os direitos de cada pessoa independentemente do nosso comportamento que somos acusados, nós temos um direito que é a preservação do aqui é a apresentação do próprio individuo tanto do ponto de vista físico como do ponto de vista mental, não é? E ainda assim, essas as pessoas não são respeitadas.</p>
Consequências das acusações de feitiçaria	
E2	<p>A acusação a feitiçaria causa comportamentos de agressividades na identidade, e que depois até certo ponto complica também os estados delas, estado delas e como se olham a si mesmas mas bem acompanhados e dando-lhes carinhos eles podem mudar. Mas o que há agora no seu interior yo não posso dizer, mas una criança que não em que tem a convivido com pai e mãe e mais irmão. Estando com outros irmãos, claro que não el lo mesmo (...).</p> <p>Mas eles têm preferências eles gostam de pistolas, mas eu não os compro, porque claro não este brinquedo pode ditar o tipo de personalidade de una criança e isso é claro é consequências de todos os maus-tratos que tenham passado (...).</p>

E3	<p>Olá, os efeitos são vários, são vários é que uma das coisas que às vezes temos notados para essa as crianças são aquilo que nós chamamos de inibição. A partir do momento que a criança, é acusada, então inibe-se, isola-se e depois aquilo fica mesmo na mente, ela põe em mente de que ela já não presta é feitiçeira, e se é feitiçeira então tá claro que esta pessoa é rejeitada até no seio de crianças, como ela, se uma outra criança perceber que não, que esta criança da minha idade tem este problema, claro que também a outra tendência é de recuar. Então, isto aqui depois o que que acontece? É naquela a pessoa isola-se e depois vai inibir o próprio desenvolvimento, aquela interação, aquela entrega no meio da sociedade tudo porquê? porque ela tem aquilo em mente que é feitiçeira, que não presta e, se não presta então, não vale para a sociedade</p>
E4	<p>A feitiçaria pode marcar a história de vida das crianças no seu processo da construção e reconstrução da sua identidade, claramente que sim, uma criança quando acusada de feitiçaria acaba ferindo a sua própria identidade, não é? a criança pode se olhar de uma forma negativa, não é? pode não gostar de si, pode desenvolver baixa autoestima, não é? pode não criar autonomia, porque nessa fase a infância é um momento em que a gente começa a ter os primeiros passos, a desenvolver os primeiros traços de identidade, a nossa personalidade, e quando a convivência, não é saudável, quando o ambiente não é saudável, quando a criança não se sente amada, a tendência mesmo é desenvolver aspeto negativo da sua vida. E quando isso não acontece a tendência mesmo é prejudicar a sua vida futura.</p>

Momentos do acolhimento institucional: caracterização das crianças/jovens

Caraterísticas das crianças e jovens	
E2	(...) eu pensava que era autista, mas com tempo se vá se vá. Será que tinha se comunicando bem é uma pessoa inteligente, as vezes não ficam mais complicado falar com ele e convencer-lhe.
E3	<p>Normalmente as pessoas alegam, parece que estas crianças as noites saem, saem e se for dentro de uma casa, então elas aí começam parece que a rodar, naquele momento que as pessoas estão a descansar a dormir e elas levantam e parece que diante de outra pessoa a descansar fazem aqueles movimentos estranhos e é a partir dessas práticas que depois as pessoas que vêm começam a levantar essas polêmicas porque vamos supor uma criança de 5, 6, 7 e 8 anos fora de horas. As 0, 1 hora de pé e ao lado de alguém que está a descansar com aqueles movimentos estranhos realmente, isso não é normal, não é normal. Então chama-nos muita atenção. Então a partir destes pequenos que depois as pessoas vêm para as ruas, para a televisão para as rádios, para a sociedade dizendo que não a criança é feiticeira, mas é tudo por conta deste pequeno é sinais que não chegam a ser normais.</p> <p>(...) Por exemplo: há duas semanas acho que (fulana), quando passou por lá, não tinha encontrado este menino. Está mal, tá mal do ponto de vista físico, psicológico. A doença que esta criança tem afetou também a estrutura corporal, eu cheguei a dizer que não, eu não posso levar assim está criança, ela pode morrer.</p>
E4	(...) do ponto de vista científico, são crianças com alguma perturbação mental ou transtornos (...).
Reações e comportamento das crianças e jovens acusados de feitiçaria	
E2	<p>No princípio não aprendiam nada, não escutavam nada, não estavam para nada. Esses dois quando chegaram muito mal, muito mal porque claro imagina-te, a família, o pai e a mãe, morre a irmã maior na barriga da mãe e dizem que eles os culpados, lhes mandam na rua (...).</p> <p>(...) habituados a roubar e tudo porque estavam na rua em né (...)</p> <p>Conseguimos conversar, mais com outro. O mais velho é um pouquinho mais fechado. Com este o psicólogo está fazendo um bom trabalho. Pensa que quando chegaram os dois,</p>

solamente não podíamos conversar porque eram muito agressivos, nós havíamos conseguido com psicólogos que nós temos. Mas eles diziam irmã mande-nos embora queremos ir embora, bate todo mundo, então eu falei pronto paciência (...).

Que me parece que não sabe. É o (J1). Mas acho que deve saber que ele ficava nervoso quando se pronunciava essa palavra, então essa palavra ficou, tenha sido desaparecido no lar porque eu pedi, por favor, que ninguém a mencionasse no lar. Porque entre elas havia o costume de estigmatização entre eles (...).

Já veras, o (J1) não era agressivo, o (J1) pelo contrário procurava que carinho, esses dois não, esses dois não como estavam vindos da rua, além disso tinham o costume de roubar, estariam a roubar, só que claro aqui lhes bateram porque sabiam que era nossos, mas, pronto, e então e vemos que eram fechados e pronto também vim que o que eles mais precisam era carinho (...). No princípio não aprendiam nada, não escutavam nada, não estavam para nada. esses dois quando chegaram muito mal, muito mal.

(...) na rua têm que procurar pelo que comer, roubando claro, então claro que tem que começar com essas coisas (...).

Essas duas quando eu tigo, quando chegaram muito agressivas, muito fechadas, roubavam, não roubavam cá dentro, roubavam fora, só que quando roubavam aqui dentro eu os apanhei, há ver eu perguntei, vocês não têm matabicho? sim, não têm almoço? sim, não têm jantar? sim, então quando há agora mangas e aí essas coisas têm também lanche, se as vezes nos oferecem bolachas e coisas que nos dão nos damos. Então estão a roubar porquê? Se comeis. Não tens o que precisam para ir à escola? Sim. Então claro falando assim deixaram, deixaram (...).

Nós dissemos que tinha quarto para dormir, tinha escola comida. No dia seguinte (J1) disse irmã eu vou ficar aqui? Eu disse se queres sim, se não, não. Eu disse aqui (J1) não es obrigado. O (J1) disse eu quero, eu quero, posso ficar aqui mesmo? E começou a ficar contente de tal maneira que começou a saltar e bateu na televisão que se abriu a ferida na testa (...).

(...) s famílias nem sempre os acusa de feiticismo, mas isso sim muitas vezes eu escutava seu feiticeiro.

Ah depois tínhamos um problema eu pensava que seria mais grosso mais está solucionado. Que ele pela noite, claro que dormem 4 de noite se metia, como ele dormia na cama maior se metia no meio na cama dos outros meninos, acordavam os outros e vinham ele enão

	<p>gostavam e eles reclamavam e eu perguntei porque você está dormindo na cama dos outros e ele porque irmã estou sofrendo, e eu aí meu Deus talvez seja um homossexual agora (...).</p>
E3	<p>Nós recebermos as crianças vindas sobretudo da rua as características são péssimas, porque nós sabemos como é que vivem as crianças ruas (...).</p> <p>(...) Entre elas sempre a entrar em choques, aquelas práticas de rua, elas começaram a transportar para o centro. Pegarem em objetos cortantes e a quererem se ferir e tudo, então depois aquelas palavras obscenas que não podiam ser (...).</p>
E4	<p>Normalmente, os pacientes chegam aqui tristes, apresentam dificuldades na interação social não só aqui no consultório como em casa na escola ou em outras áreas que a criança encontra-se inserida, também são crianças com algum quadro de ansiedade normalmente são fobia social e ansiedade generalizada é o que mais acontece dentro do quadro de ansiedade, De uma forma específica é mais fobia isso é ansiedade generalizada e em função das psicoterapias nem aqui normalmente temos há mais comum temos a cognitiva completamente, as vezes a cognitiva simplesmente também comportamental trabalharmos também com essas para eliminar crenças disfuncionais.</p> <p>Normalmente, os pacientes chegam aqui tristes, tristes apresentam dificuldade na interação social não só aqui no consultório como em casa na escola ou em outras áreas que a criança encontra-se inserida, também são crianças com algum quadro de ansiedade normalmente são fobia social e ansiedade generalizada é o que mais acontece dentro do quadro de ansiedade, De uma forma específica é mais fobia isso e as e ansiedades generalizadas, e em função das psicoterapias, ne? aqui normalmente temos há mais comum temos a cognitiva completamente, as vezes a cognitiva simplesmente também comportamental trabalharmos também com essas para eliminar crenças disfuncionais.</p>
Sentimentos e emoções	
E2	<p>Então, falamos com todos el meninos do lar fazerem o favor de quererem esses dois. Mas pouco a pouco ficaram amigos entre eles é claro é mais o pequeno C1 é mais que o C2 (...).</p> <p>Agora todos se abraçam, mas antes ficavam mais quietos e caladinhos (...).</p> <p>(...) a Psicóloga disse irmã: todos os problemas afetivos não lhe queriam a ninguém. Não lhe quis a mãe, não lhe quis o pai, a madrasta. Não lhe a querido ninguém e agora ele precisa,</p>

	<p>por isso que agora também está procurando. E então eu disse aos rapazes ele precisa carinho e qual a vocês, façam a favor entre vocês quererem-se um pouco porque se não e pronto.</p> <p>Depois da escola ele sempre tem gente e ficava no cantinho na rua a espera do pai (...).</p>
E4	<p>Como estamos a falar crianças que residem em um centro de acolhimento né? Qualquer abordagem sempre diferente e mais difícil de crianças que crescem sem os seus familiares. Falamos agora da, da da, da falta de afetividade, e, para as crianças tem de existir um mecanismo de compensação porque crescer sem essa afetividade sem amor por parte dos seus pais, a necessidade de serem amadas, acarinhadas ainda é maior.</p>

Medidas de proteção para as crianças e jovens acusadas de feitiçaria

Acompanhamento Psicossocial	
E2	<p>Com este o psicólogo está fazendo um bom trabalho (...).</p> <p>O psicólogo tem feito um bom trabalho. Agora, já vejo o pequeno, é muito carinhoso e te explica as coisas (...).</p> <p>(...) mas esses os dois estavam bem fraquinho não falavam com os outros se escondiam e não e pouco a pouco estão abertos que agora que vão a escola que está o professor ajudando está resultando a ser uma pessoa muito inteligente, esta resultando está muitas vezes que as vezes já saem como melhor da aula (...).</p> <p>(...) e claro não falavam com ninguém, agora graças a Deus o maior já lhe custa mais, claro que o psicólogo está contente porque nos encontros vai melhorando suponho que depois desdás consultas fora tenha melhorando ou vai melhorar porque há tempo ainda de ver-lhe.</p> <p>A única coisa que são mais atendidos é pelo psicólogo, isso sim, o psicólogo é que sabe. Pronto também temos pedido ajuda aos maiores, ou seja, ao jovem do centro.</p> <p>(...) então porque claro nessa altura não tínhamos psicólogo, há uma irmã que era psicóloga de São José de Cluny e eu lhe expliquei e solo com 3 secções que havia se descoberto, a Psicóloga disse irmã: todos os problemas afetivos não lhe queriam a ninguém.</p>
E3	<p>Nesse momento a casa de acolhimento não temos um psicólogo a exercer um acompanhamento das crianças, mas é naquela só que sendo um membro da equipa formadora, ele está lá como um pai, agora se for ele a desenvolver esse trabalho, as crianças têm a quela tendência de fecharem-se, porque pensa que o pai está querendo saber sobre a vida dele, a tendência não é de se abrir, mas se vem já uma pessoa de fora, então ela parece que ela fica mais à vontade.</p>
Importância do acolhimento institucional	
E2	<p>Agora todos se abraçam, mas antes ficavam mais quietos e caladinhos, (...).</p> <p>Mas claro por outro lado, eles estão contentes porque têm tudo brinquedos e são felizes montam desmonta (...).</p>

	<p>Contudo, se não viessem aqui seriam duas pessoas problemáticas na sociedade, agressivos, não lhes custaria matar gatunos. Mas estudando e estando com os outros e acolhidos já muda um pouco de sua história futura. Portanto, apesar disso eu tenho pena destes, porque alguns comportamentos retraídos continuam principalmente no menino mais velho. Que fala muito pouco, é tímido, mas é inteligente.</p>
E3	<p>Conseguimos acompanhar muita e muita mudança, porque nos primeiros dias, muito sinceramente aquilo foi, foram dias de terrores, terrores, tudo porque era muita confusão naquele centro. Entre elas sempre a entrar em choques, aquelas práticas de rua, elas começaram a transportar para o centro. Pegarem em objetos cortantes e a querer se ferir e tudo, então depois aquelas palavras obscenas que não podiam ser. Então, mais graças a Deus nós conseguimos dar a volta a isto tudo, hoje as crianças estão mais tranquilas, eles estão mais calmos mais silenciosas deram-se conta que afinal estão numa casa e vale a pena.</p>
E4	<p>(...) a Psicologia em si é preventiva também, não é? Quando um indivíduo passa nessas situações pode ocorrer inúmeras consequências, mas quando são intervencionados, não é? essas consequências podem não surgir, por que o psicólogo vai trabalhar no sentido de eliminar essas crenças esses pensamentos, esses traumas e, assim, o indivíduo crescer de forma saudável. Então, o psicólogo ao intervencionar essa criança, não é? vai ajudar a eliminar os transtornos mentais, aqueles conflitos viciados pelas crianças e não só, também vai poder prevenir futuros transtornos.</p> <p>Acredito que as vezes as pessoas responsáveis por este centro tentam olhar para muitas crianças e olhando para muitas crianças né? a capacidade da gente ter atenção a uma criança é um pouco condicionada, porquê? porque trata-se de uma atenção dividida. Então, atenção quando é dividida, a capacidade de colher os estímulos é reduzida.</p> <p>São crianças diferente porque os comportamentos tidos com anormais acabam por desaparecer tendo em conta a intervenção psicológica, não é? Não são crianças que da noite por dia vão apresentar essa melhoria significativa, mas são crianças que dia a pois dia têm a tendência de melhorar porque muitas vezes a psicoterapia é longa e há muitas doenças e muitas perturbações que recebem comportamento ao longo prazo normalmente esses pacientes, não é? dia após dias têm sempre uma meta a atingir, o objetivo é sempre influenciar para que as crianças apresentem saúde do ponto de vista emocional e psicológico.</p>
<p>Projeções futuras para as crianças e jovens</p>	

E2	<p>Nós estamos preocupados com el futuro dessas crianças. Além da formação acadêmica, nós nas sextas-feiras damos formação com relação aos evangelhos para que conheçam a Jesus, mas também ensinamentos a base da moral. Isto para quê? Para que não mintam, não roubem, mas também ensinamos eles a colaborarem nas tarefas domésticas do centro, claro que cada um tem a sua forma de fazer, porque los pequeninos nós lavamos as roupas, mas aos maiores eles próprios lavam as suas roupas, eles têm a sua força, pronto e então. Incluso ensinamos que eles aprendam a cozinhar, porque claro em casa não é só a mulher que poderá cozinham, mas também ele saberá fazer de tudo. Então, aqui nós dividimos tarefas. Então, o nosso projeto passa por aí, talvez consigamos que sejam jovens estruturados futuramente, mas claro esse é um trabalho que dependerá de muitas variáveis e sobretudo pessoais dessas crianças. Pois só o fato de estar em uma casa de acolhimento já é um problema para eles.</p>
E3	<p>Tem haver com a própria educação de base, é preciso refazer a educação dessas crianças e vamos imaginar nós temos crianças que nasceram cresceram na rua, crianças que nunca foram a escola, crianças que pegaram no lápis mais tarde, mas estas são aquelas crianças de 10, 11, 12 anos. Então podemos dizer que é muita coisa que se perdeu, então para isso numa primeira fase na primeira fase temos que começar a ver esse lado aqui lado educacional então prepará-los para que tenham a noção de que afinal na vida é preciso ter este elemento.</p> <p>E depois é, é, é, é a questão da disciplina é também outro elemento muito mais muito importante disciplina que devemos incutir nessas crianças, a disciplina, depois a questão do trabalho elas devem começar a aprender a trabalhar. Trabalhar como? fazer limpeza de casa depois que tem a ver também com problema se calhar ele ir a lava aquela a arrumação toda de casa, tudo aquilo que corresponde a idade deles e depois disso aqui que dissemos a outra componente ter que tem muito a ver com a componente e psicológica, porque muitas delas ainda têm aquele trauma, porque alguns foram rejeitados outros foram expulsos das suas casas e depois alguns foram acusados é muita coisa então para além desses elementos que nós aqui mencionamos é precisamente psicológica.</p>
E4	<p>O que se quer neste acompanhamento de crianças e jovens no lar de acolhimento, é a facilitação para a criação de um ambiente saudável que proporcione uma expectativa de vida para (re)construção de sua identidade. Que as crianças e jovens se percecionem como sujeitos, autores de reconstruções de suas vidas, desenvolvendo a capacidade de resiliência diante dos fatos vividos. Que olha para as situações com visões e atitudes positivas, que aprenda com tudo que passou.</p>

Apêndice I: Análise das entrevistas das crianças e jovens

Momento da acusação de feitiçaria

Agressores	
C1	<p>(...) eles estavam a nos acusar que nós somos bruxos.</p> <p>Estava a nos acusar, estava a nos acusar de bruxo, ele tava a falar, assim: vocês é que mataram a minha filha.</p>
C2	<p>É a nossa mãe.</p> <p>Pai falou saem da aqui dessa casa.</p>
C3	<p>Uma vez, uma das vezes, o meu irmão mais pequeno, não sei se tinha, se é mesmo ele ou não. Mas de manhã, quando acordamos, no tapete da sala tinha fezes, ela a madrasta mal acordou começou a chamar de bruxo o meu irmão: «fulano, você é feiticeiro, tipo sua mãe te deixou feitiço. Você mesmo acorda de noite para cagar aqui?</p> <p>A mulher começou a falar: esse teu filho aqui não estão a desenvolver, nunca engordam. Não sei o que é, esses são feiticeiros. Tio deles lhes deu feitiço. Era de noite, eu estava a escutar. De manhã os dois (pai e madrasta) nos chamaram. O pai começou a dizer: você, você se tem alguma coisa, se recebeste alguma coisa fala então. Eu falei, pai eu mesmo? Se eu tivesse algum feitiço não podia te falar? Ele começou a dizer se você tem alguma coisa é melhor me falar senão um dia vou te matar. Eu disse assim: o que o pai achar melhor pode me fazer. Eu mesmo se tivesse feitiço, não te falaria? Eu fui sentar lá no cadeirão e começou a dizer seu feiticeiro, seu bruxo de merda. De noite, eu no sono estava sempre a escutar discussões, então eu comecei a me perguntar: afinal o quê é que está a se passar? Será que eu é que se fiz ficar doente? Será que é por causa de eu ficar doente? Ele ficou a falar, fico a falar, fico a falar.</p> <p>Não, minha mãe nunca me falou nada, mas o meu pai já. Começou quando eu dei mesmo a primeira recaída ele começou já falar. Eu comecei a emagrecer, depois da morte da minha mãe em 2016.</p>
C4	<p>Quando morei na casa da nossa madrasta.</p> <p>Foi minha madrasta e depois meu pai e também minha tia.</p>
J1	<p>Eu fui acusado pelos familiares da minha mãe, depois a minha mãe entrou na rotina, o meu pai, também, os familiares do meu pai, a minha madrasta também, quase todos. Eu sofri</p>

	violência dos meus familiares, os irmãos do meu pai, a minha própria madrasta, a minha mãe também e os seus companheiros que são os seus familiares.
J2	Quando chegamos a casa, minha mãe atirou as minhas roupas fora de casa
Motivações de acusação de feitiçaria	
C1	Quando nossa irmã morreu, eles estavam a nos acusar que nós somos bruxos. Não era nós era qué, era bandido que mataram a nossa irmã. Mataram com faca. Na nossa casa.
C2	(Pausa prolongada) nós ainda tínhamos mais outro irmão que completou de 6 filhos, e que eles estava a falar que nós queríamos lhe matar, e não era nós. Estava doente. Disse: saem fora dessa casa. Arrumamos roupa e saímos fora.
C3	Uma vez, uma das vezes, o meu irmão mais pequeno, não sei se tinha, se é mesmo ele ou não. Mas de manhã, quando acordamos, no tapete da sala tinha fezes, ela a madrasta mal acordou começou a chamar de bruxo o meu irmão: «fulano, você é feiticeiro, tipo sua mãe te deixou feitiço. Você mesmo acorda de noite para cagar aqui? Ficamos, ficamos, eu também vi que meu irmão depois começou a ficar doente e lhe levaram no hospital, e depois o nosso pai foi nos buscar e nos levou na casa, na casa da mulher dele, aquela que já tinha nos maltratado. A mulher começou a falar: esse teu filho aqui não estão a desenvolver, nunca engordam. Não sei o que é, esses são feiticeiros. Tio deles lhes deu feitiço. Era de noite, eu estava a escutar. De manhã os dois (pai e madrasta) nos chamaram. O pai começou a dizer: você, você se tem alguma coisa, se recebeste alguma coisa fala então. Eu falei, pai eu mesmo? Se eu tivesse algum feitiço não podia te falar? Ele começou a dizer se você tem alguma coisa é melhor me falar senão um dia vou te matar. Eu disse assim: o que o pai achar melhor pode me fazer. Eu mesmo se tivesse feitiço, não te falaria?
C4	Ela me falava que levantava de noite para voar e então me falou que eu sou feiticeiro, falou também com a outra família da minha, minha mãe.

<p>J1</p>	<p>Houve um tempo que eramos mais pequenos, então nós gostávamos de comer nas casas das famílias ya. Segundo os familiares surgiu um transtorno que deu uma dor de barriga no meu irmão, segundo eles é que lhe levou a morte no mundo de feitiçaria. E daí tentaram procurar um culpado que era eu.</p> <p>Segundo a minha mãe depois de descobrir tudo, é o meu padrasto que fazia. Eu sou acusado quando fui na casa do pai da minha mãe. Eu tipo fiquei lá um bom tempinho a passar as minhas férias, eu comecei a ver algumas coisas estranhas, pessoas doutro mundo. De noite eu via tipo uma pessoa que tipo está de vestido cheio de sangue a me olhar mesmo só assim de perto, e, eu as vezes quando dormia sentia que tinha algo a passar pelas minhas pernas, e quando abros os olhos era jiboia, e quando eu falava, a não você é maluco, você é feiticeiro, é onde começou já a se aproveitarem dizer que eu que matei o meu (...).</p> <p>Eu vivia com minha madrasta e o meu pai, só que daí não sei se era minha madrasta, ou meu pai ou então outras pessoas. Eu tinha um saco preto que metia lá roupa e daí uma vez eu a organizar minha roupa, porque a minha roupa ficava no quarto deles, antes de eu entrar eu peço licença eu a arrumar a minha roupa encontrei a cueca da minha madrasta enrolada, em três fotos, fotos dela e foto dos filhos delas, que são meus irmãos e do meu próprio pai. Então fui lá e eu com medo deixei onde eu encontrei, mas depois eu vi se eu deixar aqui então, vou ter ainda mais problemas, então joguei no teto, mas acho que alguém me viu então, esperou tirou e depois mostrou no meu pai. Dizendo que eu estou a fazer isso, joguei até no teto para virem buscar não sei oque com aquela ameaça toda eu também disse sim, então daí ficaram constrangido e com medo de mim ainda mais (...).</p> <p>(...) daí o meu irmão de pai adoeceu então estavam a dizer se ele morrer eu seria culpado e não sei o que, depois ele faleceu (...).</p>
<p>J2</p>	<p>Passado algum tempo a minha mãe arranjou outro marido, fazia filhos e morriam. Além de mim minha mãe estava a ter muitos abortos, ficava grávida e o bebe morria na barriga por 3 vezes. O meu padrasto não gostou da situação que levou minha mãe em kimbandeiro, e que depois, o kimbandeiro afirmou que era um dos filhos.</p> <p>Um dia, o meu Padrasto, fez acidente e morreu. Família do meu padrasto procuraram o culpado no kimbandeiro, lhes disseram que a morte saiu na casa da mulher dele. Como eles já sabiam que estavam a me tratar, conversaram com minha mãe para me darem uma surra e assim poderem descobrir.</p>

Maus-tratos físicos	
C1	<p>Sim.</p> <p>Me bateram com catana.</p> <p>Da mão.</p>
C2	<p>Capinar e carregar sacos de mandioca. Se eu refilar nos batia.</p> <p>Nos batia.</p> <p>Nos batia, às vezes, não fizemos nada de errado, nos chama e nos bate.</p>
C3	<p>Mas, a madrasta já nos batia, as vezes mesmo sem motivo.</p>
C4	<p>Minha madrasta me batia muito, me castigava com chicote, quando o meu pai saía.</p>
J1	<p>(...) me batiam com chicote me queimavam com catana quente. Tenho por isso algumas cicatrizes no corpo e daí surgiu essa polémica de que eu sou feiticeiro.</p> <p>Até chegou o momento de me darem vinho, para eu lançar o feitiço ou que, e eu não lançava nada, só ficava tonto, me davam coisas que não tinha nada haver.</p> <p>(..)me levaram no Uíge, me deram banho com água que deram banho nos mortos, e não só faziam muitas coisas estranhas, me mandavam comer.</p> <p>Porque quando me batiam, me batiam eu descansava e quando eu tentava dormir, me davam um chicote da costa, mas eu não sentia nada, mas quando eu acordei cansado eu sentia dor</p> <p>Daí, o meu pai pegou uma mangueira da botija e me deu da escota, e dá fugi, fiquei na rua um bom tempo.</p> <p>Depois daí, eu fiquei doente. Tinha paludismo, então daí fiquei um pouquinho doente. Ninguém me prestava atenção nem a madrasta nem ninguém. O que que o meu pai fez? Me levou em casa e porque naquela altura a minha madrasta depois de passar o óbito ainda estava um pouquinho na casa da mãe dela. Trancou a porta, trancou aas janelas. A comida passava por baixo da porta. Não era assim, uma comida saudável. As vezes era sobra que juntavam, e me passavam. Com quem diz dá era para os cães. Daí, fiquei um bom tempo mesmo aí. Parecem ser duas ou três semanas fechado.</p>

J2	<p>Desde então, a mãe levava-me sempre a igreja, davam-me banhos com azeite, faziam rituais para expulsar o espírito de feiticeiro.</p> <p>A minha mãe me levou na casa duma velha que me bateu com chicote, me picava com agulha para eu descobrir.</p>
Maus-tratos psicológicos	
C3	Eu fui sentar lá no cadeirão e começou a dizer seu feiticeiro, seu bruxo de merda.
C4	(...) diziam esse aqui é feiticeiro, não lhe olham só assim.
J1	<p>(...) e diziam que daqui a pouco vão me matar e então daí eu tinha muito medo e não sabia o que fazer, tentei fugir, mas não deu certo, então fiquei mesmo lá (...).</p> <p>E ao longo do tempo a minha madrasta ficou a dizer coisas que eu estou a apertar ela, me levaram num quimbanda, eu não estava a entender nada.</p> <p>(...) eu quando dorme as vizinhas vinham com lanternas, chamavam outros vizinhos para me rirem e sorriam de mim e eu deitado na casa de banho (...).</p>
Negligência	
C3	<p>Depois, fiquei doente no hospital, sozinho fiquei lá por dois meses estava internado sozinho. Não, ninguém me acompanhou. Fiquei mesmo lá sozinho internei como má nutrição (...).</p> <p>(...) Depois dela morrer, era para a irmã da minha mãe vir nos buscar, mas ela negou, falou que mamã que vos cuidava já morreu, então vamos ligar no teu pai para vir vos buscar (...).</p> <p>Eles ligaram, o meu pai, meu pai falou, «eu não vou mais meter mão naquelas crianças, vocês é quem lhes deram feitiço, agora vocês têm de lhes tratar. Eu já não quero mais saber nada deles. Vocês é que sabem se vão lhes comer cru ou cozinhado. Eu aqui tiro meus braços».</p>
C4	Quando mamã morreu eu fiquei triste, minha mãe me cuidava e me levava no hospital. Depois, papá não queria ficar comigo porque eu dava muito trabalho.
J1	Segundo o meu tio, irmão da minha mãe, disseram que estavam cansados toda hora porque ninguém na família da minha mãe ninguém queria ficar mais comigo por causa deste

	<p>problema, então o que eles fizeram a minha mãe disseram: não tem mais sítio para você ir, então vai para rua, então eu estava a ir para rua eu não sabia onde estava mas só estava indo e me mandaram voltar novamente para casa, pegaram as minhas coisas, na altura eu tinha pouca roupa que estava no saco preto, meu tio me levou no bairro dos familiares do meu pai, mas não chegou em casa e dizer que esta aqui a criança não, ele ficou só praticamente numa rua mais perto, e deu-me endereço: Vai por aqui, curva da aqui e chegaste, quando você chegar diz que vim sozinho.</p> <p>Do mesmo jeito que ele falou é do mesmo jeito que falei. Eles já desconfiavam, mas já ninguém queria ficar comigo também.</p> <p>Meu pai não se importou comigo naquele momento, só se importou com óbito, todo mundo só se importava com óbito e eu não tinha sítio para ir dormir, fui dormir na casa de banho só tinha apenas um lençol para mim se cobrir.</p> <p>Ninguém se importava nem nada. Mais alguém disse que avisou a madrastra, mas a minha madrastra também não se importou.</p>
J2	(...) praticamente já não tinha mais família, porque a minha mãe já não se importava mais comigo mesmo estando na mesma rua (...).
Reações e comportamentos	
C1	Eu não fiz nada, nós não fizemos nada. Eu só chorava (...).
C3	<p>Eu saí, decidi andar um pouco para eu não ficar só ali andei um pouco,</p> <p>Eu achei melhor, eu como vivia no quê, eu vivia na irmã da minha mãe e ele vivia no meu tio, o meu tio me avisou que meu irmão estava doente, então eu falei ao meu irmão: Já que você onde estás a viver é longe da minha casa, não vai dar para eu ir lá, então você vai explicar no tio para amanhã te levar no hospital. Ele disse tá bom, tá bem. Ele foi, explicou. Mas não voltou no mesmo dia, eu fiquei preocupado. No dia seguinte, a irmã da minha mãe vai lá, mas eu não sabia. De noite, quando eu cheguei, já na casa dela, me falou afinal o teu irmão está doente? Eu disse está. Só amanheceu, meu irmão veio, me falou: “Fulano, eu falei, então é o quê? Ontem mamã foi lá começar a falar que eu sou bruxo, que eles não vão me levar no hospital, vão na vossa tia que está nas madres ela vai vos levar no hospital”. Eu falei te falou assim? Eles que são os mais velhos que ficaram atrás da nossa mãe, estão a</p>

	<p>falar isso? Afinal, a final quem é nossa família? Assim, ya, fiquei a chorar, fiquei a chorar. Expliquei, expliquei na minha tia, amanhã, então eu vou levar o C4 no hospital.</p> <p>Para não ficar assim eu lhe levei no hospital. Ficamos no hospital internado logo que chegamos lá os doutores também me internaram com a patologia de má nutrição e nos mandaram fazer análise.</p>
C4	<p>Eu chorava, e ficava triste pensando na minha mãe, e não pensava nada senão na minha mãe (...).</p>
J1	<p>Eu praticamente só ficava mudo, sabes uma criança quando está a ser a ameaçada, com os olhos bem acesos ele só responde sim, sim, sim, então eu só respondia: sim, sim, sim. Eu sempre falava, meu Deus me ajuda, parece que pioravam (...).</p> <p>Daí o meu pai decidiu me trazer aqui para Malanje, porque, porque também já estava a criar o espírito de roubar, isso foi em 2013, ou 2010 se não estou em erro, é quando chegamos aqui em Malanje.</p> <p>(...) eu com aquele medo do que já me falavam eu fugi (...).</p> <p>Dia seguinte, acordei, phá já não estava a aguentar mais, não queria mais viver, peguei uma pilha parti tentei se matar nada não deu certo e diziam que postigo também mata peguei uma boa quantidade de postigo comecei a comer não deu certo.</p> <p>Só que ao decorrer do óbito, a casa foi assaltada, então, nesse mesmo dia eles não tinham dado conta, eu fui na casa de um amigo, vi na mesa dinheiro e roubei. Levei os amigos, na praça comprei disco, compramos comidas, naquele tempo dinheiro ainda valia muito, mas também comprei meia, creme (...).</p>
J2	<p>(...) eu comecei a ter pesadelo, a não dormir bem a acordar durante a noite, passei a falar no sono (...).</p> <p>eu estava a sofrer muito, e falei que sim eu sou feiticeira, que matei meu padrasto e o meu irmão, e era responsável por todos aborto (...).</p>
Emoções e sentimentos	
C1	<p>Eu fiquei triste, eu estava a chorar, e fiquei doente, de dor de barriga e dor de vista.</p> <p>Não me senti bem.</p>

	<p>Não queria fazer mais nada (...).</p> <p>Eu só chorava.</p>
C2	<p>Me senti muito mal. Falei no outro meu irmão vamos morar na rua e pedir esmola, porque nosso pai nos batia muito, as vezes não nos davam comida e nos mandavam fazer trabalho muito pesado.</p>
C3	<p>Assim, ya, fiquei a chorar, fiquei a chorar (...).</p>
C4	<p>Eu chorava, e ficava triste pensando na minha mãe, e não pensava nada senão na minha mãe (...).</p>
J1	<p>Então, eles ficaram a realizar o óbito, e depois ele decide ir lá me apresentar eu fiquei lá a chorar o meu irmão também e um dos irmãos da minha madrasta disse, sai da aqui., se não vamos te matar, você não merece estar aqui (...).</p> <p>Dia seguinte, eles viam me procurar os irmãos da minha madrasta, e, eu com medo fugi. Me escondi, porque eles disseram se eu ir lá vão me matar com medo fiquei lá até que óbito terminou.</p>
J2	<p>Eu estava muito triste. Muito triste mesmo, praticamente já não tinha mais família, porque a minha mãe já não se importava mais comigo mesmo estando na mesma rua. Às vezes não me davam comida. Às vezes eu não comia pedia esmola. Estava muito triste (...).</p>

Momento após a acusação de feitiçaria

Fatores de risco	
C1	<p>(...) nos meteu na rua.</p> <p>A tia nos maltratava, porque nós que, andávamos a fazer tarefa, ela andava a nos acordar tarde, nos amedrontar, quando nós não levantamos andava a nos bater, então pegou mangueira começou a nos bater.</p>
C2	<p>Falei no outro meu irmão vamos morar na rua e pedir esmola.</p>

	Fulana é uma moça que o marido dela é bom. Só que ela não é boa, ela batia.
C3	Depois que a nossa mãe morreu ele ficou connosco nem 6 meses e depois nos empurrou na família. Ele disse que vocês é que sabem esse vamos fazer o quê depois eu morei com a minha tia.
C4	(...) não gostei de viver com os meus tios, também me batiam porque, todos diziam esse aqui é feiticeiro, não lhe olham só assim. Da aquela vez que fiquei doentes todos negaram de me levar no hospital (choro).
J1	<p>(...) levaram numa igreja, chamada uma igreja santa, faziam aqueles rituais deles (...).</p> <p>Me levaram num quimbanda, eu não estava a entender nada. Mas parece que não resultava, o quimbandeiro dizia que a pessoa que está a me usar está muito forte, não sei o que. O quimbandeiro dizia que um dos meus familiares e, é que estava a me usar, da parte da minha mãe. Porque dizem um primo meu que morreu me deixou a herança que é o feitiço então é muito forte e difícil de combater.</p> <p>Nesse trajeto, conheci muitos pastores, kimbandeiro que afirmavam que tinha mesmo feitiço, só que não demonstravam o tipo de feitiço que eu tinha eles diziam que eram muito forte não dava para combate, diziam que eu estava a amarrar uma jovem, outros libertaram e eu não.</p> <p>Té as próprias vizinhas, tudo que a acontecia com as vizinhas vinham me atacar, dizendo: ontem eu não dormi bem, ontem foste na minha casa me fizeste o quê? Então, eu sempre dizia eu não sei de nada, ta bom (...).</p> <p>(...) me batiam com chicote me queimavam com catana quente.</p>
J2	<p>O meu padrasto não gostou da situação que levou minha mãe em kimbandeiro, e que depois, o kimbandeiro afirmou que era um dos filhos que do meu pai.</p> <p>Mas como não afirmou quem era, a nossa mãe nos levou na igreja pentecostal para os pastores adivinharem</p> <p>(...) eu tinha 14 anos depois enquanto eu dormia, apareceu alguém que queria me violar, mas eu gritei e apareceu uma senhora que me levou na casa dela (...).</p>
Fatores de proteção	
C1	Fomos na casa das madres.

	<p>É quem... (pausa) é, morei com (Fulana)</p> <p>É uma moça que nos maltratava também.</p> <p>É a irmã Fulana.</p> <p>É quem nosso tio.</p> <p>Irmã, E1.</p>
C2	<p>Depois avó nos levou no tribunal com o sobra e o sobra pegou na mota dele nos levou na polícia.</p> <p>Falaram assim: se vão nos levar onde. Então, sobra decidiu nos levar na polícia.</p> <p>Sobra pegou na mota e nos levou na polícia, o comandante da polícia chamou a irmã, já esqueci o nome dela, depois viajamos para o Dóri Lombe, ficamos lá, depois voltamos e depois que viemos aqui. Depois, viajamos na casa de outra pessoa que nome dela é Fulana e que ela também nos maltratava (...).</p> <p>(...) e depois as empregadas de lá, de uma das empregadas nos levou na casa dela (...).</p> <p>(...) e o marido da fulana veio nos buscar e nos trouxeram de novo na irmã que esqueci o nome dela. Depois nos trouxeram já aqui e estamos a estudar.</p>
C3	<p>Eu saí, decidi andar um pouco para eu não ficar só ali andei um pouco, tinha uma tia chamada Sicrana. Eu conheci ela na rua. Ela disse, não, ela conversou comigo e perguntou porque eu estava magro? Conversou comigo eu expliquei o meu caso. Depois, depois ela começou a me apoiar, me apoiava com comida.</p> <p>Depois, eles comunicaram à família da minha mãe. Ficamos, fiquei lá algum tempo com a minha avó, mais tarde a minha avó faleceu. Quando a minha avó ainda tava em vida, lá quando fui lá, começaram mesmo a me dar alimentação (...)</p> <p>Ya, ficamos, ficamos, eu como tenho minhas duas tias que vivem nas madres fui lá e expliquei nelas. Elas, elas, explicou nas irmãs, então começaram, a nos dar alimentação, depois o meu irmão fulano ficou doente (...).</p> <p>Ficamos, fiquei um dia, chegou um médico que ligou para o INAC, e foram lá no hospital, explicamos o nosso caso, nos pegarem nos levaram na ação social. Ficamos lá 3 dias, no 4º dia, a responsável falou com o Frei, que fomos rejeitados pela nossa família, e o Frei disse que vocês vão ficar aqui, somos a sua família agora, para poderem se formar para um dia vocês serem alguém na sociedade (...).</p>

	<p>Ele disse que vocês é que sabem esse vamos fazer o quê depois eu morei com a minha tia. Elas têm 8 filhos. Cada filho com o seu pai. Depois moramos com a nossa avó (...).</p> <p>Ao Frei disseram que a família nos abandonou, mas também o INAC, nunca soube que não estávamos a ser acusados de feitiçaria.</p>
C4	<p>E quando doi as vezes meu irmão me levava no hospital.</p> <p>A minha avó era a única que nos tratava muito bem eu e o meu irmão, mas também já morreu</p> <p>Com a madrasta e os meus tios. Nós não comíamos sentia frio.</p>
J1	<p>(...) ao longo do tempo depois o MINARS, me acolheu e ouve uma senhora que me conhecia e conhecia o sogro do meu pai e disse este é, é neto do tio fulano e me levaram lá no dia seguinte (...).</p> <p>Meu pai era motorista de uma senhora chamada tia Fulana. Ela tem uma fazenda no município de Caculama. Num bairro chamado Monssinda Na comuna.</p> <p>Então, ela disse vou levar-lhe no mato para e viver com ela. Então, nós fomos. Ou seja, fui viver com ela. Eu fiquei lá um tempinho d 2012 a 2013.</p> <p>(...) se bem me lembro a funcionária de lá, a cozinheira de lá decidiu me levar na casa dela. Eu fiquei lá, parece 2 dias ou 3 dias, (...).</p> <p>(...) decidi me levar a uma esquadra (...).</p> <p>Eu fiquei nesta esquadra um tempo me mandavam lavar loiça e mais tarde me levaram ao MINARS novamente eu fiquei lá cerca de 3 meses porquê? Porque não tinha ninguém para me levar ou me adotar porque a senhora que me conhecia não estava lá. Eu fiquei lá cerca de 3 meses, isso já em 2014 até que apareceu uma senhora, então conversou com a irmã superiora e a irmã superiora disse que eu vou levar este menino.</p>
J2	<p>(...) apareceu uma senhora que me levou na casa dela. Eu trabalhava para ela, eu fazia todo trabalho, em troca dava-me comida (...).</p> <p>Eu estava a tomar banho no rio, vi uma madre que tinha ido tirar água, me perguntou porque que estava a tomar banho. Perguntou o que é que eu estava a fazer? Então eu, então eu expliquei a irmã. Que eu estava muito mais muito cansada de viver na rua. É como num tomava banho, então eu estava a Tomar banho lá no Rio.</p>

Reações e comportamentos	
C1	Eu chorava, me sentia triste e pensando na minha mãe.
C2	Então, saímos dali nós fugimos porque estava nos maltratar muito. (...) Falei no outro meu irmão vamos morar na rua e pedir esmola (...).
C3	Eu saí, decidi andar um pouco para eu não ficar só ali andei um pouco, tinha uma tia chamada Sicrana.
J1	<p>Vive muito tempo com a minha avó só que estava a crescer já também outro espírito de roubar (...).</p> <p>Com tudo isso, para mim eu só vivia era normal eu só ficava feliz na rua, quando é dentro de casa a personagem também é outra, não vão te receber não sei o que, mas é phá eu via a minha vida porque eu não sabia ainda muita coisas.</p> <p>Ya era assim e depois o espírito de gatunisse voltou mais. Fiquei a mexer, mais na cantina. Eu tinha quase tudo que um filho precisava para viver, mas mesmo assim eu continuava a mexer. Eu ficava a mexer, mexer, mexer, só que de tanto eu mexer. Toda, todas as pessoas em casa sabiam que eu era única pessoa que mexia. Se aproveitavam de mim, mexiam, roubavam para dizer que quem fez é eu. Então, ali ouve um tempo e eu, eu não sabia. Eu não sabia o que era dinheiro. Então houve alguém que tirou um dinheiro que era bastante. Bastante mesmo que poderia levar à falência a cantina. Que chegava mesmo para comprar caixas de peixe.</p> <p>Eu fiquei lá, parece 2 dias ou 3 dias. E depois eu tive um conflito com o filho dela. Nós estávamos a subir no pau o filho dela estava a me chamar nomes que eu não queria nomes de feitiçaria então, com aquele nervosismo ofendi a mãe dele, sabendo que a mãe dele é a senhora que me acolheu. E a irmã dele mais velha, ouviu quando a senhora chegou, avisou e falou o fulano que você lhe trouxe em casa, estava a discutir com fulano, te ofendeu mais. E a senhora ficou chateada? E a senhora disse-me eu que te acolhi ainda estás a me ofender a senhora ficou chateada e decidiu me levar a uma esquadra.</p>
J2	Às vezes eu não comia pedia esmola.
Emoções e sentimentos	
C1	Eu chorava, me sentia triste e pensando na minha mãe.

C2	Eu me senti feliz porque a escola está muito perto e a igreja está muito distante (...).
C3	Assim, ya, fiquei a chorar, fiquei a chorar.
C4	Bem.
J1	Com tudo isso, para mim eu só vivia era normal eu só ficava feliz na rua (...). Então a culpa me caiu e começaram a dizer. Você não pode começar a roubar. Eu com medo, sabe o que é que eu fiz? (...).
J2	Eu estava muito triste. Muito triste mesmo, praticamente já não tinha mais família, porque a minha mãe já não se importava mais comigo mesmo estando na mesma rua. Às vezes não me davam comida. Às vezes eu não comia pedia esmola. Estava muito triste. Mas muito triste mesmo.

Momento do acolhimento institucional

Reações e comportamentos	
C2	Estavam a se complicar por causa dos brincados, por causa dos brinquedos, C1 primeiro tinha tirado um brinquedo, depois que, depois estavam a lutar, o C1 pegou um carro de ferro e deu na Escosta do Fulano e depois tivemos de acudir.
C4	Bem.
J1	Ehpá eu quando me falavam de lar eu pensava que era viver noutro mundo como eu assisti muitos filmes de lares, eu pensava que no lar era para viver com os filhos dos brancos. Eu quando cheguei, aqui graças a Deus me receberam bem no dia seguinte me receberam bem deram a conhecer ao meu pai que me levariam ao lar ele não se importou. Em 2015 só que comecei a ter mais outra caraterística de homossexual. Digo, digo, gostar de homem também. Então, fiquei assim. A tentar ter essa trajetória a querer ser mulher. Então eles odiavam também essa minha parte, só que eu já estava a ter um espírito de trabalhador e a irmã gostava desta minha forma (...).

	<p>Aqui dentro temos uma lei quando alguém se comporta bem. Porque eu informava os problemas que aconteciam aqui em casa e os irmãos não gostavam disso então, não gostavam de mim, alguém me chamavam de fofoqueiro, os outros me chamavam de mulher, então, vai se transformar em títica. Então, sofria muito os bullying, não só aqui.</p> <p>Em 2016 estávamos a brincar na sala de tv, nós a correr a correr. Alguém me empurrou, eu bati com a cabeça na tela. E onde surgiu essa cicatriz aqui na testa? Depois dali fiquei quieto um pouquinho mais (...).</p> <p>Esse centro é patrocinado por alguns jovens da Espanha e quando eles viam nesse centro, acho que em 2020. O <i>bullying</i> tinha parado um pouquinho, mas depois continuamos a me chamar panina, não sei o quê mais.</p> <p>E quando isso parou, praticamente fui já como no mundo das drogas. Fumava bebia, fumava cigarro, cigarro, cigarro, cigarro. Todos os dias estava na festa, bebia nas festas, eu não esperava me convidarem. Eu ia para as festas do mundinho.</p> <p>Quando alguém me dissesse ali tem uma festa, eu ia. Até às vezes eu roubava. A irmã superior não sabia, eu pulava o muro de noite saía e voltava um pouquinho mais cedo, então a irmã nunca soube que eu fazia essas práticas. Eu esperava todo mundo ficar distraído e eu pulava o muro ia para as festas. Às vezes eu voltava no dia seguinte, outras vezes eu chegava muito tarde, aí zero horas. Isso sim, fiquei a usar droga. Fiquei a beber cerveja, quase todo o tipo de bebida eu consumia. E eu comprava essas bebidas com que eu mexia aqui em casa.</p> <p>Às vezes eu roubava a minha própria roupa que nos doava. Eu vendia e com esse valor eu conseguia comprar bebida e não só também os amigos que tinham sempre dinheiro, às vezes uma amiga lhes deu, então eu juntava. Para ir na festa.</p>
J2	<p>(...) apesar de que eu estava a meio triste a canhada. Às vezes é o conversava muito pouco com as outras meninas (...).</p> <p>Mas eu senti que em algum momento a lei Sorriam, Conversavam de forma escondida ou a dar a entender que estavam a falar de mim, na verdade. Mas nunca ouvi, nem vi alguém a me chamar nome e sobretudo de feiticeira, como normalmente me chamavam no bairro (...).</p> <p>Mais pronto é como tudo não é, não é? Eu só me fechava. Ele não conversava muito com eles mais.</p> <p>Sim, às vezes falavam de mim. E eu praticamente não era muito comunicativa. Eu soube desse às normais da instituição ou da casa. Quando a irmã disse, fazem isso, eu fazia bom buscar</p>

	<p>isso, eu ia buscar. Não perguntava muito nem falava muito. Acho que esse era a dificuldade (...).</p>
<p>Emoções e sentimentos</p>	
C1	<p>Porque aqui me tratavam bem.</p> <p>Gosto da aqui (...).</p>
C2	<p>Sim. Eu prefiro viver aqui para eu estudar (...).</p> <p>E também que temos aula de estuda que nos ensina a mexer no computador</p>
C3	<p>Lembro, me acolheram muito bem.</p> <p>Quando cheguei aqui eu me sentia bem, me sentia feliz porque chegar aqui encontrei uma nova família não é como a família de antes que eu deixei. É melhor viver aqui a ter que viver na rua (...).</p> <p>As vezes eu me pergunto será, será que ser uma pessoa feiticeira é como? Será que eu só uma má pessoa? Será?... Eu não sei quem eu serei, o que vou ser no futuro.</p>
C4	<p>Bem.</p>
J1	<p>Depois de um tempo, as pessoas daqui do lado ficaram a me odiar e alguns diziam você não merece estar nesse lar outros diziam vai embora vai embora não fica e eu não estava mais a gostar de homens, ou seja, não estava mais a gostar de mulheres, senão de homens.</p> <p>Eu chorava, me sentia triste e pensando na minha mãe. eu fiquei lá a chorar o meu irmão também e um dos irmãos da minha madrasta disse, sai da aqui., se não vamos te matar, você não merece estar aqui (...).</p> <p>Eu me sentia só ninguém queria ficar comigo praticamente e ninguém queria mesmo ficar comigo. Eu ficava com medo de todo mundo, porque se eu vou aqui, podia ser rejeitado. Se eu vou à missa era rejeitar, então eu ficava com medo. Então depois de um longo tempo voltei e graças a Deus isso se acalmou. Esse espírito parou ao longo da caminhada é pá, continuei a minha vida (...).</p>

J2	<p>Bom é me sente muito bem, muito bem mesmo. Agora teria uma casa, teria um lugar para ficar e, sobretudo, teria um lugar que me permitiria estudar. Eu nunca esqueci a cada dia. Foi um dia muito bom para mim.</p> <p>(...) apesar de que eu estava a meio triste a canhada.</p> <p>Eu Não me sentia muito bem a aceitar muito bem. A acolhida porquê? Eu vinha de uma realidade diferente, onde em geral não me aceitavam, então eu pensava que com eles. Sabia também. Mesmo não é o aconteceria do mesmo jeito.</p>
Acompanhamento psicossocial	
C1	<p>Sim, anda a nos falar para qué... começar a se comportar bem (...).</p>
C2	<p>Sim.</p> <p>Fala para não lutarmos, ne para fazer duas coisas ao mesmo tempo. Ele nos pergunta se estamos a se comportar bem ou mal. Eu gosto de falar com Psicólogo, ele fala para não fazer o que eu faço. Também como nós estamos na escola vão ver se nós estamos bem nas aulas.</p> <p>O (C1) insultava muito e agora já não. Quando me falavam na brinca aqui, eu brincava, depois a irmã trouxe psicólogo para conversar connosco, mas agora já não faço o que eu fazia antes.</p>
C3	<p>Essa é a primeira conversa que estás a ter comigo (...)</p>
C4	<p>Sem resposta.</p>
J1	<p>Então, procuraram psicólogos, psicólogo, psicólogo, nada. Transtorno nunca mais desaparecia. Mais outro psicólogo, fichas, consulta e nada. Mais tarde procura outro psicólogo, psicólogo, nada parece, parecia que as consultas não resultavam. Exatamente o que acontecia no mundo da feitiçaria era o mesmo que estava acontecendo no mundo da homossexualidade às consultas não resultavam então dá aí, comecei a terra relações com homens, homens de fora e também homens daqui de dentro do centro.</p> <p>Eu também tenho o que comer e o que beber, então eu também estou bem assim valeu apenas pelo que fizeram por mim eu não tenho mais esses problemas de fumar ou de ir às festas sem</p>

	<p>ser convidado, até porque este consumo de bebidas provocou uma doença. A mim tive uma malária cerebral que foi consequência desses do consumo.</p> <p>Desde o momento que eu cheguei aqui e vi. Após terem detetado o meu problema? Eu fui acompanhado por 3 psicólogos. Para tentar equilibrar esse género de homossexualidade de entrada, deixar de ser homem. O gostar de homem e passar a gostar por outro lado também era para lidar com a acusação a feitiçaria que eu passei então eu tive 2 acompanhamento por um por um lado para a sexualidade, a homossexualidade e depois para a feitiçaria que pensaram que era por causa desse problema que eu passava por outro. Nesse caso então hoje continuamos tendo a psicóloga, graças a Deus, psicólogos acompanham não só as crianças. Mas também alguns adultos, porque vocês sabem algum alguns adultos como nós não gostamos aqui, nos mandem, enfim, então esse psicólogo está aqui na instituição, graças a Deus. Então, o psicólogo geralmente aparece aos sábados porque é um dia que praticamente estamos todos livres. Esse acompanhamento fez alguma diferença na minha vida porque eu não sabia quais eram as consequências que esse problema que eu passei podia causar na minha mais durante a caminhada durante o acompanhamento que eu tinha como psicólogo eu mudei muito mudei muito por porque me falou sobre algumas doenças transmitidas sexualmente que eu podia adquirir me falou também das consequências das drogas que poderiam me matar não só social, mas psicologicamente e muito mais. Para eu tentar voltar um pouquinho atrás e não fazer mais o uso e graças a Deus, hoje estou aqui.</p>
J2	<p>Olha. Não, Eu Não conversei com ninguém sobre isso, a única pessoa aqui. Procuram saber o que é que se passava. Foi aí uma ou fome já mencionei quando me encontro no Rio, mas desde então não converse com mais ninguém acerca disso. E pronto também te agimos. Como assim nunca tivesse acontecido nada.</p>
Significado do acolhimento institucional	
C1	<p>Viver no lar é bom. Eu Limpo mesa.</p>
J1	<p>Bem fazendo uma análise sobre o passado dado e o presente. Eu diria que antes eu não era feliz mesmo, apesar de achar que eu era. Posteriormente eu sofria muito me encarava como alguém que sofria muito, mas, acho que também não. Hoje me encaro como a pessoa mais feliz do mundo. O único, mais feliz do mundo.</p> <p>Eu não sou o que eu era antes. Mas também não sou o que eu quero ser. E também hoje não sou o que eu poderia ser.</p>

J2	<p>Com certeza, há muita diferença entre viver aqui no lar e viver no bairro ou na casa da minha mãe. Há muita diferença aqui. Nós somos respeitadas aqui NOS. Se preocupam connosco aqui se preocupam connosco. E é bom estar aqui porque aqui eu posso estudar e poder um dia. Conseguir ter coisas ou conseguir estudar.</p> <p>(...) orar aqui. Está a fazer-me muito bem, me sinto uma pessoa a mais, mais tranquila. A gora. Sou mais quieta conversa 11 pouquinho mais do que anteriormente. É. é bom estar num lugar onde somos aceites. Onde temos comida? Estudamos, nos pagam isto dos, não é? é bom. lar me, faz sentir bem melhor.</p>
Expectativa quanto ao futuro	
C1	Eu sou gostaria de ser bombeiro (Polícia).
C3	Eu acho que estou melhor né? mesmo que às vezes eu penso no, no passado, eu acho que estou melhor. O meu objetivo agora eu queria ser padre, padre no futuro e com uma profissão também de um enfermeiro ou um médico. O meu sonho sempre só foi ser médico, ne? mas depois de viver com os Frei, a andar com eles e ir nalgumas missas comecei a gostar de ser padre (...).
J1	<p>Valeu apenas eu ter sofrido. valeu apenas eu sofrer. É ao longo do tempo esta caminhada que eu estou vivendo e lendo também bíblia levando em conta que anteriormente eu não sabia. Valeu apenas eu sofrer, porquê? Porque é aquilo tudo que eu passei. É um processo de batalha que Deus estava a preparar para mim. Para mim ser esta pessoa que hoje eu sou do mesmo jeito que José que foi vendido pelos seus irmãos aquilo tudo que estava a ser rejeitado pelos irmãos. É do mesmo jeito que sinto que Deus fez comigo. Porque tem um ditado, quem não vê o que já tem, nunca verá o que já tem, o que terá.</p> <p>Com a educação que eu recebi do centro de acolhimento, eu espero um dia poder vir a ter minha família, ajudar nas tarefas domésticas, até porque o que aprendi aqui no lar é muito bom. Não é só a mulher que em casa deve trabalhar. Enquanto estiver aqui eu quero trabalhar, quero ser enfermeiro, além de pasteleiro (sorrisos), isto aprendi no centro Don Luís Maria. Já tenho feito alguns trabalhos quando alguns amigos precisam e poder ter minha vida independente.</p> <p>Eu também tenho o que comer e o que beber, então eu também estou bem assim valeu apenas pelo que fizeram por mim eu não tenho mais esses problemas de fumar ou de ir às festas sem</p>

	<p>ser convidado, até porque este consumo de bebidas provocou uma doença. A mim tive uma malária cerebral que que foi consequência desses do consumo (...).</p> <p>Hoje me sinto uma pessoa feliz, motivacional, não sou? Ya. E agradeço mesmo a Deus porquê? Porque de tudo que eu passei hoje eu consigo consolar alguém, ajudar alguém. Não com bens materiais. Eu às vezes quando conto minha história. Não quero que as pessoas sintam pena de mim. Eu quero que essa história me ajude a me transformar. E a ajudar as outras pessoas que talvez passam pelo mesmo (...).</p>
J2	Às vezes eu me pergunto se. Como é que eu serei? Como é que eu vou ser no futuro com a minha família (...).
Significado da acusação de feitiçaria	
J1	<p>Hoje eu sinto que a acusação que eu sofri de feitiçaria. Fez com que eu fosse aquela pessoa que fui, não é aquela pessoa. Eu acho que a feitiçaria. Fez com que eu fosse até homossexual, que eu passasse a roubar que eu passasse a bebê. Bebidas alcoólicas e sem sombra de dúvida que passe a fumar. Por que uma criança quando se acostuma com sim, sim, sim, sim. E nunca diz, não, não, não, não. Ela sempre dirá, sim, sim, sim. Então a feitiçaria para mim não é boa coisa e pode mudar as nossas vidas para sempre. Eu praticamente nessa altura, nem me preocupava com a vida. Eu já nem sabia o que era viver. Eu me acostumei com a dor me acostumei com a carência me acostumei com ausência da família, de tudo, de todos.</p>
J2	Às vezes eu me pergunto se. Como é que eu serei? Como é que eu vou ser no futuro com a minha família. A acusação a feitiçaria não é boa. Eu já vi, eu já vi um idoso a ser batido porque é feiticeiro no Lombe tem muitos casos disso. Olha, eu me pergunto como é que será minha vida, a minha vida no futuro? Acusação à feitiçaria, é muito sério, eu acho que não ajuda ninguém.